



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS/MESTRADO-PPGL**

DANIELLE FABRÍCIO DOS SANTOS

***DE CIDADÃ DE SEGUNDA CLASSE AO FUNDO DO POÇO: QUEDA E
ASCENSÃO SOCIAIS DE ADAH NAS OBRAS DE BUCHI EMECHETA***

**MANAUS
2025**



DANIELLE FABRÍCIO DOS SANTOS

***DE CIDADÃ DE SEGUNDA CLASSE AO FUNDO DO POÇO: QUEDA E
ASCENSÃO SOCIAIS DE ADAH NAS OBRAS DE BUCHI EMECHETA***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras na área de Estudos Literários.

Orientadora: Profa. Dra. Elis Regina Fernandes Alves

**MANAUS
2025**

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

- S237c Santos, Danielle Fabrício dos
De cidadã de segunda classe ao fundo do poço: queda e ascensão sociais de Adah nas obras de Buchi Emecheta / Danielle Fabrício dos Santos. - 2025.
119 f. ; 31 cm.
- Orientador(a): Elis Regina Fernandes Alves.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Letras, Manaus, 2025.
1. Cidadã de segunda classe. 2. No fundo do poço. 3. Feminismo negro. 4. Interseccionalidade. 5. Identidade. I. Alves, Elis Regina Fernandes. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título
-



DANIELLE FABRÍCIO DOS SANTOS

**DE *CIDADÃ DE SEGUNDA CLASSE AO FUNDO DO POÇO*: QUEDA E
ASCENSÃO SOCIAIS DE ADAH NAS OBRAS DE BUCHI EMECHETA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras, na área de Estudos Literários.

Aprovada em 13 de junho de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Elis Regina Fernandes Alves (UFAM)

Profa. Dra. Nícia Petreceli Zucolo (UFAM)

Profa. Dra. Adriana da Silva Araújo (UFAM)



DEDICATÓRIA

À minha avó, que desde a infância instigou o amor pela literatura em mim e me ensinou a respeitar todo tipo de pessoas, trazendo-me até aqui.



AGRADECIMENTOS

Escrever essa dissertação foi uma árdua jornada de muito esforço e desenvolvimento acadêmico e pessoal. Por ser um trabalho que leva tempo e dedicação, só posso agradecer a todos que me acompanharam nessa trajetória:

Agradeço a Deus por ter me dado forças para continuar nos momentos difíceis, mas agradeço principalmente à minha querida família por serem quem são e sempre me apoiarem em qualquer coisa que eu decida fazer. Principalmente à minha mãe, Ane Lena e meu irmão Luiz Octávio, amo vocês. Ao meu pai, Denizart, espero que esteja orgulhoso de onde quer que esteja, isso também não seria possível sem você. Para uma filha que não gostava de estudar, até que cheguei bem longe, não é? Acho que sou uma das poucas pessoas abençoadas o suficiente para dizer que a família participa até demais da vida. Se pudesse, colocaria o nome de cada um aqui, mas nossa família é muito grande para isso. Sério, tudo é motivo de empolgação com vocês, e eu só tenho a agradecer por ficarem ao meu lado quando eu mesma não me empolgo tanto assim.

Essa jornada não teria sido a mesma sem minhas parceiras de viagem, que me acompanharam em todos os momentos e compartilharam as felicidades e atribulações do mestrado comigo. Sara e Thais, adoro discutir qualquer coisa com vocês, desde filosofia à última fofoca da semana.

Falando em amigas, há pessoas que ocupam um lugar especial no nosso coração e eu preciso agradecer às minhas amigas de sempre. Desde meus queridos amigos da faculdade que sempre me incentivaram, Raimunda e Vynicius, às melhores amigas que eu poderia querer: Yasmim e Gabriela. Vocês são incríveis por me aturarem nos momentos mais difíceis e nos mais felizes também. Com vocês, meu riso é muito mais feliz, obrigada.

Essa pesquisa não teria sido possível sem a participação da minha orientadora favorita: Elis Regina. Obrigada por sempre acreditar em mim e pelas correções um tanto quanto ácidas que já me fizeram rir muito, todo esse processo foi essencial para meu crescimento como pesquisadora. Acredito que esteja deixando o mestrado como uma estudante melhor e mais crítica do que já fui no passado, e isso é graças a você. Professora, acho que falo por todos os seus orientandos, você é nosso terror e ao mesmo tempo nossa maior inspiração. Se algum dia for metade da profissional que você é, me darei por satisfeita.

À banca que me avaliou também na qualificação, as professoras Nícia Petreceli Zucolo e Adriana da Silva Araújo. As contribuições de vocês para este trabalho foram incríveis e muito pertinentes. Esta pesquisa com certeza não seria a mesma sem vocês e eu só tenho a agradecer por aceitarem fazer parte desse processo tão importante do meu crescimento acadêmico.

Agradeço também aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras que fizeram desta jornada ainda mais incrível ao ministrarem aulas que me deixaram encantada e com sede de conhecimento. Aos colegas que fiz nas disciplinas do mestrado, obrigada por fazerem tudo mais leve. Por fim, também agradeço o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, por tornar possível a realização deste sonho.



EPÍGRAFE

“E mesmo que nossa vida, nessa sua manifestação, acabe sendo, não raro, uma bela porcaria, ainda assim é a vida, e não a mera extração da raiz quadrada. Afinal, eu, por exemplo, quero viver de forma perfeitamente natural para satisfazer todas as minhas capacidades de viver, e não para satisfazer apenas a minha capacidade de raciocínio, [...] O que é que a razão sabe? A razão só sabe o que conseguiu descobrir (fora isso, convenhamos, não vai saber mais nada; pode ser apenas um consolo, mas por que não declarar isso abertamente?), ao passo que a natureza humana age como um todo, com tudo que há nela, consciente ou inconsciente e, embora minta, ela está viva”.
(Dostoiévski, 2021, p. 55)



RESUMO

Essa pesquisa propõe uma análise das obras *Cidadã de Segunda Classe* (1974) e *No Fundo do Poço* (1972), da escritora nigeriana Buchi Emecheta, sob a perspectiva dos estudos culturais, do feminismo negro e da interseccionalidade. A partir da trajetória da protagonista Adah, o trabalho busca refletir sobre temas como identidade, opressão patriarcal, racismo, classe social e migração, conectando os desafios enfrentados pela personagem às realidades vividas por muitas mulheres negras, pobres e imigrantes. Dividido em três capítulos, o estudo contextualiza historicamente a Nigéria e analisa o desenvolvimento de Adah como personagem em meio a adversidades que marcam seu processo de amadurecimento pessoal e social. No primeiro capítulo, é discutido como os conceitos de identidade e colonialismo moldam a vida de Adah desde sua infância, utilizando os autores Hall (2006, 2003), Bilge e Collins (2020), entre outros. O segundo capítulo aprofunda-se nas vertentes do feminismo negro e decolonial, abordando como a exclusão de mulheres negras das primeiras ondas feministas influenciou o surgimento de movimentos que articulam raça, classe e gênero de forma integrada, utilizando autoras como Davis (2016), hooks (2019), Vergés (2020) e Lugones (2020). Já o terceiro capítulo introduz a teoria da interseccionalidade, ampliando a análise da protagonista ao considerar as múltiplas camadas de opressão que ela vivencia enquanto mulher negra, nigeriana, mãe solo e imigrante, baseando-se em autoras como Crenshaw (1989) e Akotirene (2019). Além da análise teórica, a dissertação realiza uma análise dos elementos literários das obras, observando aspectos como o arco narrativo de Adah, o ponto de vista utilizado por Emecheta e o papel da protagonista como uma heroína fora dos padrões impostos pela sociedade patriarcal e capitalista, trazendo autores como Moretti (2020), Genette (1979), Friedman (2002) e Lukács (2000). A autora nigeriana, cuja trajetória de vida tem paralelos com a de sua personagem, escreve com forte teor autobiográfico, crítica social e humor ácido, conferindo à sua literatura ficção narrativa um caráter de denúncia e resistência. A relevância do trabalho está em trazer visibilidade à literatura africana de autoria feminina, ainda pouco discutida em língua portuguesa. Ao unir análise literária e crítica social, a pesquisa evidencia o poder da literatura como instrumento de empoderamento e conscientização, especialmente para mulheres negras e marginalizadas. Assim, contribui para ampliar o debate acadêmico sobre as múltiplas formas de opressão enfrentadas por essas mulheres, além de estimular o reconhecimento de suas vozes e experiências. A análise revelou Adah como um indivíduo fragmentado pelas diferentes influências culturais e pressões sociais que a cercam, em constante desacordo com o mundo moderno em que está inserida.

Palavras-chave: *Cidadã de segunda classe*; *No fundo do poço*; Feminismo Negro; Interseccionalidade; Identidade.



ABSTRACT

This research proposes an analysis of the works *Second-Class Citizen* (1974) and *In the Ditch* (1972), by Nigerian writer Buchi Emecheta, from the perspective of cultural studies, black feminism, and intersectionality. Based on the trajectory of the protagonist Adah, the work seeks to reflect on themes such as identity, patriarchal oppression, racism, social class, and migration, connecting the challenges faced by the character to the realities experienced by many black, poor, and immigrant women. Divided into three chapters, the study contextualizes Nigeria historically and analyzes Adah's development as a character amidst adversities that mark her process of personal and social maturation. The first chapter discusses how the concepts of identity and colonialism shape Adah's life since her childhood, using authors such as Hall (2006, 2003), Bilge and Collins (2020), among others. The second chapter deepens into the strands of black and decolonial feminism, addressing how the exclusion of black women from the first waves of feminism influenced the emergence of movements that articulate race, class and gender in an integrated way, using authors such as Davis (2016), hooks (2019), Vergés (2020) and Lugones (2020). The third chapter introduces the theory of intersectionality, expanding the protagonist's analysis by considering the multiple layers of oppression that she experiences as a black, Nigerian woman, single mother and immigrant, based on authors such as Crenshaw (1989) and Akotirene (2019). In addition to the theoretical analysis, the dissertation analyzes the literary elements of the works, observing aspects such as Adah's narrative arc, the point of view used by Emecheta, and the protagonist's role as a heroine outside the standards imposed by the patriarchal and capitalist society, bringing together authors such as Moretti (2020), Genette (1979), Friedman (2002), and Lukács (2000). The Nigerian author, whose life trajectory has parallels with that of her character, writes with a strong autobiographical tone, social criticism, and acid humor, giving her narrative fiction a character of denunciation and resistance. The relevance of the work lies in bringing visibility to African literature written by women, which is still little discussed in the Portuguese language. By combining literary analysis and social criticism, the research highlights the power of literature as an instrument of empowerment and awareness, especially for black and marginalized women. Thus, it contributes to broadening the academic debate on the multiple forms of oppression faced by these women, in addition to encouraging the recognition of their voices and experiences. The analysis revealed Adah as an individual fragmented by the different cultural influences and social pressures that surround her, in constant disagreement with the modern world in which she is inserted.

Key-words: Second-Class Citizen; In the Ditch; Black Feminism; Interseccionalidade; Identity.



SUMÁRIO

PREÂMBULO	10
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
CAPÍTULO I	17
<i>IR PARA A INGLATERRA SERIA COMO VISITAR DEUS</i>	17
1.1 Identidade, diáspora e colonialidade	17
CAPÍTULO 2	38
<i>NÃO É UMA PESSOA COMPLETA</i>	38
2.1 O feminismo negro	38
2.1.1 O feminismo decolonial	70
CAPÍTULO 3	80
<i>CIDADÃ DE SEGUNDA CLASSE VIVENDO NO FUNDO DO POÇO</i>	80
3.1 A interseccionalidade	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	116

PREÂMBULO

Meus primeiros contatos com a literatura vieram desde muito cedo em minha vida. Quando ainda residia em Porto-Velho e morava longe da minha avó materna, lembro que sempre que ia me visitar ela levava livretos infantis de contos de fadas para mim. Fazia questão de ler as histórias quantas vezes eu pedisse. Eu apenas ficava maravilhada com as histórias e não via a hora de poder lê-las eu mesma. Quando finalmente aprendi a ler, ganhei um bolo de chocolate em comemoração a esse momento tão importante. Na minha família, todas as crianças que aprendem a ler ganham uma comemoração assim para celebrar esse crescimento. Vinda de uma família de professores, não é de se admirar que tenha acabado aqui, escrevendo uma dissertação.

Depois disso, minha trajetória como leitora continuou naturalmente evoluindo. Primeiro, minha avó me trazia esses contos de fadas, o que depois evoluiu para as clássicas revistinhas da Turma da Mônica, tão presentes nesse processo de alfabetização das crianças brasileiras. Com o tempo, já estava crescida o suficiente para escolher meus próprios livros, bobinhos, mas que cumpriam seu papel de me entreter. Ainda assim, aprendia muitas coisas com eles, expandiam o meu mundinho tão pequeno de criança. De leituras mais simples, evoluí gradualmente para os livros um pouco mais densos, um pouco mais reflexivos. Então, digo que amo literatura desde criança e a passagem pelo curso de Letras na Universidade Federal do Amazonas fez este amor florescer ainda mais. Foi na graduação que aprendi devidamente certos termos literários, as fases da literatura e como o contexto histórico importa, sim, para o estudo de uma obra.

Posso dizer que meu primeiro contato real com os estudos culturais e a existência do movimento feminista aconteceram já dentro da universidade, sob a tutela de minha orientadora. Antes disso, havia ouvido apenas coisas ruins a respeito de mulheres consideradas feministas, que eram revoltadas e mal-amadas, que eram ingratas pelos “privilégios” que já possuíam, o que, infelizmente, ainda é um pensamento bem comum na sociedade. Mesmo assim, acho que sempre tive a curiosidade de saber mais sobre essa temática, devido ao fato de que cresci em uma família onde os papéis de gênero não eram exercidos de maneira tão rígida, visto que minha avó trabalhava para sustentar a casa e meu avô ficava em casa cuidando das crianças. Minha avó materna havia estudado e feito faculdade para proporcionar uma vida melhor para si e para os filhos, enquanto isso, minha avó paterna, que não chegou a terminar o ensino fundamental, pois sempre teve de trabalhar, também me alertava sobre o quanto era importante que eu estudasse e fosse

uma mulher independente no futuro. Fui influenciada por grandes mulheres da minha família, que sempre me incentivaram a buscar mais.

O conhecimento mais aprofundado sobre a teoria feminista e suas estudiosas me proporcionou um entendimento sobre mim mesma que ainda não era capaz de colocar em palavras. Como o conhecimento de que a maternidade e o casamento não precisam ser obrigatórios e nem são garantias de felicidade e sucesso femininos como a sociedade patriarcal tenta nos fazer acreditar. A partir desse primeiro contato, foi natural que evoluísse gradativamente e encontrasse o feminismo negro, a interseccionalidade e o feminismo decolonial em meu caminho, pois incluíam no estudo de gênero ainda mais recortes de raça, classe, nacionalidade, religião, sexualidade, entre outros fatores essenciais para uma análise social e literária mais completa.

Como uma coisa acaba levando a outra, o mestrado em Letras foi um caminho natural para mim, apesar de árduo, o que me permitiu chegar também na questão identitária, ao perceber como esta se encaixava bem com a interseccionalidade e como caía como uma luva em minha análise da protagonista Adah, de Buchi Emecheta. Este trabalho mudou naturalmente conforme eu escrevia e percebia certas questões que poderiam ser mais bem trabalhadas se acrescentasse mais um autor, ou mudasse um pouco a forma como via as coisas. Gosto de acreditar que a pesquisa mudou para melhor, conforme o tempo foi passando e fui amadurecendo como pesquisadora, sempre aprendendo com minha orientadora e com outras professoras incríveis que também falavam sobre literatura, de formas que eu sequer imaginava ainda.

Adah, a protagonista das obras *Cidadã de segunda classe* e *No fundo do poço*, é uma mulher que exibe grande força interior para lidar com os obstáculos da sociedade racista e patriarcal, o que desde o início despertou uma empatia em mim. Não apenas pelo fato de minha família contar com mulheres parecidas com ela, mas também pelo fato de que, como mulher, me compadeço de sua trajetória difícil e acho de extrema importância estudá-la e compartilhá-la para o maior número de pessoas possível. O intuito de compartilhar essas histórias, é que haja um aprendizado acerca das condições dessas mulheres. Por fim, há uma tentativa de compreender como os diferentes contextos e situações que influenciam as vidas das mulheres, que vão além de sexo, classe e raça levam a diversas identidades femininas. Espero que, assim como eu aprendi tanto sobre diferentes culturas e condições através da minha pesquisa em estudos culturais, outras pessoas também possam ler essas obras e esse trabalho e aprender algo, tecendo, assim, suas próprias contribuições para essas discussões, tanto no âmbito literário quanto social.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atualmente, muito se discute acerca dos movimentos sociais e suas pautas, e de que maneira impactam, positivamente ou negativamente, a sociedade na qual estamos inseridos. As discussões acontecem diariamente, seja em casa, na universidade, no trabalho ou nas redes sociais. Na era da tecnologia em que vivemos agora, é possível dizer que uma boa parte das discussões de cunho social crescem em grande proporção, devido ao alcance ampliado que as redes sociais e outros veículos de mídia digitais proporcionam aos interlocutores. Apesar de reconhecer a importância destes debates acontecendo em tempo real, precisamos nos atentar ao fato de que, diariamente, muitas destas discussões ocorrem com base em achismos, opiniões formadas, a partir de vivências pessoais ou não, que nem sempre consideram as teorias sociais necessárias como base para seus argumentos.

Entende-se que as teorias aqui estudadas, nascidas dos movimentos sociais, são essenciais para um entendimento mais aprofundado das diversas camadas existentes na sociedade. Neste trabalho, as questões discutidas dentro das obras analisadas utilizam as teorias do feminismo negro e da interseccionalidade como as lentes necessárias para que haja uma conversa entre as temáticas apresentadas. Busco analisar duas obras da autora nigeriana, Buchi Emecheta, intituladas de *No fundo do poço* (1972) e *Cidadã de segunda classe* (1974), que apesar de já serem bem difundidas entre as estudiosas e estudiosos da literatura de autoria feminina nigeriana, acredito que sejam o tipo de obras das quais sempre é possível enxergar seu valor literário e trazer outras discussões pertinentes à tona, de acordo com a evolução das discussões literárias e sociais que permeiam nossa sociedade.

Esta pesquisa resulta do levantamento bibliográfico sobre os movimentos feministas e suas diferentes vertentes, como o feminismo negro e a interseccionalidade e como estes se configuram como resistência nas esferas sociais das sociedades patriarcais. Este projeto tem por objetivo analisar as obras *Cidadã de segunda classe* (1974) e *No fundo do poço* (1972) de Buchi Emecheta, com foco na protagonista Adah, sua trajetória e seu desenvolvimento como personagem no romance, adentrando questões sociais como classe, raça, sexo, entre outras. Este trabalho conta com três capítulos principais que nortearão a pesquisa, abordando inicialmente a identidade, o feminismo negro e a interseccionalidade.

O primeiro capítulo apresenta um levantamento acerca da identidade, colonialismo e como estes conceitos se entrelaçam à vida da protagonista desde a sua infância. Também é introduzido o contexto histórico da Nigéria, próximo ao período em que se passa a obra *Cidadã de segunda classe*, na década de 1960. Os principais autores utilizados para discutir a questão identitária são Stuart Hall (2006) com *A identidade cultural na pós-modernidade*, e *Da diáspora: identidades e mediações culturais* (2003); e Bilge e Collins, com a *Interseccionalidade* (2020). O conceito de diáspora também é introduzido aqui para entendermos melhor como todo o processo de desenvolvimento pessoal de Adah foi influenciado por fatores externos, afetando permanentemente sua identidade, sua percepção do mundo e de si mesma.

O segundo capítulo discute principalmente o feminismo negro e o feminismo decolonial e suas vertentes, trazendo as teóricas e ativistas sociais que contribuíram para difundir essas teorias tanto no meio social quanto no meio acadêmico. Primeiramente apresenta-se um panorama histórico dos primeiros movimentos feministas e como estes excluíram as mulheres negras de suas primeiras lutas, utilizando teóricas como Angela Davis, com *Mulheres, raça e classe* (2016); bell hooks com *Teoria feminista da margem ao centro* (2019); Françoise Vergès, com *Um feminismo decolonial*, (2020), María Lugones com *Colonialidade e gênero* (2020), dentre outras obras. Este capítulo visa também visa analisar o crescimento pessoal de Adah, sua vida cotidiana e suas atribuições resultantes do fato de estar inserida em uma sociedade patriarcal que a oprime duplamente pelo seu sexo e sua raça.

No terceiro capítulo, introduz-se a ideia da interseccionalidade e como esta teoria busca englobar as diversas intersecções que interpelam não apenas mulheres negras, mas latinas, indígenas, periféricas, imigrantes, dentre as muitas outras que foram esquecidas pelos primeiros movimentos feministas, em uma perspectiva não eurocêntrica e não ocidental. Utilizam-se textos de teóricas como Kimberle Crenshaw em *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics* (1989) e *Mapeando as Margens: Interseccionalidade, Políticas de Identidade e Violência contra Mulheres Não-brancas* (2017), e Carla Akotirene com *Interseccionalidade* (2019). A interseccionalidade foi introduzida neste capítulo com o intuito de especificar ainda mais a análise da protagonista.

Quanto ao aporte teórico voltado a análise dos aspectos literários das obras, foram utilizados autores como Franco Moretti, com o *Romance de formação* (2020), para um

melhor entendimento do arco da personagem e seu desenvolvimento dentro da obra. Para o estudo do narrador e do foco narrativo utilizados pela autora, foram utilizados os autores Genette, com *Discurso da narrativa: o ensaio de método* (1979) e Friedman, com *O ponto de vista na ficção: o desenvolvimento de um conceito crítico* (2002). Para a análise de Adah como uma heroína problemática que não se encaixa na sociedade patriarcal, racista e capitalista em que está inserida, foi utilizado Lukács, com *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica* (2000).

Sobre a análise, as obras conversam entre si, sendo *Cidadã de segunda classe* considerada a primeira cronologicamente, apesar de só ter sido publicada dois anos após *No fundo do poço*, que é considerada uma continuação direta da narrativa da protagonista Adah, presente em ambas as narrativas. Em *Cidadã de segunda classe*, acompanhamos Adah desde sua infância difícil na Nigéria, devido às rígidas normas patriarcais que oprimiam as mulheres nigerianas. Após casar rapidamente ainda muito jovem, a protagonista migra para a Inglaterra em busca de seu sonho de completar seus estudos e conseguir um bom emprego, quem sabe até mesmo tornar-se escritora, porém sua vida fica mais difícil ainda ao ter de lidar não apenas com um marido violento e abusivo que a explora constantemente para que trabalhe, sustente o lar e cuide de todos os filhos praticamente sozinha, como também encara o racismo e a xenofobia pela primeira vez em sua vida ao se identificar como uma mulher negra, imigrante, nigeriana. Em *No fundo do poço*, a narrativa de Adah toma continuidade após seu divórcio, do qual não recebeu nenhuma pensão, tendo de trabalhar e cuidar de cinco crianças sem nenhuma rede de apoio, além de continuar buscando se aprimorar em seus estudos pelo período da noite.

Buchi Emecheta nasceu em 1944, na cidade de Lagos, mas passou boa parte da infância na cidade natal dos pais, Ibadan. Assim como Adah, conseguiu estudar em uma escola missionária para garotas, após muita insistência. Também teve uma infância difícil pois seus pais faleceram ainda cedo, o que fez com que Emecheta dependesse de parentes distantes para cuidar de si. Conseguiu uma bolsa de estudos em uma escola de elite de Lagos e, aos onze anos de idade, já estava noiva de Sylvester Onwordi, que assim como Francis, o marido de Adah, se revelou um marido violento e abusivo. Migrou para Londres com sua família e teve cinco filhos durante o casamento, cuja paternidade Onwordi negou mais tarde, quando, aos 22 anos, pediu o divórcio. Emecheta, como sua protagonista Adah, se encontrou sozinha em um país estrangeiro e hostil com cinco crianças para cuidar, enquanto trabalhava para manter o lar e fazia sua graduação em Sociologia pelo período da noite.

É na narrativa de Adah, nas obras *Cidadã de segunda classe* e *No fundo do poço* que Emecheta figurou partes de si mesma e de sua história, trazendo este teor de autobiografia para a ficção. Neste caso, nota-se a literatura como verdadeira transfiguração da realidade não apenas de sua autora, como também de mulheres negras, imigrantes, trabalhadoras, periféricas. Emecheta produziu quinze romances com fortes críticas sociais e uma autobiografia. Suas obras são referência mundial ao tratarem da condição de mulheres negras, africanas, introduzindo um olhar crítico-analítico sobre as lutas diárias dessas mulheres, com uma boa dose de humor ácido. A ironia em sua literatura acrescenta, simultaneamente, um toque de inconformidade e resignação acerca das injustiças sociais. Apesar de suas obras serem traduzidas para muitos países, infelizmente suas obras mais conhecidas só foram traduzidas para a língua portuguesa em 2017, ano de seu falecimento. Logo, compreende-se a importância desta dissertação pelo fato de trazer luz a estas obras sobre a perspectiva de estudiosas brasileiras, falantes da língua portuguesa, acrescentando um olhar diversificado à produção de conhecimento acerca da literatura nigeriana, africana, de língua inglesa.

Então, as discussões levantadas dentro das obras englobam não apenas a esfera das mulheres negras, como também das mulheres africanas, imigrantes, pobres, mães solo, trabalhadoras, entre outras mulheres que enfrentam a opressão patriarcal diariamente, junto da opressão racista e classista também. Acho importante enfatizar que a análise de ambas as obras é feita de maneira que a teoria e a análise social estejam intrinsecamente relacionadas. Desta forma, para que não haja desentendimentos ou confusões acerca do andamento da narrativa com as teorias apresentadas, decidi utilizar a obra *Cidadã de segunda classe* como um pilar necessário para que se entenda a ordem dos acontecimentos na vida da protagonista, que será referenciada nas citações como CDSC, seguindo-a prioritariamente, enquanto *No fundo do poço*, citada como NFD, será apresentada em contrapartida da primeira, para que haja uma comparação e por meio desta, a análise cronológica das fases de Adah. Também é importante ressaltar que a análise literária, nesta pesquisa, é feita conjuntamente ao levantamento teórico.

Logo, compreende-se a importância de os estudos culturais estarem inseridos na análise das obras. O feminismo negro, que teve início como um movimento social à parte das primeiras matrizes feministas, trouxe uma alternativa para as mulheres pretas e pobres que não se enxergavam dentro dos movimentos feministas elitistas, liderados por mulheres brancas, burguesas. Unindo a luta antirracista à luta contra o sexismo, as

feministas negras fizeram um grande trabalho ao trazer luz a situação dessas mulheres que não eram consideradas inicialmente.

Mesmo que as obras de Emecheta tratem de uma mulher negra que se encontra em um contexto europeu, apenas o feminismo negro não seria o suficiente para suprir todas as esferas que a envolvem, visto que este movimento também foi pensado, inicialmente, para as mulheres negras europeias ou norte-americanas, que sofriam sim com o racismo e o sexismo, porém de maneira diferente de outras mulheres não brancas, como as latinas, africanas, etc. Dessa forma, a interseccionalidade e a questão identitária foram inseridas na análise com o propósito de preencher as lacunas que formam a personagem Adah, em uma tentativa de entender todas as intersecções que a identificam como uma mulher negra, nigeriana, pobre, cristã, mãe solo, divorciada, entre outras.

Esta pesquisa importa porque agrega debates e críticas para a produção de conhecimento literário e dos estudos culturais. Revela discussões necessárias acerca das dificuldades femininas cotidianas provenientes do patriarcado, com foco na situação da mulher negra. Para todas as meninas e mulheres que, assim como Adah, se identificam com ela e buscam uma vida melhor para si mesmas enquanto fazem todo um equilíbrio necessário para se encaixarem na sociedade patriarcal, que dita tantas regras, obrigações e limitações para as mulheres, porém a recompensa por seus esforços dificilmente chega. Assim como sua protagonista, a autora utiliza sua escrita de modo que seja libertadora, como um instrumento de resistência que busca desfazer o silêncio imposto a milhares de mulheres.

É de extrema relevância que os espaços do ambiente acadêmico sejam utilizados para discutir e contribuir para os debates acerca da literatura africana, de autoria feminina, levantando questões pertinentes à vida social de mulheres e homens que são afetados cotidianamente pelas mazelas do patriarcado. A literatura pode ser entendida e aproveitada de muitas formas, seja para silenciar ou empoderar grupos minoritários que ainda enfrentam muitas adversidades. É essencial que a literatura seja usufruída ao seu potencial máximo, seja por pesquisadores, leitores dedicados ou casuais. Pode ser que alguma dessas discussões levantadas aqui sirvam de exemplo para que mais pessoas se identifiquem e atenham-se aos seus plenos direitos e as diferentes possibilidades de vida pessoal e profissional, não deixando-se levar por ideias pré-concebidas.

CAPÍTULO I

IR PARA A INGLATERRA SERIA COMO VISITAR DEUS

1.1 Identidade, diáspora e colonialidade

O enredo da obra *Cidadã de segunda classe* se passa, na maior parte da narrativa, no Reino Unido, mais precisamente em Londres, assim como na obra *No fundo do poço*. Acompanhamos a infância da protagonista Adah, ainda que rapidamente, enquanto ainda residia na Nigéria, sua terra natal. Mesmo que a primeira parte da narrativa seja breve, é necessário o conhecimento acerca do contexto histórico da Nigéria, para que possamos entender de que maneiras os acontecimentos históricos moldaram a vida da protagonista e seu modo de pensar.

A Nigéria sofreu com a ocupação britânica em seu território, que teve início em meados de 1850. Devido ao papel de grande influência exercido pelos agentes ingleses, principalmente os missionários cristãos, a invasão britânica afetou o país em diferentes áreas: política, econômica e social. Segundo Falola e Heaton (2008), houve dois fatores que auxiliaram os missionários cristãos a conquistarem ainda mais influência entre as comunidades nigerianas. Em primeiro lugar, muitos líderes locais acreditavam que poderia ser proveitoso ter os missionários por perto, considerando a questão espiritual e religiosa de grande ajuda na proteção dos territórios em relação a outros grupos rivais. Em segundo lugar, os missionários proporcionavam escolas que se voltavam principalmente para o aprendizado e entendimento da língua inglesa, desde a leitura, a escrita, e a fala. Considerando a questão comercial e econômica, seria mais vantajoso o conhecimento da língua inglesa para os habitantes.

Entende-se que a Nigéria ainda não era exatamente um país unificado, mas se compunha por vários territórios próximos que coexistiam, mas não eram aliados. Os líderes destes territórios reconheciam também a relação entre os missionários cristãos e o poderio militar inglês, então também era de grande interesse destes que se aliassem aos britânicos com o intuito de se defenderem de possíveis inimigos próximos. Assim, os missionários eram considerados basicamente como embaixadores ingleses. A presença dos missionários cristãos não passa despercebida durante a narrativa da infância de Adah, pelo contrário, possuem um papel central na vida da personagem. É inegável a influência que estes exercem sobre Adah ainda criança, e continuam exercendo durante sua vida adulta, ainda que não mais presentes em seu cotidiano. Isto se observa em uma gama de

valores que foram aprendidos por ela enquanto estudava em uma dessas escolas cristãs. Mesmo que Adah não renuncie a certos aspectos de sua cultura, é perceptível que se deixa levar pela fantasia criada acerca do Reino Unido e seus costumes, como será analisado mais adiante.

O fim da era colonial chegou para os nigerianos em 1960, sendo a Nigéria considerada um dos países mais populosos da África. Além disso, havia a promessa de muita riqueza devido à descoberta de petróleo em seu território. Entretanto, ao contrário do que se esperava, o país ainda sofreu muito com a instabilidade política, econômica e social que se fez presente após a independência. Segundo Falola e Heaton:

O mais prejudicial, porém, foi o culminar destes problemas numa guerra civil de dois anos e meio, de 1967 a 1970, que dividiu o país em linhas regionais e étnicas, matou entre 1 e 3 milhões de pessoas e quase destruiu os frágeis laços federais que mantinham unido o Estado nigeriano. [p. 158, tradução nossa]¹

Essa guerra civil contava com os maiores grupos étnicos do território nigeriano, sendo estes os Hauçás, Iorubás e Igbo. Em suas respectivas regiões, grupos étnicos minoritários também se opunham a esses grupos maiores, criando ainda mais divisões e subdivisões em relação a criação de uma identidade nigeriana, única (Falola; Heaton, 2008). Considerando todo o tempo que o país passou sob o domínio colonial britânico e a instabilidade que sucedeu a independência, compreende-se que o senso de identidade e cultura nigerianos demoraram bastante para formar uma frente unificada, uma representação nacional reconhecida pelos africanos.

Segundo Aníbal Quijano (2002), o poder mundial atualmente tem como base a colaboração entre quatro poderes: a colonialidade do poder, o capitalismo, o Estado e o eurocentrismo. A colonialidade do poder se dá pela diferenciação do ser humano com base no conceito de raça e é uma das expressões de dominação colonial mais resistentes, afetando todas as camadas sociais de maneira intrínseca. Essa diferenciação ocorre pela identificação dos traços fenotípicos daqueles que foram colonizados, perpetuando a naturalização das relações de superioridade e inferioridade entre colonizador e colonizado, dominantes e dominados. O autor ainda complementa:

¹ Most damaging, however, was the culmination of these problems in a two-and-a-half-year civil war from 1967 to 1970 that rent the country along regional and ethnic lines, killed between 1 and 3 million people, and nearly destroyed the fragile federal bonds that held together the Nigerian state. (Falola; Heaton, 2008, p. 158)

Desde então [a colonialidade do poder] demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (Quijano, 2005, p. 118)

Ao compreendermos melhor como se desenvolvem as relações de poder entre os colonizadores e colonizados, neste caso, ingleses e nigerianos, torna-se possível o entendimento acerca da presença do pensamento colonial. Ainda que a Nigéria tenha se desvinculado do domínio britânico, o longo período que passou sob seu poder acarretou diversas consequências políticas, econômicas e sociais. Nota-se este pensamento colonial na narrativa de Adah, em trechos referentes ao período próximo à independência da Nigéria. Durante a década de 1940, muitos homens nigerianos migraram para o Reino Unido com a intenção de receberem uma formação adequada para governar a Nigéria após a independência. A Inglaterra era tida como o único local considerado bom o bastante para que obtivessem essas qualificações, como se nota:

Homens responsáveis, ocupando altos postos no serviço público, jogaram seus empregos para o alto, acertaram as contas, se demitiram, abandonaram os filhos, entregaram vinte libras ou algo assim às esposas analfabetas, e fizeram as malas para a viagem ao Reino Unido em busca de treinamento, em busca de qualificação. A qualificação que os habilitaria a declarar as velhas esposas analfabetas obsoletas e os autorizaria a tomar por esposas mulheres com formação universitária – recentíssimas na Nigéria. Sim, sim, o Reino Unido faria muito por esses homens. Para correr atrás desse sonho, ou dessa realidade, ou de seja lá o que fosse que preferissem denominá-lo, eles venderam tudo, abandonaram tudo o que haviam considerado importante. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 117-118)

A promessa da prosperidade baseada no ideal de sucesso europeu fez com que muitas famílias nigerianas se desfizessem, visto que uma grande maioria nunca retornou, envergonhados pelo fracasso em alcançarem de fato o que lhes foi prometido pelas propagandas da sociedade moderna europeia. Observa-se a ironia contida no trecho, visto que a ideia de “melhoria” no Reino Unido só serviria aos homens, que trocariam até mesmo suas esposas por mulheres mais jovens. O Reino Unido não apenas conquistou e separou o território africano, como também fez isso com as famílias, sempre com a falsa promessa colonial de avanço e enriquecimento. Percebe-se também a ironia do narrador

ao citar as mulheres graduadas, “recentíssimas na Nigéria”, como se fossem produtos novos anunciados no mercado.

Este modelo de pensamento se observa principalmente nas ambições de Adah, nitidamente influenciada por esse pensamento colonial: “Ir um dia ao Reino Unido era um sonho que Adah carregava consigo, mas sonhos depressa ganham corpo. Seu sonho vivia com ela, exatamente como uma Presença.” (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 23). Verifica-se claramente um paralelo entre Adah e estes homens que deixaram seus lares em busca do sonho americano, cegos pela esperança de obter sucesso e ascenderem socialmente. A diferença entre eles e Adah é que por ser mulher ela não pôde abandonar tudo para seguir seu sonho, pelo contrário, o peso das obrigações matrimoniais e familiares a atrasaram muito, sendo obrigada a casar e enviar o marido primeiro ao Reino Unido para que tivesse um pretexto para ir também junto às crianças. A sociedade não aceitaria que ela fosse simplesmente porque era sua vontade.

Adah comenta como seu sonho se torna uma coisa tão vívida, que assume uma “Presença” para ela, ou seja, em sua mente, é tão próximo que ela pode quase tocá-lo. Essa presença, com ‘P’ maiúsculo, traz a indicação de que esta pode ser entendida quase como uma entidade para ela, algo vivo, que possui vontade própria. Tal presença é metáfora de seu anseio por um mundo diferente, mais livre. Para Adah, essa presença se manifesta além de suas próprias vontades, empurrando-a cada vez mais perto de seu sonho. Este sonho, porém, também, pode ser entendido como o famigerado sonho americano, ainda que sua vontade não seja exatamente ir para os Estados Unidos e sim para o Reino Unido, mas a premissa é praticamente a mesma: ir para um país considerado ‘de primeiro mundo’, estudar, trabalhar e ascender socialmente com base no seu próprio esforço, seguindo o ideal meritocrático. Também é possível encarar essa presença como algo místico, sobrenatural, que se assemelha a um deus para Adah, pois mesmo que não seja algo tangível ou visível para ela, mesmo sofrendo consequências negativas, continua crendo. Essa presença continua aparecendo para Adah com o desenrolar da narrativa, em momentos decisivos para o sucesso de seu sonho, como se observa no trecho:

Mais ou menos por aí, aconteceu uma coisa que mostrou à menina que seu sonho estava apenas passando por um abalo insignificante, bem pequeno mesmo, nada profundo o bastante para destruir sua estrutura básica. O sonho àquela altura adquirira uma imagem em sua mente, parecera criar vida, respirar e sorrir amavelmente para ela. O sorriso da Presença se abriu quando o diretor da escola de Adah anunciou as listas de escolas secundárias disponíveis, escolas nas quais as crianças poderiam se candidatar a matrículas. “Você vai, precisa ir, e para uma

das escolas mais importantes; e não apenas vai para uma dessas escolas, como será uma das melhores alunas”, Adah ouviu a Presença dizer. E ouviu isso tantas vezes que começou a sorrir. A voz do diretor puxou-a de volta para a realidade. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 30-31)

Ouvindo os conselhos da ‘Presença’ em seu ouvido, Adah fez o possível para conseguir se inscrever na escola que queria. Até mesmo se submeteu a levar uma surra de duas horas após ter usado o dinheiro que seu primo a havia entregado para comprar carne para pagar sua inscrição. Visando seu sonho, e com o incentivo da “Presença”, Adah constantemente se encrocava com os familiares, e futuramente com o marido, visto que seu sonho vai de encontro aos valores da sociedade patriarcal. Pode-se dizer até mesmo que essa presença deveria ser indesejada por Adah, pois sempre encontrava problemas ao ouvi-la, inclusive mais tarde ao ir para o Reino Unido, quando tem de enfrentar muito mais dificuldades do que em Ibuza, algo que ela não imaginava, pois tinha uma visão utópica de como seria sua vida no Reino Unido. Adah consegue passar na seleção para entrar na escola, ficando tão bem colocada que conseguiu uma bolsa de estudos completa, assim não precisaria se preocupar com o pagamento das parcelas. Apesar das dificuldades, a “Presença” não a incomodava nem um pouco, como se nota:

Desde então, começara a sentir-se maravilhada com a Presença. Ela existia bem junto dela, como uma companhia. Consolava-a durante as longas férias escolares, quando não podia ir para casa porque não tinha casa para onde ir. Foi muito feliz no Ginásio Metodista para Meninas, especialmente durante os primeiros quatro anos. Contudo, uma nuvem de indecisão começou a assombrá-la quando o fim de seus dias na escola se aproximou. Impressionante como cinco anos passavam depressa! Ela teria gostado de ficar por lá, no internato; de espichar cada dia para um ano e cada ano para um século. Mas era impossível. O derradeiro dia chegou, encontrando-a um bocado despreparada para a vida lá fora. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 34-35)

Percebe-se o grande desejo de Adah de se esconder de suas obrigações em seus estudos, buscando adiar o temido momento em que se tornaria uma adulta e, com isso, esposa e mãe. Pode-se dizer que seu sonho nasceu não apenas da influência colonial em sua vida, mas também de sua resistência natural aos costumes patriarcais, ainda que inconscientemente, pois sonhava em ir embora de sua cidade natal para um lugar distante. Assim, apesar dos obstáculos encontrados, pode-se entender essa presença como um símbolo de seu inconsciente, uma espécie de mecanismo de autopreservação da personagem, uma maneira inconsciente de tentar proteger o que restava de sua infância. Segundo Chevalier:

O símbolo anuncia um outro plano de consciência, que não o da evidência racional; é a chave de um mistério, o único meio de se dizer aquilo que não pode ser apreendido de outra forma; ele jamais é explicado de modo definitivo [...] (Corbin apud Chevalier, 2001, p. 16).

Assim, compreende-se que o símbolo não tem uma interpretação fixa, mas sim, deve ser constantemente reavaliado em busca de novos significados. A “Presença” que acompanha Adah é um fragmento de sua imaginação, não possui uma explicação racional para a menina que era ainda tão jovem. Pode-se dizer que a influência colonial exercida sobre si em sua infância criou esta idealização a respeito do Reino Unido e tudo relacionado a ele em sua mente, moldando sua identidade de maneira significativa desde muito cedo. Adah foi impulsionada, inconscientemente, a buscar os modos de vida britânicos por considerar certos costumes superiores aos costumes nigerianos. Nota-se essa influência em um trecho de *Cidadã de segunda classe* em que Adah compara a educação que recebeu à de Francis, seu marido: “Tivera poucas oportunidades de entrar em contato com europeus, como acontecera com Adah. Aqueles malditos missionários! Haviam ensinado a Adah todas as coisas boas da vida [...]” (Emecheta, 2018, *CDSC*, p. 41). Nota-se que a personagem entra em conflito com seu marido desde o início do casamento pela diferença entre suas crenças e valores. Por ter sido educada pelos missionários europeus, a visão de mundo de Adah já se difere bastante da de Francis, que não teve tanto contato com os ingleses até o momento em que migraram para o Reino Unido.

Ao pensarmos em identidade no contexto de um romance como o de Buchi Emecheta, Stuart Hall é o teórico que precisamos utilizar como ponto inicial para entender seus conceitos. Hall (2006) pensa a identidade cultural na pós-modernidade, afirmando que o sujeito é moldado conforme suas interações com a sociedade, mas que mantém o que seria o seu núcleo, seu eu interior, apesar das influências exteriores da sociedade. Quando o sujeito se depara com as diversas possibilidades criadas por essas influências externas e culturais, acaba se fragmentando, pois, como resultado dessas influências externas, criam-se as muitas identidades não fixas que compõem o sujeito multifacetado. A existência dessas muitas possibilidades torna ainda mais difícil o processo de firmar uma identidade cultural única, como ele aponta no trecho:

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados

ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 2006, p. 12-13).

Dessa forma, percebemos como é importante a compreensão da identidade cultural, visto que está intrinsecamente entremeada à ideia da interseccionalidade. Todos os tipos de mulheres podem se encaixar dentro deste campo identitário apontado por Hall, pois as junções das diferentes intersecções como sexualidade, nação, idade, entre outros, criam essas identidades móveis. E é dentro dessas concepções de identidades únicas que a sociedade expressa grande pressão para que o sujeito tome apenas uma para si, dando margem para os preconceitos e exclusão, como resultado de uma generalização. A interseccionalidade também pode ser utilizada como uma ferramenta de análise e percepção de desigualdades sociais, como afirmam Bilge e Collins:

Primeiro, a desigualdade social não se aplica igualmente a mulheres, crianças, pessoas de cor, pessoas com capacidades diferentes, pessoas trans, populações sem documento e grupos indígenas. Em vez de ver as pessoas como uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos, a interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo. Alguns grupos são especialmente vulneráveis às mudanças na economia global, enquanto outros se beneficiam desproporcionalmente delas. A interseccionalidade fornece uma estrutura de interseção entre desigualdades sociais e desigualdade econômica como medida da desigualdade social global (2020, p. 35).

Analisando as diferentes possibilidades de cada sujeito, a interseccionalidade proporciona o conhecimento necessário acerca das necessidades de diversos grupos étnicos, trazendo o foco que fora negado anteriormente a esses grupos. Levantando essas questões direcionadas a grupos específicos da sociedade, as teóricas explicam como fatores como raça, gênero, idade e estatuto de cidadania influenciam no acesso a empregos dignos de uma remuneração minimamente decente, assim como serviços sociais e de saúde oferecidos somente àqueles sob o rótulo de cidadãos de um determinado local. Como já foi citado anteriormente, essas questões mais burocráticas, que abrangem o termo “cidadão”, podem excluir aqueles que não se encaixam nesse conceito, o que é o caso de muitas mulheres imigrantes, por exemplo. Isto se observa com a personagem Adah, ao largar seu emprego para cuidar das crianças, passando a viver do auxílio governamental:

Sua socialização estava completa. Ela, uma mulher africana com cinco filhos e nenhum marido, sem emprego e sem futuro, estava como a

maioria de seus vizinhos: desocupada, desenraizada, sem direito a reivindicar nada. Simplesmente desconectada... (Emecheta, *NFDP*, 2019, p. 49)

É assim que Adah se reconhece agora, como uma mulher fracassada pelo fato de que não se encaixa nas expectativas da sociedade que ela internalizou como reais para si. O que ela não percebe ainda é que há diversas outras possibilidades em relação a sua identidade que vão além dos rótulos negativos que coloca sobre si com base nas expectativas sociais. Para Adah foi possível receber o auxílio no lugar de um salário pelo fato de que ela não era uma imigrante ilegal, como em muitos outros casos nos quais as mulheres se encontram desamparadas pelo estado. Ainda assim, o auxílio mal os mantém alimentados e Adah sente-se envergonhada por viver de ajuda do governo, marginalizada, temendo ser considerada uma aproveitadora ou preguiçosa, como dá a entender que seria o caso se fosse em seu lar na Nigéria. Adah considera esta situação como o “fundo do poço”, expressão que nomeia o romance, sem pensar no quanto o seu país foi roubado e explorado pela colonização. A interseccionalidade nos permite encarar essas questões identitárias de uma maneira diferente da que estamos acostumados, não mais obrigados a ter de escolher apenas uma identidade, mesmo que exista ainda muita pressão social em relação a grupos minoritários, como apontam as teóricas:

Em nível elementar, uma pessoa não precisa mais se perguntar: “Sou primeiro chicana, mulher ou lésbica?”. A resposta “sou simultaneamente chicana e mulher e lésbica” expande esse espaço de subjetividade e abrange múltiplos aspectos da identidade individual (Bilge e Collins, 2020, p. 211).

Segundo Bilge e Collins (2020), o debate sobre identidades individuais como performativas e interseccionais leva ao entendimento de que identidades não são essencialistas ou fixas, são construídas, de acordo com seus contextos sociais, que são moldados por relações interseccionais de poder. Acrescentam também que os estudiosos devem ficar atentos ao perigo da generalização sobre identidades nos estudos contemporâneos de interseccionalidade e buscar mostrar que a interseccionalidade não é somente uma teoria da identidade individual. Crenshaw (1991) aborda essas generalizações ao falar do problema nas políticas identitárias que universalizam tanto a ideia de mulher pelo movimento feminista quanto a ideia de negritude pelo movimento negro. Para a autora, o problema se encontra no fato de que muitos grupos provenientes das intersecções que existem em meio a esses conceitos generalizantes são esquecidos e têm suas lutas diminuídas ou apagadas, como as mulheres negras, que não se veem

representadas nem pelos grupos feministas, nem pelos grupos raciais. Crenshaw argumenta:

Esforços feministas para politizar experiências de mulheres e os esforços antirracistas para politizar experiências de pessoas de cor têm frequentemente prosseguido como se as questões e experiências que cada uma delas detalha ocorressem em terrenos mutuamente exclusivos. [p. 1242, tradução nossa].²

Assim, entende-se que essa universalização de termos identitários exclui outros grupos existentes que não se encaixariam em apenas um rótulo, mas em várias esferas diferentes. São esses novos levantamentos sobre a questão da identidade que geraram inúmeras novas possibilidades acerca das identidades múltiplas e como estas interagem e se moldam dentro das relações interseccionais.

Ao acompanharmos a vida de Adah, somos apresentados a certos aspectos da colonização em seu país, que ainda estava sob o domínio inglês durante o período de sua infância. É descrito o grande fluxo de pessoas chegando no país para trabalharem como professores, médicos, entre outros profissionais, assim como aqueles que também saíam do país em busca de novas oportunidades em território europeu. Com a chegada de um advogado em sua cidade natal, Adah lembra como fora organizado um evento para a recepção deste, com as mulheres cantando em festa pelo acontecimento:

Entremearam o nome do uniforme à letra da canção, e era uma alegria ouvir e ver aquelas mulheres, felizes em sua inocência, como crianças. Seus desejos eram simples, fáceis de atender. Não eram como os de seus filhos, que mais adiante foram apanhados pela rede emaranhada da industrialização. A Mãe de Adah nunca passou pela experiência de ficar pagando hipoteca, nunca soube o que era ter um automóvel para a família ou se preocupar com o funcionamento do motor do carro. Não se preocupava com poluição, explosão populacional ou questões de raça. Assim, o que há de surpreendente no fato dela viver feliz, ignorando as assim chamadas alegrias da civilização e todas as suas armadilhas? (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 20-21)

Observa-se a crítica social construída no trecho acima, ao apontar a inocência de um povo cujos costumes ainda não haviam sido completamente apagados pela colonização nem totalmente modernizado de acordo com os padrões ocidentais. Adah lista questões atuais, pertinentes à modernização de um mundo capitalista que visa primeiramente o lucro, sem pensar nos problemas trazidos pela dita civilização, como

² Feminist efforts to politicize experiences of women and antiracist efforts to politicize experiences of people of color have frequently proceeded as though the issues and experiences they each detail occur on mutually exclusive terrains. (1991, p. 1242)

poluição, dívidas, racismo, entre outras questões. Apesar disso, Adah já enfrenta todos esses problemas em sua vida adulta, mesmo que não tenha passado tanto tempo de uma geração para outra. Stuart Hall comenta a respeito dessa globalização:

A nova fase pós-1970 da globalização está ainda profundamente enraizada nas disparidades estruturais de riqueza e poder. Mas suas formas de operação, embora irregulares, são mais “globais”, planetárias em perspectiva; incluem interesses de empresas transnacionais, a desregulamentação dos mercados mundiais e do fluxo global do capital, as tecnologias e sistemas de comunicação que transcendem e tiram do jogo a antiga estrutura do Estado-nação. (2003, p. 36)

Considerando que a maior parte da narrativa de Adah se concentra em volta de sua vida adulta, na década de 60, é possível dizer que essa modernidade já vivida por ela se trata de um processo de muitos anos em desenvolvimento. Seu país ainda era explorado em diversos âmbitos, portanto não usufruíam das “maravilhas” da vida moderna. Adah relaciona a felicidade de sua mãe e de suas amigas ao fato de que estas não tinham de se preocupar com as consequências da civilização, ou como ela cita ironicamente, as “alegrias da civilização”. Ao utilizar o termo “armadilhas” para se referir à civilização, leva-nos a entendê-lo como uma metáfora, que aquela industrialização que supostamente facilitaria e mudaria a vida das pessoas seria enganosa, atraindo as pessoas com boas promessas que exigiriam um custo alto mais tarde. Adah continua a refletir:

Naquele dia essas mulheres felizes foram até o porto receber uma pessoa que havia partido para ter um gostinho da tal civilização, uma civilização que em breve aprisionaria todas elas, como ópio. Naquele dia, estavam felizes por dar as boas-vindas a seu campeão. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 21)

Adah frisa mais uma vez a alegria despreocupada das mulheres de sua cidade frente aos primeiros efeitos da modernidade, comparando a civilização ao ópio. Vale ressaltar que o ópio é uma droga amplamente conhecida por induzir a uma sensação de bem-estar exagerado e que se utilizado com frequência pode causar dependência no indivíduo (Duarte, 2005). O mesmo pode ser dito da civilização, que causa um encantamento inicial com seus luxos e novidades, mas que traz mais prejuízos para os seres humanos ao longo prazo, como a pobreza, a fome, a falta de moradia, entre outros problemas. Como se nota no trecho, os nigerianos que saíam para estudar na Europa eram considerados vitoriosos entre o seu povo, pois entende-se que países desenvolvidos como Inglaterra, Canadá, Nova Zelândia, entre outros, são considerados mais avançados em todas as áreas, principalmente na educação, traçando uma clara disparidade entre países

do norte e do sul global. Com o grande fluxo de europeus que chegavam todo dia nos portos, o povo de Adah causava uma certa curiosidade nos recém-chegados, como se observa:

Dançaram felizes no porto, sacudindo as cabaças coloridas no ar. Os europeus que chegavam olhavam para elas embasbacados. Nunca haviam visto nada como aquilo antes. O ápice da coisa foi quando um inglês as fotografou. Ele chegara a tirar vários instantâneos das mulheres com bebês presos às costas. Mas e suas amigas ficaram realmente felizes por serem fotografadas por europeus! Isso foi antes da independência da Nigéria, quando praticamente todos os navios que chegavam da Inglaterra traziam centenas de ingleses recém-formados e médicos para trabalhar nas escolas e nos hospitais de Lagos. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 21)

É possível dizer que os europeus que chegavam no porto viam a Nigéria como um país distante a ser desvendado. Há um olhar de colonizador do inglês para os nigerianos colonizados, pois estes aparentam considerar o povo de Adah como algo exótico, diferente do habitual. Nesse caso, os nigerianos são vistos como o outro. Não é como se os ingleses nunca tivessem visto ou interagido com outras pessoas negras, mas, aparentemente, há o impacto da cultura africana, que diverge dos padrões europeus. Ao tirarem fotos das mulheres com bebês amarrados nas costas, constrói-se intencionalmente uma imagem de atraso, de um trabalho pesado que ainda não foi substituído pelas maravilhas e pelos confortos da civilização.

Como Adah aponta, esse evento foi antes da independência da Nigéria, consolidando o sentimento de que algo no ato de fotografar as pessoas daquela forma não era correto, ainda que as mulheres tenham ficado felizes com isso, por não entenderem que estavam sendo vistas como inferiores, atrasadas, pouco desenvolvidas. Assim como há um olhar de exotismo do inglês para os nigerianos, também existe um olhar maravilhado dos nigerianos para os ingleses, visto que um dos aspectos da colonização é um certo desprezo pela própria cultura e o encantamento pela cultura do colonizador. O trecho a seguir se passa ainda no evento da chegada do advogado Nweze, e os adultos comentavam seus modos. Ressaltam como era uma coisa boa que ele não havia trazido uma mulher branca com ele, caso contrário, a deusa do rio, Oboshi, teria castigado a mulher com a lepra. Trata-se de uma das superstições do povo de Adah, criada para que as pessoas respeitassem as tradições. Adah reflete sobre as mudanças em sua terra natal e as crenças de seu povo:

Relembrando todos esses tabus e superstições dos igbos do Oeste da Nigéria, Adah não conseguiu se impedir de rir para si mesma. Havia crescido com eles, eles faziam parte dela, porém agora, década de 70, achava graça quando se lembrava. O que havia de mais engraçado em todas aquelas superstições e crenças era elas ainda terem uma presença tão melancólica nas mentes de seu povo. Ninguém se atrevia a ignorá-las, nem uma só delas. A lepra era uma doença com a qual a deusa do maior rio de Ibuza amaldiçoava todo aquele que ousasse desrespeitar alguma tradição do lugar. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 22)

Já em sua vida adulta, Adah relembra delas com humor, pois não compartilhava mais da mesma visão que seu povo, devido ao fato de que, ao se deslocar de seu país de origem e ir morar na Inglaterra, Adah passa a percebê-las pelo que realmente são: superstições criadas para impor uma certa ordem na comunidade. Além disso, após se tornar imigrante, sua percepção acerca da cultura se expande, não englobando mais apenas a cultura africana, mas também uma parte da cultura europeia.

Todo este processo de imigração acarretou uma mudança em Adah, transformando-a em alguém diferente do que ela era em Ibuza, sua terra natal. Hall (2006) entende esse processo como o deslocamento ou a descentração do sujeito, que ocorre nas sociedades modernas. A rápida globalização do mundo resultou em transformações dos indivíduos sociais em nível pessoal, ou seja, nossas identidades passam por mudanças devido ao abalo em nossas crenças e convicções, fazendo-nos repensar nosso lugar no mundo: “Esse duplo deslocamento-descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo.” (Hall, 2006, p. 9). Neste sentido, vários momentos da vida de Adah podem exemplificar sua descentralização. Ainda sobre o rio e sua divindade, Adah continua a refletir:

Mais adiante, porém, Adah foi incapaz de entender o que teria dado naquele Rio Oboshi. Descobriram petróleo muito perto dele, e a deusa permitiu que os homens do petróleo perfurassem o rio sem amaldiçoá-los com a lepra. Quase todos os homens do petróleo eram brancos – surpreendente. Ou, quem sabe, os deuses maiores já haviam declarado a deusa do rio obsoleta bem antes daquela ocasião. Isso não seria uma surpresa para Adah, pois qualquer um podia ser declarado obsoleto naquela época, mesmo as deusas. Se não obsoleta, ela devia estar num sono de Rip Van Winkle, pois também permitiu que os soldados hauçá chegassem e massacrassem seus filhos, e alguns homens de Ibuza haviam se casado com mulheres brancas sem ficar leprosos. Ainda no ano anterior uma garota diplomada de Ibuza se casara com um norte-americano branco! De modo que a deusa do Rio Oboshi era mais rápida que seus filhos e filhas no que dizia respeito a se adaptar aos tempos que corriam. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 22-23)

Pode-se dizer que, para Adah, a deusa do Rio Oboshi representa o povo igbo, seus valores e crenças, sua tentativa de manter sua cultura viva, como o não casamento com povos de outra etnia. Mas, assim como o povo igbo teve de se adaptar às mudanças ocasionadas pela colonização, a deusa do Rio Oboshi também. Assim, Adah indica a força que a modernização trazida pelo europeu vinha tomando em sua cidade, a ponto de tornar obsoletos os deuses de seu povo, ou melhor, tornar suas crenças e valores obsoletos. O rio pode ser entendido como uma alegoria para a vida que corre e se modifica com o passar do tempo, assim como ocorreu com as gerações de Adah e sua mãe, cujas discrepâncias são consideráveis, alcançadas em um curto período. A referência ao personagem Rip Van Winkle, do conto homônimo de Washington Irving, de 1819, reforça a ideia de obsolescência, de ideias ultrapassadas. O personagem Rip Van Winkle dorme por 20 anos e não reconhece o mundo no qual acorda. Isso se dá com muitos sujeitos em contexto de colonização e rápidas mudanças, obrigados a aceitarem mudanças drásticas sobre sua cultura, seu modo de vida, como o faz a deusa do Rio Oboshi. Também é possível a analogia do que Adah relata com a narrativa de *O mundo se despedaça*, do nigeriano Chinua Achebe, de 1958. O herói, Okwonko, não consegue aceitar e acompanhar as mudanças impostas pela colonização ao seu povoado Igbo. Desestabilizado, seu mundo se despedaça, como o nome indica, pois tem sua identidade cultural esfacelada pelo impacto da colonização e das mudanças rápidas nas tradições locais.

Stuart Hall também aborda a questão da identidade cultural junto à problemática da diáspora, alegando que apesar de suas complexidades, ambas estão intrinsecamente relacionadas. Segundo o autor, a exploração exercida pelas metrópoles colonizadoras causa a dispersão dos povos de seus lares, sendo a pobreza e o subdesenvolvimento os principais causadores dessa migração forçada: “Na situação da diáspora, as identidades se tornam múltiplas.” (2003, p. 27). Em busca de maior qualidade de vida, esse deslocamento torna-se uma das únicas opções restantes, e como resultado dessa diáspora, a identidade cultural também se dispersa e se modifica. A diáspora é o termo utilizado para abranger essas migrações, considerando-as em um sentido mais cultural, enquanto a migração se trata somente dos deslocamentos no sentido físico, geográfico. Avtar Brah complementa a respeito das culturas:

Culturas nas diásporas sempre têm sua própria especificidade. Em outras palavras, mesmo quando o uso do termo “negro” for limitado à África sub-sahariana e suas diásporas, pode-se dizer, dentro dos

parâmetros postos pelos críticos, que ele nega as especificidades culturais desses diversos grupos. (2006, p. 336)

Logo, compreende-se que as culturas, assim como a identidade cultural, não permanecem imutáveis independentemente do espaço e do momento histórico em que os sujeitos estão inseridos, mas se transformam gradualmente conforme a situação. Segundo Brah (1996), as diásporas são a junção de diversas culturas e narrativas de diferentes grupos, capazes de expandirem seus horizontes e formar novas práticas e experiências culturais em um novo grupo, unido pela similaridade de suas situações.

Para Hall (2003), as sociedades são compostas de diferentes povos e heranças culturais, tornando praticamente impossível que haja uma origem única para cada povo. A identidade, nestes contextos, é também percebida como uma questão histórica, visto que a empreitada colonial foi a maior causa para a diáspora e, conseqüentemente, o que o autor entende como a identidade cultural na modernidade, como se nota no trecho: “A distinção de nossa cultura é manifestamente o resultado do maior entrelaçamento e fusão, na fornalha da sociedade colonial, de diferentes elementos culturais africanos, asiáticos e europeus.” (Hall, 2003, p. 31). Sobre a diáspora, o autor aponta que esta é uma consequência da modernidade e se apoia majoritariamente no conceito de diferença, ou seja, é necessária uma diferenciação entre os sujeitos, transformá-los em “outros” para que fique clara a distinção baseada na concepção de raça, viabilizando relações de superioridade e inferioridade. Para explicar esse processo de racialização, Brah utiliza a situação dos grupos africanos-caribenhos como exemplo:

O termo não era um simples termo descritivo. Tinha sido o código colonial para uma relação de dominação e subordinação entre o colonizador e o colonizado. O código passou a ser re-trabalhado e reconstituído através de uma variedade de processos políticos, culturais e econômicos na Grã-Bretanha do pós-guerra. Em outras palavras, os grupos africanos-caribenhos e do sul da Ásia experimentaram a racialização de sua posição de classe e gênero através de um racismo que punha em primeiro plano sua “não-brancura” como temática comum no discurso sobre as “pessoas de cor”. Embora os modos precisos como esses conjuntos heterogêneos de pessoas foram racializados não tenham sido idênticos, a condensação do binário branco/não-branco nesse discurso construiu a equivalência e similaridade de experiência, na medida em que enfrentavam práticas de estigmatização, inferiorização, exclusão e/ou discriminação em arenas como emprego, educação, moradia, meios de comunicação, sistema de justiça criminal, aparato de imigração e serviços de saúde. (2006, p. 333)

Logo, fica nítido o sistema de opressão que se perpetua na vida cotidiana de milhares de imigrantes, principalmente aqueles que possuem traços fenotípicos facilmente distinguíveis. Adah passa por situações difíceis durante a narrativa devido a cor de sua pele e as marcas que possuía no rosto que indicavam seu pertencimento ao povo Igbo da Nigéria e seu modo de falar, ou seja, características que demonstravam que ela não era uma pessoa nascida e criada na Inglaterra. Os efeitos dessa opressão também se manifestam em sua filha Titi, que deixa de falar devido ao medo de não falar inglês corretamente:

Francis queria que a filha deles começasse a falar apenas em inglês. Esse era o resultado da Nigéria ter sido governada durante tanto tempo pelos ingleses. A inteligência da pessoa era avaliada pela forma como ela falava inglês. Mas não importava nem um pouco se os ingleses eram ou não capazes de falar as línguas dos povos que governavam. Essa exigência teve um efeito terrível sobre a pequena Titi. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 78)

Apesar de seu encantamento inicial, com o tempo, Adah passa a perceber o quão injustas e difíceis certas coisas são para mulheres imigrantes como ela. Percebe-se a ironia no trecho acima, como também a hipocrisia dos ingleses, que exigem que o resto do mundo fale inglês perfeitamente, enquanto estes não se preocupam em aprender o básico das diversas linguagens e culturas dos países que invadiram. Hall (2006) aponta o conceito de nação não apenas como uma entidade política, mas como uma representação cultural nacional do local e das pessoas, introduzindo também a noção de “inglesidade”, que engloba questões identitárias como: o que é ser inglês? No romance, essa noção de ser inglês o suficiente aborda majoritariamente ter nascido na Inglaterra, ser branco, falar a língua inglesa adequadamente etc. Para Adah e sua família, se encaixar nesses requisitos nacionais se mostra impossível, o que resulta em violências simbólicas para seus filhos. A protagonista vive em um conflito interno, dividida entre seguir seus sonhos que envolvem o Reino Unido e, ao mesmo tempo, compreender que se enganou em muitas coisas a respeito do país. Apesar de notar as divergências entre suas expectativas e a realidade, ainda é perceptível que ela se esforça para se encaixar naquela sociedade e se decepciona quando não consegue. Mesmo que buscasse muito isso, na maior parte do tempo, Adah é incapaz de sentir um senso de pertencimento em relação àquele lugar, como se observa no trecho em que comenta sobre suas colegas de trabalho:

As outras garotas eram assistentes, muito jovens, de pernas longas e magras; para Adah, quase todas pareciam ser só pernas. Diferentemente

da chefe, todas acompanhavam atentamente as tendências da moda. Faziam Adah sentir-se deslocada, por isso Adah nunca criou maior intimidade com elas. De certo modo elas a faziam sentir-se inferior, sempre falando sobre roupas e namorados. Adah teria gostado de participar dessas conversas, pois era da idade delas, mas sabia que se abrisse a boca suas palavras estariam impregnadas de amargura. Teria dito às colegas que o casamento não era um mar de rosas, mas um túnel de espinhos, fogo e pregos em brasa. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 66)

Apesar de ter a mesma idade que as colegas, Adah não consegue se identificar com nenhuma delas pelo fato de terem vidas tão diferentes. Na visão de Adah, a moda se torna mais uma maneira de separar a si mesma das outras pessoas, evidenciando que se encontra em uma classe diferentes das demais, neste caso, sente-se inferior. Adah não poderia acompanhar as tendências de moda pois possuía outras responsabilidades, uma vida muito diferente das demais. Até mesmo o padrão estético parece ser diferente, o que dificulta ainda mais a integração de Adah. Ela já era casada e tinha filhos, enquanto as outras provavelmente não, seu dinheiro era voltado para o sustento da família. As outras provavelmente possuíam mais opções de relacionamentos, enquanto Adah teve de “escolher” um marido por necessidade.

Na Inglaterra, Adah precisa encarar sua suposta inferioridade como uma mulher negra, lidando com estereótipos que causam mais uma das descentralizações que sofre. Frantz Fanon aborda o estereótipo recorrente sobre o sujeito negro perante a visão colonizadora eurocêntrica: “O mundo branco, o único honesto, rejeitava minha participação. De um homem exige-se uma conduta de homem; de mim, uma conduta de homem negro – ou pelo menos uma conduta de preto.” (2008, p. 107). O negro é responsável não só por suas ações, como também é responsável pelas ações de todos os negros, pois em sociedades racistas, o que perdura sempre é o estereótipo sobre as raças não-brancas. Fanon (2008) ainda aborda um complexo de inferioridade na figura do sujeito colonial, nascido não de um senso de servidão à raça superior, de uma ideia de locais reservados a sujeitos específicos, como afirmam as estratégias coloniais, mas sim como o resultado de séculos de rejeição e ódio contra a aparência, costumes e religião de culturas que não se encaixam no padrão europeu. Verifica-se este fenômeno no trecho:

[...] o fato de ser negro significava ser inferior. Bem, Adah ainda não acreditava inteiramente nisso, mas uma coisa ela sabia: o fato de ser considerada inferior tinha um efeito psicológico sobre ela. O resultado era que ela começava a agir do modo que se esperava que agisse porque ainda era nova na Inglaterra, mas passado algum tempo deixaria de aceitar essa atitude, viesse de quem viesse. Passaria a se considerar tão boa quanto qualquer branco. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 105)

Ao lidar com o preconceito diariamente no Reino Unido, Adah encontra-se cada vez mais em conflitos internos, evidenciada como uma personagem complexa, dividida entre seu desejo de pertencer e seu sentimento crescente de inferioridade. Compreende-se que Adah era considerada uma cidadã de primeira classe no seu país natal, mas ao se deparar com o racismo e a xenofobia na Inglaterra, a personagem internaliza muitos preconceitos e está ciente disso, ainda que superficialmente. De acordo com Fanon (2008), esse processo de internalização se dá devido ao contato com o racismo colonial, e o sujeito colonial é exposto tão constantemente a essas ideologias racistas que acaba agindo de acordo com o esperado pelo colonizador. É importante notar que Adah, no final do trecho, dá indícios de uma descolonização futura de sua mente, existe uma possibilidade de subversão em seus pensamentos. Adah parece se configurar como uma heroína moderna, aos moldes do que pensou Lukács, em sua *A Teoria do romance*, do início do século XX, pois se mostra problemática, contraditória, com inseguranças em relação ao mundo no qual vive e no qual tenta se encaixar. Mesmo depois de já estar morando há mais de um ano na Inglaterra, Adah ainda encontra não apenas o preconceito com base em sua cor mas também a ignorância generalizada diariamente acerca de suas origens:

Por que todo mundo sempre avaliava uma pessoa negra a partir da maneira que outra pessoa negra tinha se comportado? Nunca ocorria a pessoas como a senhora O'Brien que outras mulheres negras pudessem ter vindo da Cidade do Cabo, enquanto Adah do Cabo Horn. Ou, ainda, de Trinidad, Boston ou mesmo Liverpool ou Cardiff. Basta alguém ser negro e todos os outros negros são o "seu povo". (Emecheta, *NFDP*, 2019, p. 69)

Na Nigéria, Adah conseguiu ascender socialmente graças ao seu trabalho no consulado americano, que lhe permitia receber um salário generoso o suficiente para arcar com todas as despesas de seu lar, ajudar financeiramente a família de seu marido, além de bancar os estudos e a estadia de Francis na Inglaterra. Todavia, seu status na Nigéria não importava, principalmente pela sua cor. Até então a personagem não havia se percebido como uma mulher negra e no que essa identidade acarretaria para sua vida como imigrante em um país europeu. Spivak (2010) aborda a situação da mulher subalterna, que é interpelada pelo colonialismo e pelo sexismo, criando um contexto baseado majoritariamente nas concepções de raça e classe no qual o homem branco se mantém dominante e a mulher não-branca se torna subalterna. Desta forma, a teórica conclui apontando que se o subalterno não pode falar, é silenciado, logo, a situação da

mulher subalterna é ainda pior. Adah sente-se constantemente insegura a respeito do que pode ou não pode falar ou fazer, mesmo após se ver livre de seu casamento abusivo:

Para demonstrar confiança e controle sobre os meninos, ela agarrou o filhinho pela gola da roupa, sacudiu-o e deu tapas nas suas orelhas. Então olhou ao redor em busca de aprovação. Queria ansiosamente tomar a atitude certa nessa situação, seguir seus próprios instintos como mãe, mas também se encaixar em ideias aceitas para que as pessoas não comentassem. [...] Ninguém disse nada e ela se sentiu como uma criança flagrada ao tentar se exhibir. Esse era um de seus problemas, nunca podia ser ela mesma. Estava sempre com medo de seu verdadeiro eu não ser bom o bastante para a audiência. Ela sempre estava disposta a desempenhar qualquer papel, exceto o de ela mesma, pelo bem da paz. (Emecheta, *NFDP*, 2019, p. 111-112)

Adah pode não ser impedida diretamente de se expressar, mas as condições em que vive, sempre lidando com o preconceito e esperando o pior das pessoas, fazem com que ela se feche dentro de si mesma, incapaz de externar seus pensamentos e reais sentimentos. Adah se encontra em uma posição de dupla subalternidade, silenciada primeiramente por ser negra e depois por ser mulher. Por isso, também pode-se dizer que Adah é uma personagem complexa, que se encontra fragmentada entre dois mundos como alguém que não se encaixa em lugar nenhum, no que Lukács (2000) compreende como o herói moderno ou o herói caído. Ao abordar o herói do romance e o gênero em si, o autor introduz suas ideias em uma comparação à epopeia: “A epopéia dá forma a uma totalidade de vida fechada a partir de si mesma, o romance busca descobrir e construir, pela forma, a totalidade oculta da vida.” (2000, p. 60). Segundo Lukács, o gênero romance é como um processo, algo ainda em construção, no qual o herói se encontra em processo de evolução e autoconhecimento de sua subjetividade:

O processo segundo o qual foi concebida a forma interna do romance é a peregrinação do indivíduo problemático rumo a si mesmo, o caminho desde o opaco cativo na realidade simplesmente existente, em si heterogênea e vazia de sentido para o indivíduo, rumo ao claro autoconhecimento, o ideal encontrado irradia-se como sentido vital na imanência da vida, mas a discrepância entre ser e dever-ser não é superada, e tampouco poderá sê-lo na esfera em que tal se desenrola, a esfera vital do romance; só é possível alcançar um máximo de aproximação, uma profunda e intensa iluminação do homem pelo sentido de sua vida. (2000, p. 82)

Esse indivíduo problemático é o que compreendemos como o herói moderno, incapaz de se conectar com seu mundo. Sua árdua jornada de evolução aliada às suas tentativas de se encaixar em um mundo hostil é o que aproxima e conecta o leitor a ele.

Assim como o mundo exterior não faz sentido para ele, seu mundo interior também se encontra em desarranjo, refletindo os ideais de uma sociedade capitalista e individualista. Adah, nossa heroína moderna, é constrangida pelos dois mundos que habita: a Nigéria e a Inglaterra. Desde criança, sempre foi considerada problemática, justamente por ir de encontro aos padrões sociais, neste caso o racismo, o patriarcado, o capitalismo, etc. Todo este processo afetou e continua afetando a formação da identidade de Adah, como será possível observar também no decorrer desta análise.

É nítida a transformação interior pela qual a protagonista passa, se observarmos seu comportamento quando criança e depois como adulta. Ainda na infância era muito direta e lutava por suas vontades, já na vida adulta, Adah conserva pouco de sua assertividade, o peso de um mundo estranho sobre si faz com que esta se torne mais passiva. Não perdeu totalmente sua vontade de lutar, mas não se sente à vontade com qualquer tipo de confronto. Lukács aponta:

Ora, a passividade do herói romanesco não é uma necessidade formal, antes define a relação do herói com sua alma e sua relação com seu mundo circundante. Ele não precisa ser passivo, e por isso sua passividade tem uma qualidade psicológica e sociológica e define um determinado tipo nas possibilidades estruturais do romance. (2000, p. 92)

Assim, entende-se que a passividade que Adah demonstra possui esta qualidade psicológica e sociológica. Em sua infância, a passividade que mostrava não era verdadeira, mas sim um artifício para driblar as expectativas sociais e conseguir o que almejava, como fica claro no trecho: ““Seja esperta como a serpente, mas inofensiva como a pomba”, lembrou a si mesma” (Emecheta, *CDSC*, 2018, P. 41). Ela não tinha problemas de se mostrar inofensiva para conseguir o que queria, e desde criança já compreendia isso. Entretanto, já na fase adulta, após sua ida para o Reino Unido, observa-se que essa passividade já não é completamente fingida, pois as pressões sociais com que luta contra diariamente, os abusos do casamento e os preconceitos a fazem perder sua confiança.

Dessa discrepância entre a personagem criança e a personagem adulta, também é possível fazer o mesmo paralelo dentre ambas as obras, visto que em *Cidadã de segunda classe*, pode-se dizer que ela ainda possuía um certo ímpeto para lutar contra os obstáculos, enquanto em *No fundo do poço*, encontra-se claramente muito cansada e desgastada pela situação precária em que vive. Deve-se ressaltar que suas ações não são sempre as mesmas, por ser uma personagem deveras complexa, surpreendendo o leitor

em diferentes momentos. Quanto à profundidade dessa personagem, pode-se dizer com certeza que Adah é redonda, visto que está sempre surpreendendo o leitor e é praticamente impossível descrevê-la de maneira seja rápida e objetiva, devido as suas profundas camadas. Sobre as personagens redondas, Forster (2005), define: “[...] não pode ser resumida numa única frase, e nos lembramos dela em conexão com as grandes cenas pelas quais ela passou e tendo se modificado por meio dessas cenas [...] e tem muitas facetas, como qualquer ser humano.” (p. 58). Observa-se que ela de fato possui muitas facetas, a começar por seu comportamento que nunca é o mesmo, mostrando-se uma personagem imprevisível em muitos momentos.

Em uma constante evolução, Adah avança para logo depois regredir, em seguida avança novamente e regride mais uma vez, e assim por diante, nunca apresentando um estado estável de si. Entende-se esse constante avanço e regresso da personagem, como o processo do arco da personagem. Ao abordar o romance de formação, Moretti (2020) propõe em sua obra:

Em linhas gerais, o *Bildungsroman* faz com que o leitor perceba o texto através dos olhos do protagonista: o que é completamente lógico, visto que este é aquele que deve se formar, e a leitura se propõe, também, como um percurso de formação. O olhar do leitor é então articulado sobre aquele do protagonista: o primeiro se identifica com o segundo, compartilha a parcialidade e a individualidade de suas reações. (p. 101)

Ao tratar do romance de formação, o *Bildungsroman*, Moretti explica como este evolui por meio do protagonista, em formação. Quando o leitor se depara com a narrativa pela perspectiva do protagonista, desde criança até sua fase adulta, é natural que entenda a sua evolução como a evolução da narrativa em si também e é assim que percebemos Adah, já que acompanhamos seu crescimento, sua evolução, suas expectativas, suas frustrações, seus avanços e recuos em direção a seus sonhos.

Tratando-se dessa mescla da visão do leitor com a visão da protagonista, é necessário, também, entender o propósito do narrador e do foco narrativo dentro das obras. Em ambas as obras analisadas, *Cidadã de segunda classe* e *No fundo do poço*, o narrador pode ser categorizado como heterodiegético. Segundo Genette (1979), o narrador heterodiegético é aquele que não está presente como uma personagem dentro da narrativa. Este tipo de narrador mantém sua visão apenas sobre a protagonista, tem acesso aos seus pensamentos, mas não soa tão íntimo quanto se fosse narrador-personagem, como se nota no trecho:

Adah não sabia com certeza o que originara seu sonho; quando, afinal, tudo começara. Mas a âncora mais antiga que conseguia atrelar àquela torrente de coisa-nenhuma datava de quando tinha uns oito anos de idade. Não estava segura nem mesmo de ter sido aos oito anos, porque, claro, era uma menina. Uma menina que havia chegado quando todos esperavam e previam um menino. Assim, já que era um desapontamento tão grande para os pais, para a família imediata, para a tribo, ninguém pensou em registrar seu nascimento. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 11)

Além do fato do narrador utilizar a terceira pessoa para se referir a Adah, também há o fato de que se fosse ela mesma a narradora, não teríamos tantas memórias dela, de períodos em que ela ainda era muito jovem para se lembrar. Mas a narração seria mais particular e saberíamos outras coisas sobre ela. Um fator que contribui para a aproximação da personagem Adah com o leitor é o foco narrativo. Neste caso, o foco narrativo é denominado onisciência seletiva, no qual a perspectiva que acompanhamos é somente o de um personagem. De acordo com Chiappini (2001): [...] há uma íntima simbiose entre o narrador e a personagem, a ponto de não podermos distingui-los” (p. 57), logo, entende-se que, ao utilizar a onisciência seletiva como foco narrativo, abre-se a possibilidade de adentrar a mente da personagem de maneira que ainda seja possível utilizar certos recursos literários, sem deixar de surpreender o leitor. Friedman (2002) aponta:

Os começos abruptos e muito da característica de distorção dos contos e romances modernos se devem ao uso das Onisciências Múltipla e Seletiva, pois, se o objetivo é dramatizar os estados mentais e, dependendo de quão “fundo” na mente do personagem se vai, a lógica e a sintaxe do discurso comum, normal e cotidiano, começam a desaparecer. (p. 178)

Dessa forma, o drama, os conflitos externos e, principalmente internos, se fazem sempre presentes na narrativa, variando em profundidade devido a escolha narrativa da autora. É possível afirmar que ambas as obras são romances de formação, pois tratam da trajetória da protagonista Adah. Sendo essa trajetória o processo formativo de sua identidade, desde a infância, o momento em que, já adulta, decide seguir seus sonhos, seus ideais, ao despertar para a dura realidade de sua vida, até, enfim, começar a aceitar sua situação.

CAPÍTULO 2

NÃO É UMA PESSOA COMPLETA

2.1 O feminismo negro

Para entendermos o feminismo negro e o que englobam suas lutas, primeiro precisamos conhecer os primeiros movimentos feministas, ainda que brevemente. Entende-se que os primeiros movimentos feministas surgiram, primeiramente, como forma de dar voz às mulheres que foram previamente silenciadas por sociedades patriarcais. Nesse sentido, é importante, inicialmente, buscarmos compreender o conceito de patriarcado e de que maneira ele afeta a vida das mulheres. Entende-se como patriarcado o sistema de opressão feminina vigente, no qual mulheres são consideradas como o sexo inferior, sendo relegadas a posições de subalternidade e submissão em relação aos homens. Essa opressão se dá não apenas no lar, com seus companheiros e maridos, como também na sociedade como um todo, em posições de poder das quais são negadas o direito com base no sexo, como aponta Lerner (2019): “[...] homens e mulheres sofreram exclusão e discriminação por razões de classe. Mas nenhum homem foi excluído do registro histórico por causa de seu sexo, embora todas as mulheres o tenham sido.” (p. 29).

Segundo Lerner (2019), as mulheres foram excluídas dos processos de criação da escrita, da ciência, do pensamento filosófico e das leis de muitas sociedades. Apesar disso, não significa que não foram sujeitos importantes na história da humanidade. A autora levanta questões acerca do patriarcado e como se deu a sua criação, apontando inicialmente a percepção tradicionalista, anteriormente muito difundida entre historiadores, mas que começa a perder força devido as reivindicações de diversas antropólogas feministas. Essa visão mais tradicionalista aponta o fator biológico como justificativa para a criação de papéis de gênero. O fator biológico considera a condição da maternidade como indicador de fragilidade e vulnerabilidade, devido a isso, era natural assumir que o homem-caçador deveria proteger a mulher.

Lerner (2019) indica as falhas do pensamento tradicionalista em sua pesquisa, mostrando como nem todas as sociedades antigas praticavam a dominação masculina. Estas sociedades aparentavam ter um sistema mais igualitário na importância de divisão de tarefas, sendo a coleta de alimentos, geralmente, realizada pelas mulheres, considerada tão ou mais importante para a subsistência humana do que a caça, vista como uma

atividade auxiliar. A ideia do forte homem-caçador também foi muito difundida pelo pensamento religioso, pois corroborava a suposta superioridade masculina e, posteriormente, pela ciência, com o pensamento darwiniano. Ainda que a perspectiva tradicionalista seja refutada por teorias mais atuais, seus ideais continuam se adaptando aos diferentes momentos da sociedade patriarcal. Lerner afirma:

[...] os tradicionalistas esperam que as mulheres tenham os mesmos papéis e ocupações que eram funcionais e essenciais à espécie no Período Neolítico. Aceitam as mudanças culturais pelas quais os homens se libertaram da necessidade biológica. A substituição do trabalho físico pelo trabalho de máquinas é considerada progresso; apenas as mulheres, sob o ponto de vista deles, estão condenadas pela eternidade a servir à espécie por meio de sua biologia. Afirmar que, de todas as atividades humanas, apenas os cuidados fornecidos por mulheres são imutáveis e eternos é, de fato, destinar metade da raça humana a uma existência inferior, à natureza em detrimento da cultura. (2019, p. 47)

Segundo Lerner (2019), entende-se que os papéis de gênero das sociedades patriarcais eram inicialmente necessários para a subsistência humana, visto que os bebês dependiam principalmente dos cuidados e da proximidade das mães. Desta forma, ainda nos estágios iniciais do que viria a ser o patriarcado muitas gerações depois, pode-se dizer que as mulheres aceitaram a divisão de trabalho porque beneficiava ambos os grupos. Atualmente, com a evolução das tecnologias e da sociedade, existem outras alternativas que vão além dos modelos arcaicos. A hipocrisia tradicionalista se torna cada vez mais nítida quando a sociedade continua a se modernizar e avançar cada vez mais em seus meios de sobrevivência, tornando os antigos papéis de gênero obsoletos, principalmente quando se trata da necessidade de exercê-los. Se o homem não precisa mais caçar para sobreviver, então por que a mulher ainda precisaria se ocupar exclusivamente do cuidado dos filhos?

Este modelo de patriarcado apresentado por Lerner é mais ocidental, europeu, e apresenta diferenças em comparação a outros lugares. Oyèrónké Oyèwùmí (2021), em sua obra intitulada *A invenção das mulheres*, analisa como a colonização trouxe certos costumes patriarcais que não faziam parte das sociedades africanas: “[...] devido ao imperialismo, esse debate foi universalizado para outras culturas; e seu efeito imediato é introduzir problemas ocidentais onde tais questões originalmente não existiam.” (2021, p. 37). A autora aponta como é importante considerar os valores culturais ao fazer análises acerca de diferentes locais. Ao averiguar a condição das mulheres africanas, é vital que

este trabalho não se deixe levar pela visão ocidental, eurocêntrica do patriarcado, visto que o gênero é socialmente construído.

Oyèwùmí (2021) apresenta principalmente o povo iorubá e seus valores, modos de vida, entre outros aspectos culturais, ao tratar do conceito de patriarcado, que aqui serão considerados para que haja uma aproximação do contexto africano geral. Os conceitos de gênero iorubás não seguem os mesmos princípios que os conceitos de gênero ocidentais, como aponta a teórica:

Os termos de parentesco iorubá não denotam gênero; e outras categorias sociais não familiares também não eram especificamente marcadas por gênero. O que essas categorias iorubás nos dizem é que o corpo nem sempre está em vista e à vista da categorização. O exemplo clássico é a fêmea que desempenhava os papéis de ọba (governante), ọmọ (prole), ọkọ, aya, iyá (mãe) e aláwo (sacerdotisa- adivinhadora), tudo em um só corpo. Nenhuma dessas categorias sociais, seja de parentesco ou não, tem especificidade de gênero. Não se pode localizar as pessoas nas categorias iorubás apenas olhando para elas. (Oyèwùmí, 2021, p. 43-44)

O gênero é preterido pela senioridade na cultura iorubá, que, ao contrário do gênero, não é focada no corpo, mas sim na idade dos indivíduos. Oyèwùmí (2021) argumenta que os conceitos ocidentais entendidos como homem e mulher não existiam na África antes da colonização. Os casamentos iorubás tinham como objetivo principal a sobrevivência das crianças, portanto, pode-se dizer que os casamentos poligâmicos eram favoráveis para as mulheres até certo ponto, pois as esposas mais velhas poderiam contar com a ajuda das mais novas em relação aos deveres da casa ou conjugais. A obrigação primária do casal era para com os filhos e o marido não possuía controle sobre a esposa, seu trabalho ou seus ganhos, entretanto, a esposa tinha como responsabilidade contribuir financeiramente com a família do marido. Oyèwùmí pontua: “No discurso escrito sobre os povos iorubás, o gênero é privilegiado sobre a senioridade, apenas por causa do domínio ocidental na conceituação de problemas de pesquisa e na teoria social.” (2021, p. 129).

Com a colonização, as fêmeas africanas passaram a ser entendidas como “mulheres”, segundo as concepções ocidentais, que consideram principalmente a anatomia e a submissão ao homem como pontos determinantes. Juntamente, a categorização destas como mulheres trouxe um nível mais complexo de opressão e inferiorização que foram além dos sofridos por seus companheiros africanos. Além disso,

a colonização trouxe o cristianismo e seus missionários para converter as massas, danificando ainda mais a condição das mulheres africanas. Segundo Oyěwùmí:

A introdução do cristianismo e da educação ocidental foi fundamental para a estratificação da sociedade colonial, tanto na posição de classe, quanto de gênero. A desvantagem inicial das mulheres no sistema educacional é, sem dúvida, o principal determinante da inferioridade das mulheres e da falta de acesso a recursos no período colonial e, de fato, no período contemporâneo. (2021, p. 195)

Sabe-se que, inicialmente, somente os meninos eram visados para receberem uma educação formal, sendo as meninas excluídas das oportunidades sociais já desde cedo. Os missionários introduziram uma educação formal para meninos e meninas, porém não de maneira igualitária. Os meninos eram claramente escolhidos para atuarem futuramente como líderes da sociedade cristã que vinha a se formar, sendo assim, para as meninas sobrava a posição de submissão e aceitação da liderança “natural” masculina, fatores que acompanhavam os ideais da família cristã. Isto se observa já no início da obra *Cidadã de segunda classe*, quando a protagonista Adah precisa fugir de casa para poder ir à escola:

A escola era uma coisa que os igbos levavam muito a sério. Estavam se dando conta depressa de que só o estudo poderia salvá-los da pobreza e da doença. Todas as famílias igbo providenciavam escolas para os filhos. Mesmo assim, em geral a preferência ficava com os meninos. Por isso, embora Adah já estivesse com uns oito anos, a família ainda discutia se seria adequado mandá-la para a escola. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 13)

Ainda que os missionários tenham introduzido a ideia de que as meninas também deveriam receber uma educação, pode-se dizer que não foi pensando puramente em uma igualdade entre os gêneros, mas sim com a intenção de facilitar a conversão de um maior número de pessoas para o cristianismo. Mesmo assim, as meninas recebiam uma educação diferenciada da dos meninos, pois enquanto estes aprendiam a ler, a escrever e a fazer cálculos matemáticos com o intuito de liderarem não apenas suas famílias em casa como também o ambiente de trabalho, as meninas aprendiam estes assuntos, porém pensados para a administração do lar, sempre sob a supervisão de seus cônjuges.

Como eram destinadas a exercer o papel de mães das famílias cristãs, logo entende-se porque as meninas eram incentivadas somente a aprender o básico nos anos iniciais da escola, enquanto os meninos podiam levar a educação adiante, completando até mesmo graduações e pós-graduações. Notam-se as intenções para a educação das meninas no trecho: ““Um ano ou dois, e o assunto está resolvido, ela só precisa aprender

a escrever o nome e a contar. Depois, vai aprender costura.”” (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 13). No trecho citado, a mãe de Adah está comentando as possibilidades de mandá-la para a escola, que só existem devido a necessidade de aprender a executar as tarefas mais básicas. Fora a leitura, escrita e as contas, a família dela não vê a necessidade de um aprendizado que vá além disto, pois supostamente, não teriam tanta utilidade para uma esposa e dona de casa, que só precisava fazer cálculos nas compras de mercado. O irmão mais novo de Adah, Boy, já era claramente priorizado pela mãe, pois já podia ir à escola, como ela observa ainda criança.

Adah percebe desde muito cedo em sua vida, os lugares nos quais sua presença não é incentivada, assim como, em diversos momentos, observa como apenas o fato de ter nascido menina já faz dela um fardo para os pais. Ao narrar sua vida desde a infância, Adah mostra como foi recebida pelos pais em seu nascimento:

Não estava segura nem mesmo de ter sido aos oito anos, porque, claro, era uma menina. Uma menina que havia chegado quando todos esperavam um menino. Assim, já que era um desapontamento tão grande para os pais, para a família imediata, para a tribo, ninguém pensou em registrar seu nascimento. Uma coisa tão insignificante! (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 11)

Observa-se no trecho a forma como a protagonista encara uma das violências simbólicas a que era submetida somente pelo fato de ter nascido mulher. A personagem não sabe nem dizer com certeza qual a sua idade, visto que não registraram seu nascimento inicialmente, devido a decepção dos pais. Adah apresenta certa naturalidade ao falar de si mesma dessa maneira, como se estivesse acostumada a ouvir comentários parecidos. Também é interessante notar o uso da exclamação em sua frase final: “Uma coisa tão insignificante!” que a faz soar um tanto quanto irônica ao retratar a si mesma. O termo “coisa”, dubiamente, parece se referir ao seu registro de nascimento, mas também, a si mesma, uma coisa, já que não era um menino. Por ter sido sempre diminuída devido ao seu sexo pela sociedade nigeriana, até mesmo em sua vida adulta, Adah tenta se fazer pequena e desimportante em determinados momentos, buscando não chamar atenção, de forma que passe despercebida para cumprir seus objetivos que não se encaixam nos ideais de mulher nigeriana, como conseguir estudar e trabalhar fora do país. Vale ressaltar que Adah notava como o pai parecia apoiar sua vontade de estudar mais do que sua mãe, o que fez com que Adah se revoltasse diariamente de pequenas maneiras, como se nota:

Na época, mais de metade das crianças da escola era de igbos, que naquele momento se sentiam altamente motivados pelos valores da classe média. Adah ficava ali, olhando, cheia de inveja. Mais tarde a inveja foi substituída pela frustração, que Adah manifestava de muitas pequenas maneiras. Mentia, só pelo gosto de mentir; desobedecer à mãe lhe dava um prazer secreto. Porque, Adah pensava, se não fosse Ma, Pa teria se encarregado de fazê-la entrar na escola junto com Boy. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 14)

Vale ressaltar que a consciência do narrador e de Adah se entrelaçam de tal maneira que é difícil separar um do outro, assim, também entendemos os pensamentos e afirmações do narrador como sendo da própria Adah. Logo, entende-se que este é o ponto de vista de Adah ainda criança sobre seus pais, o que pode fazer com que o leitor enxergue os adultos da mesma forma que Adah, compartilhando de suas opiniões. Sabe-se que em muitas narrativas que envolvem dinâmicas familiares, as mães muitas vezes assumem o papel de adulto responsável que geralmente é mais duro com os filhos, em prol de educá-los adequadamente e prepará-los para a vida adulta, enquanto os pais muitas vezes são retratados como mais liberais e bondosos, que acatam as vontades dos filhos sem considerar as consequências. Neste acaso, ainda que a vontade de estudar não seja meramente um capricho de Adah, sua mãe parecia não considerar que completar a escola fosse necessário para sua vida adulta. Perante a sociedade patriarcal, não fazia muito sentido que uma mulher tivesse que estudar para cumprir suas obrigações principais: cuidar da casa e dos filhos.

Em *Cidadã de segunda classe*, observa-se este mesmo mecanismo presente na narrativa, entretanto, pode ser entendido não como um estereótipo das dinâmicas familiares, mas sim como uma crítica a esses estereótipos, devido ao teor de crítica social que permeia esta obra. Também é importante lembrar que a literatura é a figuração da nossa sociedade, logo, não é impossível que essas dinâmicas também fossem verdadeiras, visto que as mulheres tinham o papel de educar os filhos, enquanto os pais eram mais passivos em relação à educação dos filhos.

Percebe-se com o decorrer da narrativa, ainda que em poucas lembranças, que a mãe de Adah parecia assumir um papel antagônico em relação à filha, o que não é totalmente incomum. Segundo Bourdieu, a dominação masculina se constrói e se estrutura de tal maneira na sociedade que não é preciso de justificativa para o seu funcionamento: “[...] a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la.” (2010, p. 18). Isso se dá na divisão de trabalho e de outros espaços sociais com base no gênero. Assim, são naturalizados os

discursos excludentes na sociedade. A quem serve a exclusão de mulheres de determinados espaços? Serve ao patriarcado e à dominação masculina, pois entende-se que sem uma educação de qualidade e o exercício do pensamento crítico, os indivíduos tornam-se mais fáceis de manipular e controlar. Saffioti entende a dominação masculina como a máquina do patriarcado, cujo funcionamento é possível também por meio de mulheres, como explica no trecho:

[...] imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, mulheres desempenham, com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo. (2015, p. 108)

Neste caso, a pessoa que se faz um obstáculo maior a Adah é sua própria mãe, e não seu pai, o que seria mais esperado para perpetuar a dominação masculina. Compreende-se também que a mãe de Adah poderia manter uma certa mágoa da filha pelo fato de que ela teria oportunidades e possibilidades em sua vida que esta não teve quando mais jovem, o que a faria ter esse primeiro impulso de negar essas oportunidades a filha, perpetuando este sistema que também a oprimiu em outros momentos e exercendo seu poder ao menos dentro da dinâmica familiar, ainda que mínimo. Sobre isso, hooks (2014), em *E eu não sou uma mulher?*, de 1981, entendeu como o patriarcado cria mecanismos de rivalidade entre as mulheres para enfraquecê-las e que só a sororidade poderia mudar isso. Ao se revoltar pela negação da mãe, Adah já demonstrava, ainda que em uma pequena escala, resistência contra certos padrões da sociedade, mesmo que inconscientemente. Adiante na narrativa, após sua fuga para a escola, Adah imagina que seu pai e sua mãe vão puni-la pela desobediência e enfatiza que a punição da mãe seria ainda pior que a do pai, durando muitos dias. Adah reavalia suas experiências na infância:

Ela achava que essas experiências com Ma tão cedo na vida é que a haviam deixado com tão baixa estima em relação a seu próprio sexo. Alguém em algum lugar disse que em geral nossas personalidades se formam bem cedo na vida. Pois é, esse alguém tinha razão. Até hoje as mulheres deixavam Adah nervosa. As mulheres sabiam como minar a autoconfiança dela. Possuía uma ou duas amigas com quem conversava sobre o tempo e sobre moda. Mas quando passava por alguma dificuldade real, preferia o apoio de um homem. Os homens eram tão sólidos, tão seguros! (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 17)

É visível no decorrer da obra como Adah se sente diminuída pelo seu sexo e eventualmente tende a subestimar outras mulheres por conta disso, como será possível

verificar em um capítulo mais avançado de sua vida, na obra *No fundo do poço*. Também fica claro ao longo da narrativa, que Adah não pode contar nem mesmo com seu marido para ajudá-la com seus problemas, somente as mulheres que Adah encontra no decorrer de sua vida são as que lhe dão algum tipo de apoio. Essas mulheres são as amigas que faz quando se muda para o Residencial Pussy Cat na narrativa de *No fundo do poço*; mulheres que se encontram em situações parecidas com a dela, mães solo, pobres, periféricas, etc. Este tipo de pensamento que tende a afastar mulheres de seu próprio sexo, temerem seus corpos e sua essência como mulheres, faz parte do sistema patriarcal e é incutido desde cedo nas bases da sociedade. A dominação masculina (Bourdieu, 2010) trabalha de maneira a minar a possível união de mulheres e suas reputações como indivíduos enquanto aumenta as supostas qualidades masculinas, traçando um paralelo entre os sexos, alimentando estereótipos.

Enquanto os homens são considerados confiáveis, as mulheres são traiçoeiras, os homens são ligados à razão e as mulheres à emoção, pelo menos quando lhes é vantajoso, entre outros exemplos. Essas referências podem ser ligadas até mesmo ao mito de Adão e Eva, onde o pecado é relacionado primeiramente a Eva e a todas as mulheres que vem depois dela. Ainda ao final do trecho citado acima, na frase “Os homens eram tão sólidos, tão seguros!” entende-se uma certa ironia por parte da autora ao formar a frase de tal maneira, pois até então Adah só tinha como parâmetro de homem adulto seu próprio pai, que sempre acatava suas vontades. A ironia se torna clara durante o desenvolvimento da narrativa, quando Adah precisa assumir todas as responsabilidades da vida adulta, pois seu marido se recusava a ser responsabilizado por qualquer coisa, assim como também se mostra um homem muito inseguro em relação ao seu lugar no mundo e sua masculinidade, o que será discutido com mais afinco mais adiante. O narrador faz uso da ironia constantemente em ambas as obras, acrescentando um tom de comédia em certos momentos. Segundo Lukács:

Para o romance, a ironia é essa liberdade do escritor perante deus, a condição transcendental da objetividade da configuração. Ironia que, com dupla visão intuitiva, é capaz de vislumbrar a plenitude divina do mundo abandonado por deus; que enxerga a pátria utópica e perdida da idéia que se tornou ideal e ao mesmo tempo a apreende em seu condicionamento subjetivo-psicológico, em sua única forma de existência possível; ironia que – ela própria demoníaca – concebe o demônio no sujeito como essencialidade metassubjetiva [...] A ironia, como auto-superação da subjetividade que foi aos limites, é a mais alta liberdade possível num mundo sem deus. Eis por que ela não é meramente a única condição a priori possível de uma objetividade

verdadeira e criadora de totalidade, mas também eleva essa totalidade, o romance, a forma representativa da época, na medida em que as categorias estruturais do romance coincidem constitutivamente com a situação do mundo. (2000, p. 95-96)

Compreende-se que a ironia, além de acrescentar toques de um humor ácido ao texto, também é uma forma de expressão de liberdade, que adiciona mais camadas de profundidade aos personagens. Considerando-se o conceito de herói problemático de Lukács, a ironia torna-se uma opção viável para o sujeito que habita esse mundo abandonado por deus. Além disso, a ironia se faz presente no caso de Adah como uma válvula de escape para os sentimentos conturbados que a personagem ainda não consegue expressar de maneira consciente.

Ainda sobre o episódio de sua fuga, Adah relembra como sua mãe foi punida pelos policiais ao dar falta da filha. Os policiais tentaram acusá-la de abandono de menores por não ter ficado de olho na filha o tempo todo e a fizeram tomar um grande pote de gari com água na delegacia, em uma clara manobra de abuso de poder. Adah explica como o gari, um tipo de farinha feita da mandioca, quando preparada adequadamente ao acompanhar outros alimentos é uma delícia, mas quando servida crua e com água, como fizeram com sua mãe, era uma espécie de tortura. Os policiais, por serem homens e fazerem parte de um aparelho do estado, consideravam-se duplamente justificados para punirem uma mulher, dona de casa, por seu erro de ter deixado a filha escapar. Adah pondera sobre a situação no trecho:

Como riam das próprias gracinhas, aqueles homens horríveis; e como deixaram Adah em pânico! Ma continuou engolindo, de olhos arregalados. Adah estava com medo; começou a gritar, e Pa, que muito pouco dissera, implorou aos policiais que parassem com aquilo. Que deixassem Ma ir embora agora, explicou, porque ela já havia aprendido sua lição. Que Ma adorava conversar e era muito descuidada, do contrário Adah não teria conseguido fugir de casa, como fizera. As mulheres eram assim. Passavam o dia sentadas em casa, comiam, fofocavam e dormiam. Não tinham a capacidade nem para cuidar direito dos filhos. Mas agora os policiais deveriam perdoá-la, porque Pa achava que ela já ingerira uma quantidade suficiente de gari. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 18)

A culpa da desobediência de Adah recai fortemente sobre a mãe, sendo esta até mesmo ameaçada de ir para a prisão. É nítida a inferiorização da mulher no pensamento popular da sociedade pela forma como o pai de Adah tenta ajudar a esposa. Ainda que ele provavelmente tenha exagerado em suas palavras para livrá-la da punição dos policiais, seus argumentos não são diferentes dos estereótipos referentes às mulheres, que só servem

para cuidar dos filhos e até mesmo nisso falham. Fica clara a hipocrisia do sistema patriarcal, responsável por colocar as mulheres nessa posição de donas de casa que não podem trabalhar fora, devem apenas cuidar do lar, do marido e dos filhos, mas ao mesmo tempo é perceptível o quanto essa sociedade se ressentia dessas mulheres que levam essa vida, pelo fato de não terem um trabalho “oficial”. Utilizo o termo oficial já que todo o cuidado doméstico é um serviço eterno, que não tem férias nem dias de folga, nem horário de descanso, ainda assim sendo invisibilizado e desvalorizado pela sociedade patriarcal. Caso a mulher decida trabalhar fora de casa e acrescentar seus esforços à renda do lar, também será criticada por não priorizar os filhos e o marido. É impossível vencer dentro deste sistema falho.

Durante a narrativa de *No fundo do poço*, já adulta, Adah apresenta pensamentos parecidos com a lógica patriarcal: “Ela, uma mulher africana com cinco filhos e nenhum marido, sem emprego e sem futuro, estava como a maioria dos vizinhos: desocupada, desenraizada, sem direito de reivindicar nada.” (Emecheta, *NFDP*, 2019, p. 49). É perceptível que a protagonista se sente encurralada pelas pressões sociais. Observa-se aqui uma junção das pressões capitalista e patriarcal, visto que para Adah, seu valor está relacionado à ideia de possuir um emprego, assim como de ser uma mulher completa: casada e mãe de muitos filhos, somente assim realmente justificaria e compensaria sua existência para a sociedade patriarcal. Compreende-se como a personagem internaliza esses valores dentro de si, sem perceber as contradições que a cercam em uma sociedade que exige que tenha muitos filhos, mas que se recusa a colaborar com o cuidado destes.

Após o fiasco da fuga de casa para poder estudar, os pais de Adah decidem enviá-la novamente à escola, dessa vez oficialmente para continuar seus estudos. Apesar dos problemas que trouxe para sua mãe, Adah passa a se sentir orgulhosa de seu ato insurgente. Durante o decorrer da narrativa, notam-se algumas diferenças entre as sociedades patriarcais africanas e europeias. Carregando ainda as fortes influências coloniais, das mulheres nigerianas era esperado que ficassem em casa, cuidando dos filhos e do lar, fazendo os serviços braçais e cansativos que envolvem o cuidado doméstico, sendo o marido o provedor principal da família. Quanto à sociedade europeia, pode-se dizer que as mulheres também eram incentivadas a cuidar da casa e dos filhos, entretanto, é possível observar na obra que as mulheres de Londres já tentam, ainda que com dificuldades, quebrar este ciclo. Assim, verifica-se que o patriarcado se modifica de várias formas conforme as diferentes sociedades, mas seus princípios, construídos com base na opressão e submissão feminina, continuam os mesmos.

Uma vez que entendemos o que é o patriarcado e como ele atua, podemos dar partida no conhecimento dos primeiros movimentos feministas. Os primeiros feminismos tinham como objetivo alcançar a igualdade política, econômica e social entre os sexos masculino e feminino, buscando mudanças no lar, no trabalho, na participação política e na vida pessoal das mulheres. Esses movimentos exigem um salário igualitário e que mulheres possam ocupar posições de poder, que possuam a liberdade de votar, decidir sobre a maternidade, sobre o próprio corpo, etc, buscando apoiar as mulheres de acordo com suas necessidades.

Os primeiros feminismos se baseavam fortemente em concepções referentes à posição social das mulheres, introduzidas por autoras consideradas feministas, como Mary Wollstonecraft, Simone de Beauvoir, Virginia Woolf, entre outras precursoras do movimento. Wollstonecraft (2016), em sua obra intitulada *Reivindicação dos direitos da mulher*, publicada em 1792, na Inglaterra, apontava a educação como essencial para o crescimento pessoal e possivelmente profissional das mulheres. A autora criticava o casamento como a única possibilidade de ascensão social para o sexo feminino, assim como a falta de uma educação formal que permitisse a existência de outras oportunidades para as moças, como se observa no trecho:

Reconhece-se que elas passam grande parte dos primeiros anos de vida adquirindo habilidades superficiais; enquanto isso, a força do corpo e da mente é sacrificada em nome de noções libertinas de beleza e do desejo de se estabelecer mediante o matrimônio – o único modo de as mulheres ascenderem no mundo. (Wollstonecraft, 2016, p. 28)

Wollstonecraft observou a sociedade patriarcal em que vivia e as expectativas atreladas às mulheres, atribuindo a suposta inferioridade do sexo feminino ao condicionamento de submissão aplicado a elas desde a infância. Ao comparar as sociedades europeias e africanas, vale ressaltar que em meados de 1960, já se tornava mais comum que as meninas europeias recebessem uma educação formal nas escolas, ainda que fossem mantidas em casa após o término desta. Enquanto isso, neste mesmo período em que se inicia a narrativa de *Cidadã de segunda classe*, vemos a personagem Adah como uma exceção à regra, pois precisou lutar e se esforçar muito para que pudesse estudar como seu irmão mais novo.

Virginia Woolf (2014), em *Um teto todo seu*, aborda a necessidade de se haver liberdade financeira para as mulheres que desejavam seguir uma carreira literária, ressaltando a importância de possuir uma moradia própria para que a escrita pudesse de

fato ocorrer, sem a interrupção do marido ou dos filhos, cujo cuidado era delegado à esposa. Woolf aponta que a produção literária feminina provavelmente teria se desenvolvido mais rapidamente e de melhor maneira se não fossem as obrigações as quais essas mulheres tinham de atender, assim como a falta de uma educação formal e o acesso a um trabalho com salário digno. Oyěwùmí (2021), ao analisar a Iorubalândia, menciona como as mulheres não eram impedidas de herdar terras ou de contribuírem com o sustento da casa junto de seus parceiros, porém a empreitada colonial fez com que as mulheres africanas perdessem muitos de seus direitos. Apesar de não serem situações idênticas, verifica-se uma semelhança na perda da independência feminina, visto que enquanto as europeias sempre tiveram de lidar com a falta de uma independência e lentamente avançavam contra o patriarcado, as africanas perderam seus direitos devido à invasão inglesa em suas terras.

Assim, compreende-se a ideia de que ambos os lados não possuíam condições propícias para o surgimento de grandes escritoras, ainda que as mulheres europeias já caminhassem para isso. Durante muito tempo, era incomum encontrar grandes escritoras negras devido aos obstáculos impostos a elas e a falta de conhecimento e divulgação de suas obras provenientes do racismo e da xenofobia. Felizmente, este cenário tem mudado com o passar dos anos, já que atualmente a literatura africana e de escritoras negras vem sendo bastante difundida nos círculos acadêmicos e rodas literárias.

Sobre os direitos que foram perdidos, sabe-se que no caso de falecimento do marido, a viúva e as filhas eram passadas para os familiares masculinos mais próximos, como se nota no trecho após o falecimento do pai de Adah, ainda em sua infância:

Como a maioria das meninas órfãs, deveria passar a morar com o irmão mais velho da mãe e trabalhar para ele como doméstica. Ma foi herdada pelo irmão de Pa, e Boy deveria morar com um dos primos de Pa. Ficou decidido que o dinheiro da família, umas cem ou duzentas libras, seria gasto na formação de Boy. Assim, Boy foi selecionado para um futuro brilhante, estudando numa escola secundária e essa coisa toda. Adah abandonaria a escola, mas alguém argumentou que, quanto mais tempo ela ficasse na escola, maior seria o dote que seu futuro marido pagaria por ela. Afinal, era jovem demais para se casar, pois estava com mais ou menos nove anos, e além disso o dinheiro extra a ser obtido com ela arremataria os gastos com Boy. Assim, por enquanto Adah permaneceria na escola. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 27)

As mulheres da família eram objetificadas, tratadas como moeda de troca. Quando Adah diz que a mãe fora “herdada” por seu tio paterno, leva-nos a percebê-la como um objeto, como se fosse um vaso ou uma herança de família a ser herdada e não uma pessoa

real, com sentimentos e vontades próprias. Também é importante notar como Adah já é considerada uma garota órfã, mesmo que ainda tenha uma mãe viva, assim, entende-se que só há valor na figura da mãe se esta estiver junto da figura do pai. Sem ele, não possui mais poder nem sobre os próprios filhos, e muito menos sobre si mesma. Após a morte do pai, Adah passa a trabalhar como doméstica para seu tio materno, mesmo que ainda fosse apenas uma criança. Não apenas isso, mas já analisavam seu futuro potencial como moeda de troca, ao imaginarem o valor de seu dote. Vale ressaltar que Adah só foi permitida a continuar na escola, ainda que não em uma escola de elite como seu irmão, não por sua vontade ou porque seria vantajoso para si mesma no futuro, mas sim porque o fato de ter uma educação formal aumentaria o preço de seu dote, como se fosse um cavalo de corrida que deve ser bem cuidado para que traga retorno financeiro aos donos, como se nota pelo uso dos termos “Pagaria por ela”; e “dinheiro extra a ser obtido com ela”, bastante objetificantes.

Enquanto isso, mesmo sendo mais novo, Boy receberia todo o investimento necessário para receber uma boa educação apenas pelo fato de ter nascido homem. Ele tem seu futuro brilhante garantido, ele merece este futuro brilhante. Paralelamente, entende-se que não seja o caso da Adah. Esse sistema claramente tinha o objetivo de não apenas oprimir mulheres, como também tinha um viés econômico, pois beneficiava somente os homens da família que, além de receberem a pensão, ganhavam de “brinde” empregadas domésticas que não precisavam ser pagas. Pode-se dizer que essas mulheres trabalhavam em condições análogas à escravidão. Por ser mulher, Adah teve que se esforçar duplamente mais que seu irmão, como se observa no trecho:

Os primos achavam uma graça enorme nos esforços de Adah: achavam que ela era uma garotinha engraçada. Adah, porém, agradecia aos céus o fato deles a deixarem sonhar depois de concluídas suas tarefas do dia. As tarefas do dia! Jesus! Sua jornada começava às quatro e meia da manhã. Na varanda do novo lar da Rua Pike havia um enorme tambor usado como recipiente para água, e Adah precisava enchê-lo antes de sair para a escola. Em geral isso significava dez ou doze viagens até a “bomba” pública, como eram chamadas na época aquelas monstruosidades. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 28)

Verifica-se que desde menina, Adah teve de enfrentar uma jornada de trabalho pesada e cansativa, cumprindo suas obrigações em primeiro lugar para que pudesse ir para a escola. Percebe-se a grande injustiça de uma menina de nove anos ter que executar tarefas domésticas desde cedo apenas pelo fato de ter nascido mulher, enquanto isso, pode-se dizer que os homens tinham o caminho livre para correr atrás de seus sonhos,

sem o peso das obrigações diárias, estavam destinados a “futuros brilhantes”. Para seus primos, Adah era engraçada porque levava seus estudos muito a sério e sonhava com coisas grandes, o que era considerado uma perda de tempo para mulheres, já que sua posição final sempre seria de mãe e esposa. As mulheres que buscam escapar de caminhos traçados pelos ideais patriarcais são alvo de crítica ou piada. É impossível dizer que ambos os lados possuem as mesmas condições, como é comum ouvir em uma sociedade capitalista, que apoia e incentiva a meritocracia. Mesmo assim, Adah se sobressaía em seus estudos, passando até mesmo aqueles que não enfrentavam as mesmas dificuldades que ela.

Quanto mais envelhecia, a família de Adah esperava cada vez mais que esta trouxesse um retorno financeiro para dentro de casa. Com apenas onze anos, os parentes já a importunavam para que se casasse logo e saísse da escola. Porém, ao apresentarem os pretendentes, Adah se indignava por só lhe apresentarem homens muito mais velhos que ela, com idade próxima a de seu pai, pois somente esses tinham condições de pagar o seu dote, que já era bem alto devido aos seus estudos. Percebe-se mais uma vez como as meninas eram utilizadas como moeda de troca para as famílias, e Adah possuía um alto valor por ter recebido uma educação formal, ela era como uma edição limitada de um produto a ser comprado, entretanto, não aceitaria qualquer um que tivesse dinheiro:

Nunca, nunca na vida se casaria com homem nenhum, rico ou pobre, a quem tivesse de servir as refeições de joelho dobrado: não admitiria viver com um marido a quem tivesse de tratar como amo e chamar de “senhor” mesmo quando ele não estivesse ouvindo. Sabia que todas as mulheres igbo faziam isso, mas nunca agiria assim! (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 29)

Mesmo sendo ainda muito jovem, Adah já compreendia que um casamento poderia completamente a liberdade que tinha, e por isso se esquivava o quanto pudesse dessa obrigação, ainda que soubesse que precisaria ceder em algum momento. Reconhecia a degradação de se submeter completamente às vontades de um marido, embora isso partisse de uma opinião própria e não de uma consciência política já estabelecida. Pode-se dizer que Adah compreendia que perderia a si mesma se tivesse de se apagar e se fazer menor ainda em prol do “respeito” ao marido, o que se evidencia em sua aversão a “ajoelhar” e servir ao marido. A imagem construída é a da servidão, da submissão, da inferiorização diante de um “senhor”. A ansiedade quanto ao casamento e a possibilidade de deixar a escola passam a tomar conta da vida de Adah:

A ideia de ter de sair da escola no fim do ano a atormentava a tal ponto que Adah perdeu peso. Seu rosto adquiriu uma expressão pateticamente ansiosa; do tipo que algumas pessoas loucas têm, com olhos tão inexpressivos quanto lentes de contato. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 30)

Estas questões estavam claramente afetando a saúde física e mental de Adah, tamanha a sua preocupação com o seu futuro, pois também entendia que, dependendo do marido, talvez não pudesse continuar estudando como queria. Os olhos inexpressivos parecem figurar o futuro que teria se este fosse seu destino: apagados, sem vida. Adah tinha a ideia de ir para o exterior estudar como seu grande sonho de vida, empregando todos os esforços que podia para alcançá-lo. Com medo de que a achassem ainda mais estranha, Adah guarda esse sonho impossível para si mesma:

Mas fez uma promessa secreta para si mesma: um dia iria ao Reino Unido. Sua chegada ao Reino Unido seria o pináculo de suas ambições. Não ousava contar a ninguém; podiam concluir que era preciso mandar examinar a cabeça dela, ou algo do tipo. Uma garotinha como ela, com um pai que não passava de empregado na ferrovia e uma mãe que não sabia coisa alguma além da Bíblia igbo e do hinário igbo-anglicano, da Introdução até o Sumário, e que ainda acreditava que Jerusalém se localizava junto à mão direita de Deus! Ir um dia ao Reino Unido era um sonho que Adah carregava consigo, mas sonhos depressa ganham corpo. Seu sonho vivia com ela, exatamente como uma Presença. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 23)

Adah sabe que seu sonho de ir ao Reino Unido seria visto com maus olhos pela sua família. Provavelmente diriam que ela se achava mais importante do que de fato era, afinal, era apenas uma garotinha que futuramente teria de levar as mesmas responsabilidades para com a família e o marido, assim como as outras mulheres, assim como sua mãe, a quem bastava ter conhecimentos da casa e da religião. Ela também tinha consciência de que não tinha boas condições para alcançar esse sonho, dada a sua classe social baixa, sendo ambos os seus pais de origem humilde.

Adah precisaria ter um lar estável para que pudesse se dedicar aos seus estudos, no que Woolf (2014) já havia apontado como a necessidade de que uma jovem mulher, escritora, estudiosa, tivesse um ambiente propício para que pudesse se desenvolver academicamente, sem os abalos e obrigações cotidianas da vida de mãe e esposa, que tiram o foco da escrita. Era necessário o “teto todo seu”. A personagem entende que jamais poderia morar sozinha para cursar uma faculdade, pois o estigma social que a acompanharia seria um fardo pesado demais para carregar, afinal, uma moça jovem morando sozinha seria considerado deveras escandaloso para a época. Assim, Adah não poderia simplesmente contornar o problema como vinha fazendo até então, tendo que

finalmente se render a ideia do casamento. Paradoxalmente, o “teto todo seu” se transforma em uma prisão, como entenderemos adiante. Não possuindo outras opções, Adah se prende em um casamento com Francis, um estudante de contabilidade que ainda lhe causaria muitos problemas futuramente, mas no momento atual seria uma união favorável para ela:

Para Adah, a grande vantagem era que poderia continuar estudando no seu próprio ritmo. Extraía grande satisfação também do fato de Francis ser pobre demais para pagar as quinhentas libras do seu dote de esposa que Ma e os outros membros da família estavam pedindo. Ela era uma noiva cara assim porque tinha “formação escolar”, muito embora nenhum deles tivesse contribuído para seus estudos. A ira de sua gente foi tanta que nenhum dos parentes compareceu ao casamento. O casamento em si foi uma história hilariante. Tanto Francis como Adah eram menores de idade, e a única testemunha deles, a mãe de Francis, precisou assinar com o polegar. A coisa toda começou com o pé esquerdo. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 35)

Adah finalmente cede ao casamento, porém o faz em seus próprios termos, decidindo ela mesma o marido. Este casamento claramente não é uma união de amor, mas sim uma união que deveria ser vantajosa para ambas as partes. Percebe-se que Adah faz uma jogada de poder muito bem pensada ao escolher Francis, um homem que não poderia pagar seu dote de esposa, logo, Adah teria pelo menos essa vantagem sobre ele, ainda que fosse uma vantagem meramente moral. Essa “vantagem” não mostrou nenhuma utilidade prática no casamento, visto que Adah também foi obrigada a obedecer ao marido como outras mulheres e trabalhar para ele, mesmo que supostamente ela fosse superior a ele devido à sua formação. Entretanto, pode-se dizer que a satisfação que Adah tira do fato de que ele não tinha condições de pagar seu dote vem de um lugar de consolação para ela. Teve de ceder ao casamento, mas manteve um certo ar de dignidade para si, algo que não poderia ser retirado dela.

Não apenas isso, como também era uma forma de se rebelar contra a família que não a ajudou em nada, mas que esperava receber um valor alto por ela. Compreende-se que Adah só tinha valor para sua família enquanto fosse uma moeda de troca disponível para o uso dos parentes, e quando se nega a dar a eles o que queriam, Adah perde qualquer valor que teria tido, voltando a ser rejeitada como era quando nasceu, simplesmente pelo seu sexo. Também é importante notar como o fiasco do casamento já previa como seria a vida da protagonista dali em diante. Sem perceber, Adah aponta como todo o evento parecia errado, digno de piada, em um presságio inconsciente do futuro fracasso de seu matrimônio. Após o casamento, o casal logo teve uma filha, e um tempo depois, Adah foi

selecionada para trabalhar como bibliotecária na Biblioteca do Consulado Americano. O emprego passa a ser motivo de insegurança para Francis, como se nota na passagem em que ele discute o assunto com seu pai:

“O senhor acha que nosso casamento vai durar, se eu permitir que Adah trabalhe para os americanos? Ela vai ganhar três vezes mais que eu. Meus colegas, no trabalho, vão zombar de mim. O que o senhor acha que eu devo fazer?”. “Você é um homem muito tolo, sabe? O que ela vai fazer com o dinheiro? Levar para a família dela? Uma família que não se deu nem ao trabalho de felicitá-la pelo nascimento da bebê Titi? Parentes que não se preocuparam em saber se ela estava viva ou morta? O dinheiro é para vocês, não está vendo? Deixe que ela vá trabalhar para um milhão de americanos e que traga o dinheiro para cá, para esta casa. Sorte sua. Você escolheu uma beleza de noiva, filho.” (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 36)

O trecho evidencia que Adah continua sendo objetificada pelo valor financeiro que tem. O fato de ter um salário alto faz com que o sogro perceba que isso será vantajoso para Francis, seu filho. Só por isso Adah tem permissão de trabalhar para os americanos. Francis, que era considerado por Adah como um rapaz muito calmo, vai mudando gradualmente durante o casamento, tornando-se cada vez mais violento no futuro, sendo o ponto inicial para essa mudança o emprego de Adah. Por receber bem menos que a esposa, sente-se emasculado por ela, pois segundo as normas patriarcais, o homem deve ser o provedor principal do lar. Nesse caso, ocorre uma inversão dos papéis, Adah se torna a provedora principal da família que construiu com Francis, além de também dar uma grande ajuda financeira para seus sogros. O pai de Francis, assim como a mãe de Adah, aparenta pertencer a uma geração que não possui as mesmas preocupações que os filhos, preocupações essas que são baseadas em grande parte pelos efeitos do capitalismo e do colonialismo. O pai de Francis visa primeiramente o lucro, ao contrário de Francis, que se preocupa com os ideais de hombridade introduzidos pela empreitada colonial na Nigéria, junto aos costumes cristãos que pregam a submissão e inferioridade da mulher em relação ao homem. Ainda que uma pessoa não siga o cristianismo, é praticamente impossível fugir de seus ensinamentos e crenças, visto que estes estão intrinsecamente enraizados nas bases das sociedades modernas.

Após o nascimento da primeira filha, Adah convence Francis a ir para o Reino Unido, oferecendo que ele fosse primeiro para terminar de cursar contabilidade, enviando dinheiro mensalmente para arcar com todas as despesas dele. Além disso, cuidaria das crianças sozinha e trabalharia para pagar todas as suas despesas, incluindo economizar para comprar as passagens para quando finalmente fosse estudar biblioteconomia. Não

apenas isso, como também pagaria as parcelas escolares de uma das irmãs de Francis. Fica claro como Adah se tornou a “galinha dos ovos de ouro” da família de Francis, sendo a responsável por proporcionar auxílio financeiro e conforto para seus sogros. Apesar disso, é notório como Adah não possui poder decisivo dentro das dinâmicas familiares mesmo assumindo o papel de provedora do lar. Observa-se a hipocrisia dos valores patriarcais, visto que geralmente é considerado o chefe da casa e da família a pessoa que trabalha para sustentar os demais, posição que é comumente exercida pelos homens pois as mulheres eram fortemente desencorajadas a trabalhar fora do âmbito doméstico, o que não é o caso com Adah e Francis. Nesse caso, ela pode sair para trabalhar e trazer dinheiro para a família, mas não pode tomar decisões nem gastar seu dinheiro completamente consigo mesma, pois seria considerada uma mulher fútil. Mas, mesmo que Adah não tivesse poder dentro da família de Francis, era uma mulher respeitada:

No que dizia respeito a Adah, todos os seus sonhos estavam virando realidade. Seu casamento se realizara havia menos de dezoito meses e ela já contava com quatro criadas; duas delas recebendo três libras cada, as outras duas com as taxas de suas escolas secundárias pagas. Estas últimas, Cecília e Angelina, eram irmãs de Francis. As quatro garotas se ocupavam de todo o serviço da casa. Adah só precisava ir à biblioteca americana, trabalhar até as duas e meia, voltar para casa e ser servida em tudo, e à noite deitar-se com Francis. Nesse aspecto, não decepcionou os sogros porque, além de ganhar suficientemente bem para sustentar todos eles, era muito prolífica, o que, entre os igbos, continua sendo o maior bem que uma mulher pode ter. Tudo seria perdoado à mulher que parisse filhos. Adah era tão competente nesse aspecto que as outras esposas de seu grupo de idade lhe deram o apelido de “Não Encosta”. “É só o marido encostar nela que a barriga estufa”, diziam, rindo. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 38-39)

Por ser uma mulher claramente muito fértil, Adah rapidamente ganha o respeito da família de seu marido, assim como de sua comunidade como um todo. Como ela mesma aponta, a mulher que tem filhos é perdoada de tudo. Nesse caso, mesmo que ela seja uma mulher considerada teimosa e obstinada em determinados momentos por ser uma esposa que trabalha fora de casa, isto pode ser perdoado por ela ter dado filhos ao seu marido, assim como por sustentar toda a família de bom grado. Logo, entende-se que Adah desfruta de uma posição mais elevada na sociedade africana, baseada em sua fertilidade e no seu número de criadas para suprir suas necessidades. Entretanto, ainda que seja uma posição de poder em relação a mulheres mais novas que ela, como as irmãs de Francis, não é possível afirmar que Adah possua poder no esquema geral da dinâmica familiar e na sociedade como um todo, visto que se trata de uma mulher que ainda precisa

responder ao marido, aos sogros e aos cunhados com o devido respeito. Adah somente pode ser considerada mais elevada socialmente que outras mulheres, mas sua posição nunca seria mais relevante que a de um homem. Isso se reflete na sentença sobre suas obrigações, pois “precisava” se deitar com Francis. A ideia é da obrigação sexual, do dever. Em nenhum momento, há a ideia de que seja alguma escolha de Adah. Ela reflete sobre esta fase de sua vida posteriormente:

Mais tarde, na Inglaterra, escrevendo sobre aquela época de sua vida quase com saudade, Adah costumava perguntar a si mesma por que não se satisfizera com aquele tipo de vida, em que contava com a proteção do amor de seus sogros, era mimada pelas criadas e respeitada pelas irmãs mais jovens de Francis. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 39)

A personagem apresenta uma espécie de culpa ao lembrar sua vida em um momento adiante. É possível que essa culpa venha do fato de que a vida “perfeita” que foi instruída a desejar não foi o suficiente para satisfazê-la em um nível mais profundo de sua mente. Desde muito cedo, as mulheres são incentivadas a aspirarem ao casamento e a maternidade como os maiores eventos de suas vidas, sendo estes marcos considerados o ápice de suas existências. Adah já havia alcançado tudo isso muito jovem, e estas nunca foram suas ambições primárias, dessa forma, a personagem enfrenta um vazio interior que muitas mulheres também enfrentam ao lidarem com suas vidas de esposas, mães, donas de casa. Essas ocupações são essenciais para a sociedade, mas as mulheres precisam ter o direito de escolher por si mesmas, seja a escolha de arrumar um emprego mais formal, fora de casa, ou de permanecer em casa exercendo o trabalho do cuidado doméstico. Internalizam essas vontades como se fossem as próprias, decepcionando-se quando alcançam essas metas e não se sentem tão realizadas quanto foram prometidas, até mesmo o contrário, sentem-se traídas, enganadas, exaustas. Adah demonstra os mesmos sentimentos: “Ludibriada pelo fato de que nem seu Pa nem sua Ma haviam vivido para ver os filhos dela; ludibriada pelo fato de que estava levando tantas alegrias para a casa do marido e nenhuma para a sua própria.” (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 39). Sobre isso, Adichie (2015) comenta:

Ensinamos as meninas a se encolher, a se diminuir, dizendo-lhes: “Você pode ter ambição, mas não muita. Deve almejar o sucesso, mas não muito. Senão você ameaça o homem. Se você é a provedora da família, finja que não é, sobretudo em público. Senão você estará emasculando o homem”. Por que, então, não questionar essa premissa? Por que o sucesso da mulher ameaça o homem? (p. 30-31)

Adichie (2015) se refere especificamente a educação que as meninas nigerianas recebem desde cedo, mas suas palavras também podem ser aplicadas às meninas de qualquer sociedade patriarcal. A autora ainda aponta como muitas mulheres acabam tomando péssimas decisões devido à pressão exercida pela família e outros círculos próximos, exatamente o que acontece com a personagem Adah. A falta de opções a empurra em direção ao seu péssimo casamento, pois era a única maneira de chegar um pouco mais perto de seu sonho. Adah é a responsável por custear toda a ida ao Reino Unido, mas tanto ela quanto Francis precisam da permissão dos pais dele para ir, obedecendo à hierarquia da idade mais avançada. Quando finalmente conseguem a permissão para ir, Adah recebe a notícia de que somente Francis poderia ir, explica ele:

“Papai não acha correto uma mulher ir para o Reino Unido. Mas, entende, como você vai financiar minha ida e sabe tomar conta de si, em três anos devo estar de volta. Papai disse que você está ganhando mais que a maioria das pessoas que foram à Inglaterra. Para que perder seu belo emprego só para ir até lá conhecer Londres? O pessoal falou que Londres é exatamente igual a Lagos.” Francis era um africano do princípio ao fim. Provavelmente um homem mais civilizado tivesse encontrado um jeito melhor de dizer aquilo à esposa. Para Francis, porém, o macho era ele, e estava certo dizer a ela o que ela iria fazer. Já Adah, desde o dia do casamento civil dos dois, vira o lado romântico de sua vida se estilhaçar ao redor; como um vidro que se parte. Francis recebera uma educação muito dispendiosa, no Colégio Hussey, em Warri, mas sua visão de vida era puramente africana. Tivera poucas oportunidades de entrar em contato com europeus, como acontecera com Adah. Aqueles malditos missionários! Havia ensinado a Adah todas as coisas boas da vida, haviam lhe ensinado a Bíblia, segundo a qual a mulher deve estar disposta a ceder ao seu homem em todas as coisas, e que para o marido ela deve ser mais preciosa que rubis. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 40-41)

Ainda que pertençam a diferentes gerações, verifica-se o pensamento patriarcal presente no comportamento de Francis e de seu pai ao compartilharem das mesmas opiniões, ainda que estas venham de diferentes intenções. Há uma certa lógica no argumento do sogro de Adah, quando aponta que ela deveria preservar seu emprego e que provavelmente ganharia bem menos se fosse para a Inglaterra, mas este argumento se embasa majoritariamente no machismo hipócrita da sociedade patriarcal, já que para ele não era correto uma mulher ir para o Reino Unido, mas este mesmo senhor não vê problema nenhum em deixar que sua jovem nora sustente toda a sua família, assumindo o papel do “macho” dentro do lar, mas sem de fato exercer os privilégios que vem com a posição, como comandar os parentes. O sogro de Adah considera primeiramente a questão financeira, enquanto isso, Francis concorda com o pai, mas baseado puramente em sua

necessidade de se afirmar como o chefe de Adah, fazendo com que ela acate suas vontades sem fazer uso de uma lógica, baseando-se apenas na ideia preconcebida de que as mulheres devem se submeter aos seus maridos.

Francis é uma mescla de valores patriarcais que já existiam no continente africano antes da colonização, porém se torna muito pior com o tempo, pois vai absorvendo os valores patriarcais que vieram com a colonização, o cristianismo, e, futuramente, qualquer crença que o beneficie. Adah também absorveu estes valores cristãos devido à influência dos missionários, porém enganou-se ao achar que as crenças que foram ensinadas a ela, entendidas como mais modernas que os valores africanos, a beneficiariam de alguma forma, como a ideia de que o marido deveria valorizá-la como uma joia. Francis segue apenas os ensinamentos que o beneficiam, como a ideia de que a esposa deve ser submissa ao marido, mas ignora os outros ensinamentos que pregam o cuidado e o respeito para com a esposa. Adah começa a formar um plano em sua mente para contornar a situação:

E quem era aquela gente afinal? Pais iletrados que achavam que eram grandes conhecedores de um tipo curioso de filosofia que Adah não adotaria na criação de seus filhos. Não adiantava discutir com Francis, não era necessário perguntava quem ele achava que era. Ele simplesmente não entenderia. “Seja esperta como a serpente, mas inofensiva como a pomba”, lembrou a si mesma. De modo que ficaria na Nigéria, sustentaria o marido, ocasionalmente daria presentes caros aos pais dele, contribuiria para o pagamento das taxas escolares de algumas das meninas, tomaria conta dos próprios filhos pequenos, e depois o quê? Apodreceria? De modo que era àquilo que seu grande sonho a levava. Devia ter se casado com um dos carequinhas. Agora era tarde; nem mesmo um carequinha se interessaria por ela. Não havia mais nada a fazer senão alterar aquela situação, e era exatamente isso que ela pretendia fazer. Fingiu que estava de acordo com o plano. Claro, ficaria em Lagos e tomaria conta da família; claro, enviaria dinheiro a ele regularmente e, se possível, se mudaria para a casa da sogra. Francis que não se preocupasse com ela, tudo ia dar certo. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 41)

Adah resolve fazer o que sempre fez, fingir concordância para que pudesse seguir com seus planos sorrateiramente. Muitas mulheres têm de viver da mesma forma que Adah, escondendo suas intenções para não contrariar os maridos, não é à toa que um estereótipo que as acompanha é que as mulheres são traiçoeiras e ardilosas dentro do casamento, constantemente sussurrando no ouvido de seus maridos sem mostrarem sua verdadeira face; é claro, em muitos casos, essa é a única opção que lhes resta. Não é incomum que os homens se apresentem como os chefes e protetores de suas famílias, mas

que, secretamente, a família seja muito mais dependente dos cuidados da mãe, encontrando-se perdidos sem a presença desta, principalmente tratando-se de filhos homens. Este fenômeno se observa muito claramente, por exemplo, na obra *As I Lay Dying*, de William Faulkner, que retrata uma família disfuncional após a perda de sua matriarca, que se mostra praticamente incapaz em sua tentativa de seguir a vida cotidiana sem o auxílio e conselhos da mãe, que realmente era o pilar que os sustentava.

Como Adichie (2015) bem apontou no trecho citado anteriormente, espera-se que as mulheres cedam o poder aos homens, se uma mulher for a provedora da casa, espera-se que ela finja que não é, para poupar o ego de seu marido, sendo Adah um perfeito exemplo disso. Outro exemplo ainda é o ditado popular já antigo que diz: “por trás de um grande homem sempre há uma grande mulher”, reiterando a ideia de que as mulheres devem sempre assumir a posição de apoio, que devem se tornar estepes para o sucesso de seus maridos, mas o mesmo apoio dificilmente é oferecido a estas quando as posições se invertem. Após ter se passado um tempo da partida de Francis, Adah começa a tentar convencer os sogros de que ela também deveria ir para o Reino Unido:

Adah foi conversar com a mãe de Francis, pediu-lhe que prestasse atenção em todas as mulheres que haviam estado na Inglaterra: todas dirigiam seus próprios carros. “Pense só, Ma – Francis em seu grande carro americano e eu no meu carro pequeno indo visitar você e Pa depois que vocês se aposentarem. Todos os amigos de vocês vão ficar com inveja. Saiba que na Inglaterra eu vou trabalhar e continuar mandando dinheiro para vocês. É só vocês pedirem, que receberão tudo o que quiserem. E as meninas vão poder cursar o secundário. Meu curso de bibliotecária está quase concluído. Só vou precisar trabalhar, cuidar do Francis e frequentar aulas à tarde. E quando eu voltar, vou ganhar mais do que o dobro do que ganho agora”. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 47)

Nota-se que mesmo quando pensa em subir socialmente, Adah ainda se coloca em uma posição inferior à de Francis, seu marido, mostrando como o pensamento patriarcal foi completamente internalizado pela personagem. Ainda que seja ela a cuidar de todas as despesas, sua sogra também só aceita que ela cresça até certo ponto, mantendo-se sempre inferior ao marido, em uma clara demonstração da ordem patriarcal comumente aceita pela sociedade, onde as mulheres até podem começar a aspirar grandes objetivos, mas nunca devem se sobressair mais que os homens, o que se evidencia na imagem construída dos carros, sendo o de Francis grande e o seu, pequeno. O trecho acima também evidencia o quanto Adah era explorada por essa família, que só via seu valor quando esta providenciava privilégios para eles, sejam materiais ou sociais, mas não

aparentavam enxergar seu valor como um indivíduo, que existe separadamente do marido.

Simone de Beauvoir, ao tratar de uma trajetória feminina em sua obra *O segundo sexo*, também aborda as lutas pelo direito ao trabalho, ao aborto, ao divórcio etc. A autora ilustra como essas lutas enfrentaram obstáculos até mesmo entre as mulheres de classe alta, ainda que uma parcela destas estivesse envolvida nos primeiros movimentos feministas, como se nota no trecho:

A mulher burguesa faz questão de seus grilhões porque faz questão de seus privilégios de classe. Explicam-lhe sem cessar (e ela sabe) que a emancipação das mulheres seria um enfraquecimento da sociedade burguesa; libertada do homem, seria condenada ao trabalho; pode lamentar não ter sobre a propriedade privada senão direitos subordinados aos do marido, porém deploraria ainda mais que essa propriedade fosse abolida; não sente nenhuma solidariedade com as mulheres da classe proletária: está muito mais próxima do marido do que das operárias da indústria têxtil. Faz seus os interesses do marido. (Beauvoir, 2019a, p. 163)

Com o risco de perderem seus privilégios, uma boa parte das mulheres burguesas não fez questão de apoiar a causa feminista. Claramente se observa uma encruzilhada entre as intersecções do gênero e da classe, visto que os interesses da categoria ‘mulheres’ não interessavam à classe social alta. As mulheres que se encontravam nessa posição tinham apenas as opções de rechaçar o movimento feminista, que representava uma quebra no padrão de vida proporcionado pelos confortos da burguesia, ou apoiar o movimento, indo contra a vida que conheciam, caso tivessem um marido ou outro parente masculino que não apoiasse a causa. Nesse caso, as categorias do gênero e da classe dificilmente concordariam entre si. Este fenômeno se observa até os dias atuais, com mulheres de classe alta pregando, geralmente nas redes sociais, a ideia de uma vida perfeita, que consiste em cuidar dos filhos, do marido, da casa, sem de fato encararem os desafios e atribulações que surgiriam caso fossem de classe baixa.

Ainda que houvesse discrepâncias dentro do movimento, os primeiros feminismos continuaram avançando em suas conquistas. Os movimentos feministas pareciam ter dado início a uma nova era para as mulheres, reivindicando direitos como o anticoncepcional, o voto e o divórcio. Nas décadas de 1960 e 1970, muito mais mulheres saíram de casa para trabalhar em posições que iam além daquela de dona de casa e de empregada doméstica, entretanto, notou-se que os primeiros movimentos feministas só atendiam as necessidades de mulheres brancas, de classe média ou alta, deixando de fora uma grande

parcela de mulheres negras, indígenas, latinas, entre outras. É importante refletir sobre que tipo de igualdade esse movimento inicial buscava alcançar, certamente buscavam igualar-se às posições de poder dos homens brancos de classe média e alta. Segundo hooks (2019), inicialmente, o movimento feminista era muito associado a um pensamento incorreto a respeito da igualdade de gênero, como se observa:

O feminismo sobre o qual mais ouvem falar é ilustrado por mulheres que são primordialmente engajadas em igualdade de gênero – salários iguais para funções iguais e, algumas vezes, mulheres e homens dividindo as responsabilidades do trabalho doméstico e de maternagem e paternagem. As pessoas notam que essas mulheres são, em geral, brancas e economicamente privilegiadas. Sabem, através da mídia de massa, que a libertação das mulheres tem foco em liberdade para abortar, para ser lésbica e para desafiar situações de estupro e de violência doméstica. (hooks, 2019, p. 18-19)

Os conceitos generalizantes de gênero aplicados para mulheres do mundo todo, eurocêntricos em sua base, tendem a acarretar concepções errôneas a respeito de diferentes sociedades. Não é possível dizer que as mulheres brancas e as mulheres negras possuíam as mesmas ambições e necessidades apenas com base nos primeiros movimentos feministas, que eram majoritariamente brancos e burgueses. O mesmo pode ser dito das mulheres negras africanas, que viviam em um contexto completamente diferente do imaginado pelas primeiras feministas. Oyěwùmí (2021) comenta o risco dessa generalização: “O problema em avaliar as culturas igbo e iorubá com base em seu outro cultural (o Ocidente) é que as sociedades africanas são deturpadas, sem antes apresentar suas posições”. (p. 52).

Era nítido para as mulheres negras ao redor do globo que as ideias dos primeiros movimentos feministas eram ainda muito distantes de sua condição de ex-escravizadas ou habitantes de países periféricos, sendo necessário ainda muitas lutas para que pudessem estar em posição de igualdade com as mulheres brancas. Angela Davis (2016), uma das precursoras do feminismo negro nos Estados Unidos, aponta que para que as mulheres brancas pudessem sair para trabalhar, as mulheres negras tiveram de ser relegadas às posições de empregadas domésticas nos países ocidentais. hooks argumenta que ao fazerem as mulheres negras de estepe para ascenderem na vida pessoal e profissional, as mulheres brancas “não somente se aliaram ao patriarcado existente e ao concomitante sexismo como se permitiram o direito de levar uma vida dupla, em que são iguais aos homens no mercado de trabalho e em casa, quando querem ser.” (2019, p. 22). Se os primeiros movimentos feministas não englobavam todo tipo de mulheres, o

feminismo negro surge então como forma de incluir as mulheres que ficaram de fora dos primeiros feminismos. Podemos abordar o argumento do trabalho, inicialmente, para auxiliar na compreensão do feminismo negro, fazendo uma retrospectiva da trajetória histórica do movimento:

[...] as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras (Davis, 2016, p.17)

Confinadas ao lar, as mulheres brancas de classe alta lutaram por seu direito ao trabalho, que fosse igualitário ao de seus companheiros, mas tinham como prioridade a liberdade financeira. Em contraponto, esse não era o caso para as mulheres africanas antes da colonização, pois sempre possuíram seu espaço de trabalho, que não era dividido entre homens e mulheres com base no sexo. Muito se fala das mulheres que trabalhavam no mercado como se fosse algo determinado pelo gênero, entretanto, Oyèwùmí (2021) argumenta que a divisão de trabalho não era feita com base na anatomia, como se nota: “Normalmente, os prefixos ìyá e bàbá, no caso iorubá, são adicionados à designação como um sinal de respeito e indicação de idade, e não de gênero. Assim, temos ìyá (mãe) aláṣò e bàbá (pai) aláṣò, ambos comerciantes de tecidos.” (p. 115). A autora também aponta a generificação do mercado que ocorre frequentemente na literatura, negando que o mercado fosse um ambiente predominantemente feminino. Um exemplo disto na literatura africana é a obra *Fique comigo*, de Ayòbámi Adébayò, que se passa na Nigéria em um período no qual o país já foi liberto da colonização, entre os anos 1980 e 2000, mas ainda carrega as marcas da invasão inglesa em sua sociedade. As esposas do pai da protagonista, Yejide, trabalhavam no mercado para complementar a renda familiar, e as demais mulheres casadas que não trabalhavam no mercado, com algumas exceções, se encontravam ociosas ou ansiosas cuidando dos filhos e da casa.

Logo, compreende-se que as reivindicações pelo trabalho feitas pelas feministas brancas não se encaixavam no contexto africano, visto que as mulheres africanas, assim como as mulheres negras norte-americanas também sempre trabalharam de diferentes formas. Enquanto as feministas brancas e elitistas reivindicavam papéis no mercado de trabalho, Davis (2016) aponta que conquistar o direito ao trabalho nem sequer passava pela cabeça das mulheres negras norte-americanas, visto que estas já eram escravizadas

na época das plantações. É possível dizer que as mulheres negras tinham mais igualdade em relação aos homens negros do que as mulheres brancas tinham em relação aos homens brancos, visto que nas lavouras tinham de trabalhar tanto quanto os homens. O ideal da fragilidade e sensibilidade não era aplicado às mulheres negras, como se observa no trecho:

No que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade sob a ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo. Nesse sentido, a opressão das mulheres era idêntica à dos homens. Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativa explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (Davis, 2016, p. 25)

Entende-se que neste contexto da escravidão, as mulheres enfrentavam as mesmas opressões que os homens, entretanto, também tinham de lidar com as opressões e violências direcionadas exclusivamente ao seu sexo. Mesmo depois do fim da escravidão negra, essas mulheres continuaram trabalhando em situações análogas à escravidão. O preconceito e o racismo foram motivo para isso, já que não eram aceitas para trabalhar como nada além de empregadas domésticas, babás, faxineiras ou outros serviços mais exaustivos, até mesmo em plantações, sem que a “abolição” mudasse suas condições de vida. O patriarcado mostra duas medidas diferentes ao tratar de mulheres diferentes. Ao contrário das mulheres brancas, às quais eram impostas a castidade, a pureza e a fragilidade, às mulheres negras eram impostas características como força, sensualidade e assertividade, criando um estereótipo muito claro em relação às mulheres negras, mostrando não apenas o sexismo, mas também o racismo enraizado na sociedade.

No período do regime escravagista nos Estados Unidos, as mulheres negras sofriam não apenas a violência da escravidão e o trabalho exaustivo, como também violência sexual. Ainda que trabalhassem tanto quanto os homens, eram vítimas do estupro por parte dos senhores de escravos, uma das armas mais antigas de dominação do patriarcado. Neste sentido, a fragilidade nunca foi atribuída às mulheres negras, como se nota:

O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser

desprovidas de gênero. Nas palavras de um acadêmico, “a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa” (Davis, 2016, p. 24).

As mulheres negras escravizadas não tinham direito à exaltação ideológica da maternidade como as mulheres brancas, visto que seus filhos eram vendidos e elas logo tinham de voltar ao trabalho, carregando, muitas vezes, seus bebês nas plantações. Dentro do regime escravocrata, essas mulheres não eram sequer consideradas mães, mas apenas reprodutoras para seus proprietários, uma fonte de lucro a mais. A maternidade foi muito diferente para as mulheres escravizadas, pois não recebiam o conforto ou a adoração e admiração reservada às mulheres brancas. Para as mulheres africanas também era diferente, pois a habilidade de gerar vida em si era vista como a mais alta honra concedida às mulheres em África: “A maternidade era a instituição mais valorizada na Iorubalândia, e qualquer coisa que fizesse de obinrin uma mãe mais eficiente era promovida, mesmo que isso afetasse outras pessoas e outros compromissos.” (Oyěwùmí, 2021, p. 126). Como se nota no trecho acima, a maternidade era muito louvada nas comunidades africanas, porém, quando não conseguiam engravidar, as mulheres tinham seu valor diminuído e eram rechaçadas pela sociedade tribal. Oyěwùmí (2021) aponta a criação e sobrevivência da prole como a maior prioridade dos casais iorubás, sendo a maternidade e a paternidade igualmente importantes para o crescimento saudável dos filhos.

Com a colonização, os conceitos tribais se uniram aos conceitos religiosos e conservadores impostos pelos missionários, dificultando a vida das mulheres. Na Nigéria, as principais religiões são o cristianismo e o islamismo, cujas bases também se apoiam na submissão feminina. Assim, a maternidade ainda é uma prioridade para as sociedades colonizadas no continente, mas passa a ter um viés diferente: além de ser uma obrigação a ser cumprida para com a comunidade, se torna também uma obrigação a ser cumprida em prol da família sagrada, envolvendo a figura da mãe no aspecto religioso, tornando-a sagrada, abençoada. A mulher não pode mais ser separada da figura da mãe, deve manter-se, mesmo no casamento e na maternidade, pura e virtuosa.

Em relação à situação das mulheres escravizadas nos Estados Unidos, por exemplo, boa parte dos apoiadores da causa antiescravagista se tratava de mulheres brancas de classe média que iniciavam os movimentos feministas no século XIX, pois ainda que não sofressem o mesmo tipo de opressão, se identificavam, de certa forma, com o outro grupo que também era oprimido. Apoiando o abolicionismo, as feministas tiveram

uma chance de provar que as mulheres podiam ter relevância fora da prisão do casamento e dos filhos. (Davis, 2016)

Quanto aos movimentos feministas em si, compreende-se que muitas mulheres negras deixaram de se juntar ao movimento por receio do racismo e preconceito das mulheres brancas que se encontravam à frente destes. As feministas apoiaram fortemente o movimento antiescravagista até meados do século XIX, pois ambos os grupos se viam oprimidos pelo homem branco. Com isso, por volta de 1865, esperavam receber o mesmo apoio ao reivindicarem o direito ao sufrágio, entretanto, o racismo se tornou evidente em meio ao movimento quando surgiu a possibilidade de homens negros receberem o direito ao sufrágio antes das mulheres brancas, o que fez com que a maioria das mulheres negras se afastassem do movimento (hooks, 2019). Estas contradições ideológicas apresentadas pelas feministas brancas fizeram com que o movimento feminista se dividisse, visto que não estava levando em consideração as necessidades de todas as mulheres, como as não brancas e de classe baixa. Pode-se dizer que o movimento feminista e suas causas foram marcados fortemente pelo racismo, repercutindo em suas bandeiras até os dias atuais. As estudiosas Arruzza, Bhattacharya e Fraser comentam sobre os episódios racistas:

O histórico entrelaçamento do feminismo com o racismo também assumiu formas “mais sutis”. Mesmo onde não eram explicitamente racistas, as feministas liberais e radicais, sem distinção, definiram o “sexismo” e as “questões de gênero” de um modo que universaliza de forma enganosa a situação de mulheres brancas, de classe média. Extraíndo o gênero da raça (e da classe), elas priorizaram a necessidade das “mulheres” de escapar da vida doméstica e “sair para trabalhar” – como se todas nós fôssemos donas de casa de bairros abastados! (2019, p. 55)

Ao banalizarem o sofrimento da escravidão desta forma, não é de se surpreender que esses movimentos iniciais sejam tão criticados atualmente, sendo geralmente associados ao racismo escancarado da época. Com os primeiros movimentos feministas ocidentais, há uma tentativa de generalizar as condições das mulheres tendo em mente as mulheres brancas de classe média-alta, cujos problemas e necessidades eram considerados como o padrão de todas as mulheres. Assim, era comum a invisibilização da condição das mulheres negras, latinas, indígenas, entre outras. Conseqüentemente, a conquista do sufrágio sofreu um grande atraso, pois nos anos seguintes seria debatido separadamente a importância do sufrágio para homens negros que se encontravam ainda em situação tão ruim quanto a escravidão e o sufrágio para as mulheres brancas (Davis, 2016). Em 1850, na *Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres*, Sojourner Truth

faz o seu famoso discurso em resposta a essa diferença no tratamento entre mulheres brancas e negras perante a sociedade, servindo também como resposta às mulheres brancas racistas do movimento feminista:

Eu lavei, plantei e ceifei para celeiros e nenhum homem podia ajudar-me! E não sou eu mulher? Podia trabalhar tanto e comer tanto como um homem – quando podia fazê-lo – e suportar o chicote também! E não sou eu mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maior parte delas serem vendidas para a escravatura, e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão Jesus me ouviu! E não sou eu uma mulher? (hooks, 2014, p. 115)

O discurso de Sojourner Truth apontava o racismo dentro do movimento feminista estadunidense. Este discurso também pode ser interpretado como uma crítica ao movimento feminista por não levar em consideração a totalidade de mulheres pobres e periféricas. Entende-se que as mulheres brancas de classe alta contribuíram para a opressão destas mulheres desfavorecidas socialmente e economicamente, pois mesmo que todas as mulheres enfrentem o sexismo, nem todas enfrentam o racismo, o que faz com que existam diversas condições e estilos de vida distintos. Segundo Davis:

Nem todas as mulheres eram brancas ou desfrutavam do conforto material da classe média e da burguesia. Sojourner Truth era negra – uma ex escrava–, mas não era menos mulher do que qualquer uma de suas irmãs brancas na convenção. O fato de sua raça e de sua situação econômica serem diferentes daquelas das demais não anulava sua condição de mulher. E, como mulher negra, sua reivindicação por direitos iguais não era menos legítima do que a das mulheres brancas de classe média. Em uma convenção nacional de mulheres realizada dois anos depois, ela ainda lutava contra os esforços que tentavam impedi-la de falar (2016, p. 74).

Após o fim da escravidão nos Estados Unidos, como em outros países do globo, não foi possível dizer que a situação das mulheres negras tivesse mudado parcial ou totalmente, visto que continuaram trabalhando exaustivamente como empregadas domésticas, em lavanderias, como babás, entre outros serviços que são essenciais, porém desvalorizados na sociedade. Trabalhavam para as mulheres de classe social mais alta, o que indica que a liberdade das mulheres brancas teve como preço a exploração das mulheres negras. (Davis, 2016).

Enquanto as mulheres brancas de classe média buscavam cargos mais altos no trabalho e salários iguais aos dos homens brancos, as mulheres negras serviram de escada para as mulheres brancas, assumindo os papéis que a sociedade ainda cobrava das mulheres, mas que não eram considerados tão importantes quanto outros cargos, desta

forma, as mulheres negras praticamente se tornaram donas de casa para as mulheres brancas. Para essas mulheres em situação de vulnerabilidade, não havia outras opções além de aceitar estes trabalhos desvalorizados, com salários bem abaixo da média, devido ao sexismo e, principalmente, ao racismo estrutural instaurado nas sociedades. (Davis, 2016). Enquanto isso, assim como as mulheres negras norte-americanas, as mulheres africanas também sempre tiveram de trabalhar, fosse no cuidado e educação das crianças, na casa, ou em serviços mais cansativos como a agricultura, entretanto, ainda que seu trabalho assumisse outras formas, foram os homens que ficaram conhecidos como os verdadeiros provedores da família. Oyěwùmí argumenta:

A noção de que apenas os homens realmente trabalham aparece na compilação de estatísticas nacionais sobre a participação na força de trabalho. A porcentagem de mulheres no setor formal permanece pequena. Isso é explicado pelo fato de a maioria das mulheres serem trabalhadoras autônomas e seus compromissos não serem definidos como trabalho, apesar de sua participação na economia monetária. É importante ressaltar que não estou me referindo aqui à sua contribuição de bens e serviços em casa, mas ao emprego fora de casa como comerciantes e trabalhadoras rurais [...] (2021, p. 225-226)

Formalmente, as mulheres não estavam envolvidas no trabalho da mesma maneira que seus companheiros. Desta forma, entende-se como tantas foram excluídas dos índices acerca da força de trabalho feminina em África. Outro fator que impedia as reivindicações das mulheres negras de serem ouvidas era a falta de uma educação de qualidade, em sociedades africanas ou nas sociedades onde os efeitos da escravidão negra permanecem. Para obterem outros cargos além do serviço doméstico ou empregos que pagassem mais, precisariam de um nível escolar mais alto, o que era de difícil acesso para as mulheres negras e pobres, devido à falta de estabilidade econômica e ao preconceito que tinham de enfrentar. Até mesmo a alfabetização era de difícil acesso para essas mulheres em situação de vulnerabilidade, resultando em um grande atraso educacional (hooks, 2019). Segundo Patricia Hill Collins (2000), em sua obra *The politics of black feminist thought*, muitas intelectuais negras não eram acadêmicas ou pertencentes à classe média. Porém, como contribuíram de diferentes formas para a construção de um pensamento feminista negro, são consideradas intelectuais negras. Essas mulheres entraram para a história e fazem parte das bases do feminismo negro, como por exemplo, Sojourner Truth, uma ex-escravizada de origem humilde que não sabia ler nem escrever. Collins aponta:

Examinar as contribuições de mulheres como Sojourner Truth sugere que o próprio conceito de 'intelectual' precisa ser desconstruído. Nem

todas as intelectuais negras são instruídas. Nem todas as intelectuais negras trabalham na academia. Além disso, nem todas as mulheres negras com alto nível de escolaridade, especialmente aquelas que trabalham em faculdades e universidades americanas, são automaticamente intelectuais. [p. 15, tradução nossa]³

Collins (2000) aborda a necessidade de se repensar certas noções acerca dos intelectuais, no sentido formal do conceito, visto que boa parte do pensamento feminista negro se constrói com base nas contribuições e experiências de muitas mulheres negras que não receberam uma educação formal. Considerando-se que muitas no movimento feminista negro eram ex-escravizadas, compreende-se o atraso educacional dessas mulheres que eram proibidas de aprender o mínimo da escrita e da leitura. bell hooks (1995), em seu breve artigo denominado *Intelectuais negras*, aponta a importância da relação acadêmica-intelectual. A autora comenta a dificuldade de suas alunas da universidade em encontrarem intelectuais negras, isso em um ambiente em que, supostamente, já deveria ser uma ferramenta a ser utilizada para a divulgação e propagação de autores que vão além do padrão homem branco e heterossexual, como se observa no trecho:

Mary Helen afirma: Sem mulheres como Fannie Barner Williams, Ida B. Wells, Fannie Jackson Coppin, Victoria Earle Matthews, France Harper, Mary Church Terrell e Anna Juba Cooper muito pouco saberíamos sobre as condições da vida de negras no século XIX e no entanto a tradição intelectual negra até bem pouco praticamente as ignorava e desvalorizava sua erudição como visivelmente subordinadas a produzida por negros homens. (hooks, 1995, p. 4)

A invisibilização das mulheres negras se fortalece na intersecção que existe entre as categorias do racismo, sexismo e exploração de classe (hooks, 1995). Este fato se observa no caso da escritora negra brasileira Maria Carolina de Jesus, autora da obra *Quarto de despejo*, cujo valor literário segue até os dias atuais sem o reconhecimento merecido, até mesmo dentro das universidades, que insistem em continuar a apresentar aos alunos somente obras já muito difundidas, de escritores homens, em sua maioria brancos. Desta forma, hooks (1995) chama a atenção para a falta de conhecimento acerca das escritoras negras dentro das universidades e apresenta a necessidade de se repensar a base teórica das disciplinas ofertadas, marcando a relevância de organizar disciplinas

³ Examining the contributions of women like Sojourner Truth suggests that the concept of intellectual must itself be deconstructed. Not all Black women intellectuals are educated. Not all Black women intellectuals work in academia. Furthermore, not all highly educated Black women, especially those who are employed in U.S. colleges and universities, are automatically intellectuals. (Collins, 2000, p. 15)

voltadas para a apresentação de escritoras negras. Compreende-se que a subversão destes padrões em busca de mais escritoras negras, indígenas, latinas, etc se trata de um processo muito lento que vem tomando forma nas universidades, com ressalvas e obstáculos a serem enfrentados. No Brasil, pode-se dizer que o movimento feminista negro começou a tomar força praticamente na década de 1980, com base no movimento norte-americano e nas declarações da teórica Judith Butler: “Lutando para que as mulheres negras fossem sujeitos políticos.” (Ribeiro, 2018, p. 29).

hooks (2019) aponta a necessidade de mulheres negras receberem também uma educação de qualidade, afirmando o papel essencial do conhecimento para a libertação feminina, assim como também incentiva as outras mulheres a indagarem o motivo pelo qual existem poucas escritoras não brancas em comparação com as escritoras brancas. Esse atraso educacional atrasou o desenvolvimento de escritoras negras durante muito tempo. Enquanto as mulheres brancas de classe alta utilizavam pseudônimos para publicar seus livros, as mulheres negras ainda estavam em processo de libertação.

Vale ressaltar como poucas escritoras negras conseguiram alcançar uma visibilidade maior até mesmo atualmente, como se observa, por exemplo, em Maria Firmina dos Reis, que até hoje não é muito estudada nas universidades brasileiras. Quando se compara esse quadro às mulheres brancas, há uma nítida diferença em escritoras como Clarice Lispector, que é muito difundida nas universidades e fora destas também. Deve-se considerar também as escritoras inglesas negras, que ainda possuem mais visibilidade, ainda que não muito, em relação às escritoras negras africanas, como Toni Morrison, Alice Walker, Maya Angelou, Octavia Butler, entre outras. É nítido que a literatura escrita por mulheres negras africanas vem crescendo bastante atualmente, mas entende-se que foi um processo deveras demorado para engrenar de fato, como no caso da escritora nigeriana Buchi Emecheta, por exemplo, que publicava suas obras desde a década de 1970, porém é notório atualmente um aumento significativo no número de pesquisas acerca de sua obra. Djamila Ribeiro também aponta como a escrita de mulheres negras se transforma em fonte de resistência, tomando as palavras de Conceição Evaristo em uma entrevista: “Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio. Penso nos feminismos negros como sendo esse estilhaçar, romper, desestabilizar, falar pelos orifícios da máscara” (2018, p. 13).

É importante realçar que os primeiros feminismos foram pensados por mulheres brancas de classe alta, ocidentais, para suas iguais, desta forma, entende-se porque as feministas negras começaram a pensar em alternativas mais inclusivas. Os movimentos

feministas iniciais foram essenciais para muitas conquistas na história das mulheres e seu mérito não pode ser refutado, entretanto, é preciso apontar suas falhas para que evoluam e tomem outras formas que englobem a totalidade de mulheres e não apenas uma ínfima parcela destas. Ao debater sobre a exclusão das mulheres negras e periféricas dos movimentos, algumas destas passaram a tomar a frente no campo político. Ainda que o movimento feminista tenha se dividido em meio a luta pelo sufrágio, as mulheres negras tinham plena consciência da importância de suas vozes, como se nota no trecho:

Por terem uma consciência tão profunda da indissociabilidade entre a luta pela libertação negra e a luta pela libertação feminina, as irmãs nunca caíram na armadilha ideológica de insistir que um combate era mais importante do que o outro. Elas reconheciam o caráter dialético entre as duas causas. (Davis, 2016, p. 58)

Devido ao fato de terem sido excluídas dos movimentos antirracistas e dos movimentos feministas, as mulheres negras sabiam a importância de não escolher uma causa ao invés da outra, pois suas condições como mulheres e como negras eram inseparáveis. Para elas era impossível focar em apenas uma luta, ao contrário de grande parte das mulheres brancas. Ao excluir as outras mulheres do movimento, o feminismo perdeu não só em avanços políticos, como também em convicções e ideologias. Ribeiro (2018) aponta como as vozes de muitas mulheres se perdem na generalização, e que existem diferentes tipos de mulheres dentro do conceito de “ser mulher”.

2.1.1 O feminismo decolonial

Com o feminismo negro e outros feminismos plurais que vão se formando conforme as necessidades de determinados grupos, permitiu-se que se não todas, mas muitas mulheres que não foram lembradas no início do movimento obtivessem a devida atenção às suas diferentes causas e estilos de vida, em uma tentativa de englobar todas as especificidades das lutas femininas por meio de debates e reivindicações. Entre esses feminismos plurais surge então o feminismo decolonial, que visa debater a situação de mulheres não brancas e não ocidentais, assim como mulheres refugiadas e imigrantes também, como forma de dar voz às diferentes condições femininas, marcando uma forte crítica ao capitalismo e seu papel no sentido contrário ao avanço das mulheres (Vergès, 2020). Segundo Vergès:

Assim, o feminismo decolonial opõe-se frontalmente ao feminismo liberal, cujas pautas se encerram em demandas relativas à liberação sexual e à igualdade no mercado de trabalho, desconsiderando as clivagens e as desigualdades entre as mulheres. Opõe-se também ao “feminismo civilizatório”, que na verdade é uma faceta assumida por organismos internacionais que em geral validam políticas imperialistas sobre os países periféricos, gerando opressão de povos, sobretudo de mulheres racializadas. (2020, p. 5)

Entende-se como feminismo liberal os movimentos feministas que pregam a igualdade de gênero entre homens e mulheres dentro de estruturas capitalistas pré-estabelecidas. Estes movimentos aceitam e perpetuam divisões de classe que precarizam a vida de mulheres periféricas ao contribuir com políticas elitistas. De acordo com as autoras Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), há uma grande confusão causada pela mídia que mistura os conceitos do feminismo com o feminismo liberal. Entendem o feminismo liberal como um movimento “Dedicado a permitir que um pequeno número de mulheres privilegiadas escale a hierarquia corporativa [...], esse feminismo propõe uma visão de igualdade baseada no mercado, [...]” (2019, p. 27), baseando seus preceitos na ideia da meritocracia. O feminismo civilizatório serve aos interesses neoliberais e imperiais, alimentando as diferenças entre mulheres europeias, ocidentais, e mulheres não europeias, orientais, principalmente mulheres muçulmanas, imigrantes, refugiadas, mulheres pertencentes a países que passaram pelo processo violento da colonização (Vergès, 2020), mulheres como Adah, a protagonista das obras de Emecheta. Sobre o feminismo decolonial, que vai na direção contrária a esses movimentos, a autora complementa:

Os feminismos de política decolonial se inscrevem no amplo movimento de reapropriação científica e filosófica que revisa a narrativa europeia do mundo. Eles contestam a economia-ideologia da falta, essa ideologia ocidental-patriarcal que transformou mulheres, negros/as, povos indígenas, povos da Ásia e da África em seres inferiores marcados pela ausência de razão, de beleza ou de um espírito naturalmente apto à descoberta científica e técnica. Essa ideologia forneceu o fundamento das políticas de desenvolvimento que, *grosso modo*, dizem: “Vocês são subdesenvolvidos, mas podem se tornar desenvolvidos, desde que adotem nossas tecnologias, nossos modos de resolver os problemas sociais e econômicos. (Vergès, 2020, p. 31)

É imprescindível que haja um rompimento com o pensamento eurocêntrico, ocidental, e os feminismos de política decolonial propõem exatamente isso, além de novas formas de se adequar à diferentes situações. Este movimento estuda não apenas as intersecções entre gênero, raça, classe, mas aprofunda suas pesquisas considerando

muitas outras intersecções que envolvem desde sexualidade, religião, colonização, entre outros. A autora aponta como a narrativa eurocêntrica exclui todo tipo de mulheres que não pertencem a categoria branca e europeia dos mais variados espaços na sociedade. Não apenas espaços físicos como também de posições sociais que envolvem uma voz ativa que denuncie as injustiças em suas comunidades; são silenciadas por um sistema que as rebaixa a uma categoria que é vista como menos humana por grupos dominantes, ainda que inconscientemente. Como Lugones bem analisa: “Quero enfatizar que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade.” (2014, p. 935).

Em seu artigo intitulado *Rumo a um feminismo decolonial*, María Lugones (2014) explica seu entendimento acerca dessas categorias que separam os diferentes grupos sociais, indicando como as distinções entre humanos e não-humanos foram impostas aos colonizados, como forma de justificar o trabalho escravo para o homem ocidental. Essas distinções tiveram início com a colonização das Américas e do Caribe, introduzindo o que conhecemos atualmente como a modernidade colonial, que estabeleceu as diferenciações sociais entre o conceito de homem e mulher. Segundo a autora, só se encaixam nestas categorias aqueles que são civilizados, ou seja, europeus, brancos, modernos, enquanto os povos indígenas, africanos, entre outros povos escravizados anteriormente, foram excluídos e marginalizados, sendo considerados selvagens e bárbaros, vistos e tratados como animais exóticos. Feita essa primeira divisão, trataram de criar as separações dicotômicas, entre homens e mulheres, atribuindo a cada um os comportamentos e obrigações que se esperavam de ambas as partes. Como bem sabemos, as diferenças sociais atribuídas aos sexos masculino e feminino tem como base a intenção de apresentar comportamentos opostos, mas não igualitários, sendo um superior e o outro, a mulher, inferior. Lugones elucida:

O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. A imposição dessas categorias dicotômicas ficou entretecida com a historicidade das relações, incluindo as relações íntimas. (2014, p. 936)

Dessa forma, criam-se os primeiros pressupostos de gênero que conhecemos, há muito tempo enraizados na nossa cultura, tidos como as bases da sociedade patriarcal.

Estas distinções permeiam todos os indivíduos, impactando as nossas relações de trabalho e interpessoais, moldando todas as dinâmicas e interações nos nossos diferentes círculos sociais. Ao colocar os sujeitos colonizados como menos que humanos, os colonizadores justificavam não apenas a escravidão destes como também a crueldade gratuita, deformando as perspectivas pessoais destes povos acerca de seus estilos de vida, padrões de beleza, crenças, entre outras questões sociais. Nesse processo, se os homens colonizados eram considerados criaturas selvagens, as mulheres foram então duplamente marginalizadas, partindo da ideia de oposição entre os sexos, logo, se os homens eram bons, donos da razão, as mulheres naturalmente eram consideradas o contrário. (Lugones, 2010) A autora complementa sua análise explicando como faz uso do termo “colonialidade”, valendo-se do entendimento do teórico Aníbal Quijano acerca da “colonialidade do poder” e da modernidade – dois eixos inseparáveis no funcionamento desse sistema de poder.” (Lugones, 2014, p. 939).

Segundo a teórica, devido a desumanização dos indivíduos colonizados, nenhuma fêmea colonizada pode ser considerada uma mulher, portanto, não existe a categoria de mulher colonizada, indicando a separação consciente que existe entre mulheres brancas, europeias, ocidentais e mulheres negras, indígenas, latinas, asiáticas, africanas, entre outras categorias de mulheres que não se encaixam nas narrativas eurocêntricas. Assim, a autora se propõe a investigar a opressão de mulheres que são diariamente interpeladas pelas estruturas dominantes do racismo, capitalismo, colonialismo e do heterossexualismo. Lugones denomina esta análise da opressão de gênero de “colonialidade do gênero” e o movimento que busca uma solução para esse problema de “feminismo descolonial”. Observando como a cultura do invasor permeia as sociedades, afirma: “A presença invasiva os subjuga brutalmente, de forma sedutora, arrogante, incomunicante e poderosa, deixando pouco espaço para ajustes que preservem seus próprios sentidos de si mesmos na comunidade e no mundo.” (Lugones, 2014, p. 942). Entende-se que os processos de colonização, quando não ocorrem de maneira explicitamente violenta, ocorrem silenciosamente, quase de maneira sorrateira, sem que os sujeitos percebam seus efeitos imediatamente, seja na sociedade ou em suas relações interpessoais.

Ainda ao tecer comentários sobre a “colonialidade do poder” de Quijano, Lugones aborda as classificações sociais que têm base na ideia da raça, mostrando como este conceito abre a possibilidade de criar novas relações de dominação, atribuindo

superioridade e inferioridade aos indivíduos. Sobre a classificação social, explica mais a fundo no trecho:

Ao produzir essa classificação social, a colonialidade permeia todos os aspectos da vida social e permite o surgimento de novas identidades geoculturais e sociais. “América” e “Europa” estão entre essas novas identidades geoculturais; “europeu”, “índio”, “africano” estão entre as identidades “raciais”. Essa classificação é a “expressão mais profunda e duradoura da dominação colonial”. Com a expansão do colonialismo europeu, a classificação foi imposta à população do mundo. Desde então, tem atravessado todas e cada uma das áreas da vida social, tornando-se, assim, a forma mais efetiva de dominação social, tanto material como intersubjetiva. (Lugones, 2020, p. 63-64)

Reforça-se a ideia de que a colonialidade se insere em todos os campos da vida social, sendo o trabalho e suas divisões um dos campos em que esse fenômeno se torna mais claro. Lugones (2020) observa como todo o processo de colonização somado ao capitalismo eurocêntrico global trouxe mudanças nas sociedades, principalmente para as mulheres. Como já foi dito anteriormente por Oyěwùmí (2021), o atual sistema de gênero que conhecemos foi imposto à sociedade iorubá, impactando negativamente as mulheres africanas que perderam muitos direitos no processo. O conceito de “mulher” só foi introduzido na sociedade iorubá após a colonização e para se encaixar nessa categoria era necessário não somente possuir o órgão reprodutor feminino, mas também ser o oposto do homem, tanto biologicamente quanto socialmente. Assim, as mulheres não podiam atuar na sociedade e ter uma voz ativa da mesma forma que os homens, o que era essencial para a dominação deste povo. Oyěwùmí enfatiza como nada disso existia antes das colônias e comenta: “Para as fêmeas, a colonização foi um processo duplo de inferiorização racial e subordinação de gênero.” (2021, p. 189).

Já em Londres, Adah passará a ser vista como “africana”, o que significava algo entre selvagem e animalesco. Lida não apenas com o sexismo por parte dos homens, mas também com o racismo e a xenofobia de todos os lados, como se nota no trecho da obra *No fundo do poço*: “Às vezes ela ficava de saco cheio de ser tratada como semi-humana. [...] A velha baixou a voz e cuspiu maldosamente “porque você não volta para seu maldito país?”.” (Emecheta, *NFDP*, 2019, p. 153). O trecho narrado apresenta uma briga na lavanderia entre Adah e uma senhora que tenta intimidá-la. Em meio à discussão, Adah percebe que a mulher que a mandou voltar para a Nigéria nem mesmo era inglesa, mas sim grega, assim, fica claro como Adah é vista pela sociedade: mesmo que seja inteligente, estudada, independente, sempre será considerada um ser humano inferior pela

cor de sua pele, negra, pelo seu país que foi colonizado e sua cultura de matriz africana. Se fosse uma mulher inglesa de pele escura como a de Adah, poderia sofrer preconceito por sua raça, mas esse preconceito não seria o mesmo encarado pela protagonista, que sofre duplamente, triplamente, por seu gênero, raça, nacionalidade, entre outros fatores.

Oyěwùmí (2021) não só aponta a inferiorização das mulheres africanas como também critica os homens africanos que foram cúmplices desse processo, fato que é observado constantemente durante a narrativa de Adah, que não podia nem mesmo contar com o apoio de seu marido em um país estrangeiro. Além de estudar e continuar trabalhando para sustentar todos, Adah ainda se compromete com a sogra a cuidar de Francis, um homem adulto, como se fosse ele a criança que precisava de cuidados e não seus filhos pequenos, assumindo mais uma responsabilidade que não deveria ser sua. Ao finalmente chegar na Inglaterra, Adah se depara com um Francis mudado:

“Essa nossa separação deixou você atrevida. Até hoje você nunca me disse que eu estava inventando alguma coisa”, acusou Francis. Adah se calou ao ouvir a irritação na voz de Francis. Uma irritação que parecia proclamar: “Os machos africanos têm o direito de vir para a Inglaterra para ficar civilizados, só que esse privilégio ainda não foi concedido às fêmeas”. Ela teria gostado de reclamar quanto a isso desde o princípio, mas de que adiantava eles começarem a discutir no primeiríssimo dia de reencontro, depois da longa separação? Só que aquele era um triste indício do que estava por vir, e ela rezou para que os dois tivessem forças para acolher a civilização em seu relacionamento. Porque se não conseguissem fazer isso, a vinda dela com as crianças teria sido um enorme erro. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 55)

Assim que Adah desembarca na Inglaterra, o casal já começa a se desentender pois Francis parece ter mudado bastante, reproduzindo costumes ingleses que para Adah ainda eram estranhos, como beijá-la em público. Antes de sair da Nigéria, Adah considerava Francis um autêntico africano, ainda que tivesse sido influenciado pela colonização em seu país, este seguia fielmente os valores patriarcais africanos, pelo menos aqueles que o favoreciam. Agora, Francis se torna ainda pior pelo fato de que absorveu os ideais ingleses, ou seja, Adah precisa lidar com um marido que apela para os valores patriarcais europeus e africanos. Como ela percebe, essa recepção fria e a discussão já eram indícios de que este seria seu casamento dali para frente, e o pior ainda estava por vir. A personagem reza para que ambos fossem capazes de saber lidar com a civilização no relacionamento, levando-nos a entender que a civilização a que se refere seria esse novo capítulo em suas vidas, no qual ela pretendia assumir uma independência maior sobre si mesma, em relação ao seu trabalho, seus estudos e seus filhos. Adah

começa a se preocupar que Francis não saberá lidar com as mudanças que virão em suas vidas. A mulher se espanta não apenas com as mudanças em Francis, mas também com as mudanças no ambiente em que viverá agora, completamente diferente do que estava acostumada em Lagos, como se nota:

Então Francis abriu uma porta e os fez entrar num quarto, ou melhor, num meio-quarto. Era muito pequeno, com uma única cama num canto e um sofá novo, que Francis comprara com o dinheiro que Adah lhe enviara para comprar um sobretudo. No espaço entre o sofá e a cama que mal dava para encaixar uma mesa de tampo de fórmica, do tipo que Adah possuía antes em sua cozinha de Lagos. “É aqui que nós vamos morar?”, conseguiu articular. “Bom, eu sabia que você não ia gostar, mas é o melhor que eu consigo. Entende? Em Londres a escassez de moradia é imensa, especialmente para negros com filhos. Todo mundo está vindo para Londres: gente das Antilhas, das Bahamas, os paquistaneses e até os indianos, de modo que os estudantes africanos costumam ser instalados junto com esses outros. Somos todos negros, todos de cor, e as únicas acomodações que a gente consegue arrumar são horrores como este”. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 56-57)

Adah traça em sua mente uma clara distinção entre as moradias espaçosas que existiam em Lagos e as moradias que encontra agora em Londres, apertadas e praticamente coladas aos vizinhos. O espaço apresentado neste ponto da narrativa é também um indicativo do que se tornaria a vida da personagem dali em diante, simbolizando uma mudança, a queda de seu status social. Apesar de ter tido uma infância difícil, na vida adulta Adah passa a desfrutar de certos luxos que não tinha quando criança, devido ao seu valioso emprego no Consulado Americano, que lhe proporcionava não apenas boas condições financeiras como também uma elevação em seu status social, pois lhe permitia pagar pelo serviço de empregadas e outras mordomias. Adah também ainda não havia tido um contato direto com o racismo em sua cidade natal, para agora se deparar com o racismo estrutural da sociedade, que não permitia que conseguissem boas acomodações simplesmente por serem negros, mesmo que pertencessem a classe média alta na Nigéria.

De acordo com Lugones (2020), esse processo de inferiorização ocorreu não somente entre os povos africanos, mas também entre outros povos indígenas, como os nativo-americanos. Uma das técnicas utilizadas para a dominação e subordinação desses povos está relacionada as crenças religiosas que vinham sendo cultivadas de maneira muito orgânica em suas organizações sociais. Vale ressaltar que estes povos originários também não eram adeptos do sistema patriarcal como o europeu, pelo contrário, valorizavam suas mulheres como membros importantes de suas comunidades. Entre os

povos que representavam suas figuras divinas como mulheres, houve a substituição destes ícones femininos por masculinos, assim como o cristianismo fez com tantas outras religiões, incorporando aspectos de diversas crenças à sua própria doutrina. Assim como ocorreu com as mulheres africanas, nota-se que as mulheres indígenas não eram tão subalternizadas quanto são atualmente, após a colonização.

Pode-se dizer que, recentemente, desenvolve-se um novo campo na literatura, no qual romancistas abordam a violência contra as mulheres indígenas, tão naturalizada no Brasil. Em muitos casos, trata-se de mulheres ou homens indígenas que utilizam a literatura como meio de dar voz aos infortúnios de suas comunidades. Um exemplo de uma obra brasileira que retrata a violência cotidiana contra a mulher indígena é o romance *Mulheres empilhadas*, de Patrícia Melo, cuja narração é feita por meio de manchetes de jornais, denunciando diariamente o descaso do cidadão brasileiro em relação a esses povos e às mulheres no geral. É perceptível que mulheres pertencentes aos povos indígenas e/ou aos povos africanos utilizam a literatura como um dos meios viáveis para quebrar o silenciamento e a opressão feminina que se naturalizou após o período colonial. Quanto ao período pré-colonial, ficou claro que as mulheres usufruíam de mais direitos que as mulheres brancas:

As histórias apresentadas por Oyěwùmí e Allen mostram às mulheres burguesas brancas que seu status no capitalismo eurocêntrico é muito inferior ao status das fêmeas indígenas na América pré-colonial e das fêmeas iorubás. As autoras também explicam que o entendimento igualitário das relações entre anafêmeas, anamachos e as pessoas do “terceiro gênero” segue presente na imaginação e nas práticas dos/das nativos-americanos/as e do povo iorubá. Isso é parte da história de resistência à dominação. (Lugones, 2020, p. 82-83)

A autora aponta como o patriarcado eurocêntrico diminuía e inferiorizava suas mulheres em prol de sua submissão, enquanto os outros povos, apontados como selvagens e não civilizados, atribuíam posições importantes às mulheres dentro das comunidades, considerando seus conselhos e experiências tão válidos quanto dos homens. Havia hierarquias nessas comunidades, mas essas não funcionavam com base no gênero. Lugones também faz uma crítica ao fato de que as mulheres burguesas brancas, em sua maioria, não souberam reconhecer as diferenças entre elas e as mulheres que se encaixavam em outras categorias. Pensavam que os seus problemas eram os mesmos das mulheres colonizadas, o que não podia estar mais longe da verdade. A autora indica como, ao não perceberem que não eram o parâmetro da categoria mulher, ignorando o

colonialismo, os movimentos feministas não foram capazes de obter avanços mais significativos para as mulheres como um todo. Françoise Vergès complementa:

Admite-se que as mulheres racializadas estejam ao lado das feministas civilizatórias, mas apenas se demonstrarem aderir à interpretação ocidental dos direitos das mulheres. Aos olhos de sua ideologia, as feministas do Sul global permanecem inassimiláveis, pois demonstram uma impossibilidade de superar as contradições produzidas pelo imperialismo e pelo capitalismo em termos de integração, paridade e diversidade. (2020, p. 72)

A autora aponta que existe ainda uma grande resistência aos feminismos de políticas decoloniais, principalmente na Europa, devido a incapacidade dos movimentos feministas de chegarem a um acordo acerca de seus objetivos. Ainda falta harmonia entre as partes sobre as pautas feministas e compreensão a respeito de quem de fato se encaixa na categoria de “mulher”, o que pode levar ao entendimento de um sentimento anti-estrangeiro da parte europeia dos movimentos feministas. Vergès enfatiza como a ideia do homem branco e da mulher branca teve início na colônia, como forma de submeter os povos colonizados à inferioridade, justificando a violência e dominação. A francesa propõe o feminismo negro e o feminismo decolonial como soluções que buscam libertar a sociedade como um todo do sistema patriarcal, não apenas uma ascensão social por parte das mulheres brancas.

Quanto aos feminismos africanos, entende-se que estes também não seguem o molde eurocêntrico, visto que as mulheres africanas encaram diversos obstáculos diferentes das lutas das mulheres europeias. Segundo Ahikire (2014), o feminismo africano vem avançando bastante em suas conquistas nos últimos anos, além de proporcionar o surgimento de novas acadêmicas e ativistas nessa área, como se observa no trecho:

Em particular, a década de 1990 abriu uma onda de mudanças rápidas, com os movimentos de mulheres em todo o continente africano registrando ganhos em vários domínios; incluindo governança, saúde, educação e relações internas. Em vários países do continente, os estudos e o ativismo das mulheres fizeram incursões, por exemplo, nos processos de elaboração de constituições e na ampliação da agenda pública, tornando a questão do gênero uma questão notavelmente pública. [p. 9, tradução nossa]⁴

⁴ In particular, the 1990s opened a wave of rapid change, with women’s movements across the African continent registering gains in various fields; including governance, health, education and domestic relations. In several countries across the continent women’s scholarship and activism has made inroads, for example, into constitution-making processes and broadening the public agenda, making the gender question a remarkably public issue. (Ahikire, 2014, p. 9)

Há uma relação intrínseca entre o processo que envolve o crescimento dessa área de estudos e as conquistas feministas nos campos da política, economia e do desenvolvimento sociocultural (Ahikire, 2014). São processos que se fazem necessários para a continuidade de outros projetos e assim por diante, pois um precisa do outro para funcionar, como peças de uma única engrenagem, reafirmando os argumentos de Collins (2000), de que na prática se faz a teoria.

De acordo com Ahikire (2014), as pautas feministas se encontram cada vez mais engajadas nas sociedades africanas, tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais, ainda que com certo tipo de resistência. Mesmo assim, os conceitos básicos acerca dos direitos das mulheres já passam a ser mais conhecidos nos discursos locais. Ao mesmo tempo, a masculinidade também parece entrar em crise ao se tratar de discussões de gênero, mas este ainda é um tema que encontra bastante resistência. Entretanto, segundo a teórica, com a resistência, vem o entendimento de que essas pautas tomaram proporções grandes o suficiente para serem ouvidas e contestadas, envolvendo a sociedade de maneira que ainda há muito espaço para mudanças e transformações. Pode-se dizer que esses feminismos nasceram do resultado de muitos anos de lutas antirracistas, anticapitalistas, anticoloniais e culminaram no que são atualmente, de modo que estes movimentos vão se pluralizando e convergindo para explicar a situação de diversos continentes, países etc. (Vergès, 2020).

CAPÍTULO 3

CIDADÃ DE SEGUNDA CLASSE VIVENDO NO FUNDO DO POÇO

3.1 A interseccionalidade

Considerando as pautas levantadas para discussão no t3pico anterior e como se deu o surgimento do feminismo negro, partiremos ent3o para a busca do entendimento sobre a interseccionalidade aplicada 3s discuss3es feministas e quais as suas pautas, para quem 3 voltada e a que necessidades esse campo te3rico atende. Nomeado pela estadunidense Kimberl3 Crenshaw em 1989, o termo interseccionalidade surge como um novo vi3s social, a ser aplicado aos debates feministas, que assim como o feminismo negro, que buscou incluir as mulheres negras que foram exclu3das dos primeiros movimentos feministas, almeja englobar diversas identidades femininas e suas diferentes possibilidades. De acordo com Bilge e Collins:

A interseccionalidade investiga como as rela33es interseccionais de poder influenciam as rela33es sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experi3ncias individuais na vida cotidiana. Como ferramenta anal3tica, a interseccionalidade considera que as categorias de ra3a, classe, g3nero, orienta33o sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa et3ria – entre outras – s3o inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade 3 uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experi3ncias humanas (2020, p. 16-17).

Desta forma, entende-se que a interseccionalidade funciona de maneira a considerar todas as possibilidades e experi3ncias individuais que acompanham os sujeitos. 3 importante ressaltar que Crenshaw n3o criou esta teoria, apenas a sistematizou, visto que esta j3 vinha sendo pensada por te3ricas como bell hooks e outras. Bilge e Collins argumentam que n3o 3 poss3vel atribuir o cr3dito somente 3s norte-americanas acerca dos primeiros pensamentos que viriam a ser a interseccionalidade, entretanto, devido ao preconceito sofrido pelas mulheres afro-americanas, estas sempre estiveram conectadas aos movimentos sociais que envolviam mulheres chicanas, latinas, ind3genas, entre outras, todas pertencentes 3 grupos perif3ricos, como se observa no trecho:

Embora as experi3ncias e os movimentos sociais que elas criaram ou aos quais aderiram tivessem formas diferentes, esses grupos foram os primeiros a reivindicar a interconectividade de ra3a, classe, g3nero e sexualidade em suas experi3ncias cotidianas, bem como a import3ncia

dessa análise interseccional para suas aspirações políticas. (2020, p. 104-105)

Assim, entende-se que a interseccionalidade surge não apenas de teóricas renomadas, em ambientes acadêmicos, mas também nas ruas, nos protestos e organizações de ativistas, intelectuais, mulheres comuns que participavam das comunidades. Dentro dos movimentos sociais nos Estados Unidos que envolviam a participação de mulheres indígenas, chicanas, negras, etc, era preciso que estas encontrassem formas de envolver o debate de gênero em diálogos que inicialmente tratavam apenas de questões étnicas/raciais. O mesmo se deu nas discussões feministas que discutiam apenas a questão de gênero sem considerar as interseções de raça, classe, sexualidade, entre outras. Assim, formaram-se gradualmente as análises interseccionais em variados movimentos sociais, em uma tentativa de abordar diversas questões envolvendo uma gama muito maior de pessoas. Essa coalizão de movimentos deve-se não apenas as/aos ativistas, mas também a escritoras e estudiosas que tornaram possível essa união, como se observa no trecho:

Assim como no feminismo afro-americano, o feminismo chicano/latino também estabeleceu uma base para o surgimento da interseccionalidade. O trabalho de Gloria Anzaldúa permanece central para a ascensão do feminismo latino e da interseccionalidade. Como AnaLouise Keating aponta, Anzaldúa é, geralmente, reconhecida como autora “lésbico-feminista chicana”, mas ela própria se descreveu de maneira mais ampla dentro do espaço fronteiriço, ou seja, no limiar entre várias coletividades. (Bilge; Collins, 2020, p. 106)

De acordo com as autoras, Anzaldúa conseguiu se posicionar de forma que englobasse todos os fragmentos que compõem sua identidade como um todo. Ao não se limitar a apenas uma pauta em específico, criou condições para um entendimento mais profundo do que viria a ser a interseccionalidade. Dando continuidade aos seus ideais trabalhados nos movimentos políticos, surgiram outras estudiosas que compartilhavam as mesmas ideias e fizeram também contribuições para novas análises interseccionais. No início dos anos 1980, Cherrie Moraga e Anzaldúa organizaram um livro intitulado *This Bridge Called My Back*, uma coletânea de textos de feministas de diferentes etnias, variando desde latinas, negras, chicanas, indígenas e asiático-americanas contando suas experiências pessoais que não se restringiam apenas às suas etnias, mas consideravam também sexualidade, religião, classe, linguagem, entre outras interseções.

Bilge e Collins apresentam como muitos programas universitários colaboraram para o desenvolvimento da interseccionalidade, e destes movimentos ocorreu também o

fortalecimento de certos grupos sociais, entre estes os movimentos feministas pertencentes as mulheres asiático-americanas, indígenas, latinas, entre outras. Na década de 1990, o feminismo asiático-americano formou boas relações com os feminismos transnacionais, proporcionando uma troca de conhecimentos essencial para o crescimento e a perpetuação das pautas feministas. Os feminismos indígenas também se mostraram muito ativos nas lutas feministas, sendo inclusive citado pelas autoras como um dos movimentos cuja existência data desde muito antes dos movimentos feministas eurocêntricos aos quais estamos habituadas. Mas, como se trata de um povo periférico, marginalizado, tende a ser esquecido dentro da compreensão geral acerca dos movimentos. O movimento feminista indígena tem como sua maior força a resistência às práticas coloniais: “O nexo de poder que elas enfrentam inclui o colonialismo, o patriarcado, a supremacia branca e a pobreza.” (Bilge; Collins, 2020, p. 109).

Entende-se que a união das experiências e do entendimento sobre as opressões sistêmicas de mulheres de diferentes etnias, países, religiões, etc convergiu no cerne dos pensamentos interseccionais que conhecemos atualmente. Em 1970, surge a Aliança das Mulheres do Terceiro Mundo, utilizando o termo “Terceiro Mundo” como forma de expressar resistência e solidariedade em relação às lutas anticolonialistas e anti-imperialistas de outros movimentos. Esta aliança teve início em uma colaboração entre o movimento das mulheres negras de Nova York e o das mulheres porto-riquenhas. Em relação as outras mulheres negras que residiam em outras partes do mundo, havia o entendimento de que se tratavam de situações diferentes, como se nota no trecho:

Em razão do lugar onde estavam situadas e do fato de muitas terem imigrado de vários pontos diferentes do Império Britânico, as mulheres negras ou “racializadas” na Grã-Bretanha enfrentavam um conjunto de preocupações diferentes de suas homólogas nos Estados Unidos. Elas também criaram um movimento social autônomo em torno da negritude como identidade política de coalizão; nesse contexto, o termo “negro” fundiu as experiências negativas de dominação de pessoas negras da África, do sul da Ásia e do Caribe. (Bilge; Collins, 2020, p. 110)

Compreende-se que apesar de muitas mulheres serem pertencentes a mesma etnia/raça, fazer uma análise considerando somente o gênero e a raça não é o suficiente para alcançar possíveis soluções. Mesmo compartilhando o gênero e a raça, existem inúmeras possibilidades diferentes para mulheres que possuem outra nacionalidade, sexualidade, religião, entre outras intersecções. Assim, a união dos movimentos feministas de diferentes partes do globo foi essencial para que compreendessem uma dimensão maior da situação das mulheres ocidentais e orientais. Todavia, ao utilizarem o

termo “negro” para unificar as experiências de todas as mulheres negras ao redor do globo, ainda que o termo tenha sido pensado como vocabulário de resistência, as feministas contribuíram para uma invisibilização das mulheres negras que não pertenciam aos Estados Unidos ou a Grã-Bretanha. Mais tarde, já na década de 1980, a união do trabalho de escritoras como Beverly Lindsay e Deborah King trazia sugestões de análises sociológicas acerca das intersecções femininas, pensando nas condições de mulheres indígenas/nativas, chicanas e asiático-americanas, porém ainda pensando especificamente na América do Norte. (Bilge; Collins, 2020)

Durante as décadas de 1980 e 1990, diversos movimentos sociais foram tomando força, exigindo melhores condições de educação, de moradia, de trabalho, lutando contra a opressão e o preconceito contra determinados grupos sociais. Com essas exigências, instituições como as universidades abriram espaço para pessoas pertencentes aos grupos excluídos anteriormente, como mulheres afro-americanas, indígenas, latinas, entre outras. Mesmo assim, percebia-se que ainda havia a necessidade de criar mais propostas que pudessem incluir mais grupos marginalizados. Apesar de todo esse avanço, o ambiente acadêmico ainda pode ser bem excludente para certos grupos sociais, mas também pode ser um ambiente progressista e que apoia a inovação de pensamentos, como se observa no trecho:

Se os movimentos sociais não tivessem lutado pela inclusão das mulheres e das pessoas de cor em faculdades e universidades, é improvável que as concepções de interseccionalidade introduzidas por agentes de movimentos sociais surgissem na academia. Alice Walker, Angela Davis, Nikki Giovanni, Barbara Smith e outras figuras importantes do feminismo e da interseccionalidade negra tinham experiência com movimentos sociais. O acesso a cargos acadêmicos permitiu que as mulheres afro-americanas levassem diretamente para a academia ideias da política feminista negra por meio de vários projetos de feminismo negro, estudos de raça/classe/gênero, estudos étnicos e estudos chicanos. (Bilge; Collins, 2020, p. 114)

Entende-se que a entrada desse grupo social diversificado foi de extrema relevância para o nascimento da interseccionalidade, pois a presença destas mulheres no ambiente acadêmico fez com que suas ideias tivessem um alcance maior do que já era possível nos movimentos sociais. É perceptível uma grande similaridade com o pensamento do feminismo negro, porém, pode-se dizer que a interseccionalidade é uma evolução do feminismo negro que engloba especificamente mulheres negras, mas não considera exatamente todas as diferentes condições das mulheres negras, sejam elas norte-americanas, inglesas, africanas, brasileiras, entre outras. Enquanto isso, a

interseccionalidade foi pensada para expandir esses horizontes, aprimorando os estudos e discussões que já aconteciam entre as feministas negras, sendo elas as responsáveis pelas bases da interseccionalidade:

Os principais trabalhos realizados por mulheres afro-americanas, estabelecendo as bases para o que ficou conhecido como interseccionalidade, incluem *Civil Wars* [Guerras civis], de June Jordan; o livro clássico de Audre Lorde, *Irmã outsider*; e o livro inovador de Angela Davis, *Mulheres, raça e classe*. Em trabalhos como esses, é possível perceber que a produção intelectual das mulheres negras continha uma análise explícita da interconectividade de raça, classe, gênero e sexualidade como sistemas de poder que estava nitidamente vinculada a diversos projetos de justiça social catalisados pelo envolvimento dessas mulheres com os movimentos sociais. (Bilge; Collins, 2020, p. 114)

Estas mulheres foram essenciais para a elaboração das primeiras análises interseccionais, considerando não apenas a questão negra, mas a indígena, latina, africana, etc. Inicialmente pensado como estudos de raça/classe/gênero, a incorporação destes estudos não foi fácil nem rápida, pois ainda precisava ser devidamente organizado como um verdadeiro estudo acadêmico para que fosse legitimado de fato. É claro que todo esse processo levou muitos anos até que enfim tomasse a forma que possui nos dias atuais, dependendo de muitas estudiosas para que avançasse dentro do ambiente acadêmico e dos movimentos sociais.

Compreende-se que a interseccionalidade surge de várias fontes diferentes, que com o tempo foram convergindo e se unindo até formar as teorias que conhecemos atualmente. Ao explicar o motivo de abordar essa teoria, Crenshaw (2017) aponta que o problema na forma como certas políticas identitárias são pensadas é que tendem a ignorar ou generalizar as diferenças daqueles que se encontram nas intersecções de diferentes grupos. Bilge e Collins (2020) explicam como as pessoas fazem uso da interseccionalidade no cotidiano utilizando o exemplo das ativistas negras norte-americanas ao tentarem enfrentar a desigualdade social nas décadas de 1960 e 1970. Essas mulheres não tinham suas demandas por condições de vida mais dignas atendidas pelos movimentos sociais antirracistas e feministas, devido ao fato de que, separados, estes movimentos não podiam englobar todas as especificidades de suas situações, como é possível observar no trecho:

Cada um desses movimentos sociais privilegiou uma categoria de análise e ação em detrimento de outras: por exemplo, raça no movimento em favor dos direitos civis; gênero no movimento

feminista; classe no movimento sindical. Considerando que as afro-americanas eram também negras, mulheres e trabalhadoras, o uso de lentes monofocais para abordar a desigualdade social deixou pouco espaço para os complexos problemas sociais que elas enfrentam. (Bilge; Collins, 2020, p. 18-19)

Considerando que o feminismo negro se preocupa principalmente com as mulheres negras que foram oprimidas pela escravidão e ignoradas pelos primeiros movimentos feministas, quem seriam então os sujeitos com quem a interseccionalidade se preocuparia? Se imaginarmos que as mulheres negras se encaixam dentro das esferas de gênero (feminino) e raça (negra), e que o cruzamento desses dois fatores cria a intersecção condizente à condição das mulheres negras, então podemos concluir que a interseccionalidade tem como foco pesquisar e entender a situação de mulheres que não se encontram exatamente nessas esferas, mas em outras que também geralmente são ignoradas, considerando outros fatores como classe, religião, nacionalidade, sexualidade etc.

Pensando no patriarcado no contexto africano, Oyèwùmí faz uma crítica às pesquisas acerca da África que se deixam levar pelas influências europeias, quando aponta: “[...] mesmo quando a pesquisa africana procura validar a especificidade da experiência africana, ela o faz dentro dos quadros das categorias de conhecimento derivadas da Europa” (2021, p. 23). A teórica almeja pensar não apenas nas mulheres negras africanas que se encontram em África, mas também inclui as mulheres negras africanas, não brancas, que se encontram na Europa ou Estados Unidos, pois suas opressões são diferentes nos campos interseccionais da raça, classe, gênero, entre outros. Segundo Bilge e Collins:

Acadêmicas feministas que fazem estudos pós-coloniais encontraram na interseccionalidade importantes entendimentos teóricos que lhes permitiram avaliar a influência da filosofia pós-estruturalista continental em campo e usar as estruturas interseccionais para refletir sobre as realidades colonial e pós-colonial. Mais importante, elas fizeram isso destacando as experiências de mulheres, pessoas negras e latinas, pobres e outros grupos negligenciados nos estudos existentes. (2020, p. 61)

Os estudos interseccionais provam a necessidade de se considerar elementos como a raça, gênero, etnia, entre outros aspectos, para que seja possível alcançar resultados satisfatórios nas análises sociais. Não apenas isso, como também é considerada por muitos como uma teoria já interconectada com a prática, visto que é tida como uma ferramenta de empoderamento (Bilge; Collins, 2020). Heloísa Buarque de Hollanda

(2020) argumenta que mesmo dentro das intersecções de raça e gênero, pode haver margem para o silenciamento de outras mulheres que se encontram sob a categoria de mulher, porém são de nacionalidades diferentes, se encaixam em outras esferas além do gênero, são negras, hispânicas, asiáticas, chicanas, etc. Por exemplo, no caso de mulheres africanas que se encontram na África ou fora do continente, como imigrantes. Suas lutas não são iguais às das mulheres negras norte-americanas, pois há toda uma bagagem cultural e social que as difere. Sendo assim, apenas a raça e o gênero não são suficientes para que haja um entendimento completo acerca das condições dessas mulheres. Deve-se considerar a nacionalidade, a religião, a classe, entre outros fatores determinantes. Entende-se que as mulheres brancas e heterossexuais acabam representando a categoria de mulher como o padrão, enquanto as outras são invisibilizadas. De acordo com Akotirene:

A interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem (2019, p. 24).

A autora discute como não é possível teorizar e fazer críticas acerca de determinadas questões sem levar em consideração o aporte interseccional que acompanha suas identidades, é preciso um entendimento dos diferentes contextos envolvidos. Crenshaw (2017) considera como as experiências de mulheres negras são o resultado da intersecção do racismo e do sexismo e como essas experiências tendem a não ser representadas tanto nos discursos feministas quanto nos discursos antirracistas. A teórica aponta que isso ocorre devido a essa identidade interseccional, resultando em uma marginalização de ambas as partes. Acrescenta ainda que mulheres negras geralmente não experienciam o racismo da mesma forma que homens negros, e não experienciam o sexismo da mesma forma que mulheres brancas, como já foi apontado anteriormente, concluindo que tanto os discursos feministas quanto os discursos antirracistas ainda são limitados, como aponta no texto: “Por causa de sua identidade interseccional como mulheres e não-brancas dentro de discursos que são moldados para responder a um ou outro, mulheres não-brancas são marginalizadas dentro de ambos.” (Crenshaw, 2017, p. 3). No contexto africano, o racismo é percebido como fator externo, após a colonização de muitos países, mas se difere do racismo enfrentado por mulheres não-brancas que se encontram em países europeus. Não apenas isso, mas deve-se considerar também que os

fatores da religião e da cultura são diferentes dos enfrentados pelas mulheres brancas, europeias.

Crenshaw (1991) utiliza a situação das mulheres negras em um contexto do direito norte-americano para exemplificar como a interseccionalidade se encaixa como ferramenta de resistência. A teórica aponta que as mulheres negras, além de serem excluídas do movimento feminista predominantemente branco pela discrepância de suas situações em comparação com as mulheres brancas de classe alta, que não podiam compreender os diferentes tipos e experiências de vida, também eram silenciadas dentro do movimento negro. Vítimas de violência doméstica, tinham suas vozes caladas devido ao fato de que vários representantes de comunidades minoritárias tinham medo de que, ao denunciarem o abuso doméstico de seus companheiros, trariam uma representação que corroborasse com os estereótipos acerca dos homens negros como violentos. Crenshaw (1991) utiliza a obra *A cor púrpura* de Alice Walker como um exemplo da violência contra a mulher que tende a ser mascarada dentro da comunidade negra, apontando como Walker recebeu inúmeras críticas por trazer à tona para os leitores essa violência por meio da personagem Celie, que era física e emocionalmente abusada pelo marido. Crenshaw indica que o motivo de tantas críticas acerca da obra era justamente uma preocupação com a perpetuação de estereótipos racistas, um mal-entendido que generalizaria a índole de todos os homens negros. Ela também discute a situação de outras mulheres:

Para muitas mulheres imigrantes, o acesso limitado a estes recursos pode dificultar-lhes a obtenção das provas necessárias para uma isenção. E as barreiras culturais muitas vezes desencorajam ainda mais as mulheres imigrantes de denunciar ou escapar de situações de violência. [p. 1248, tradução nossa]⁵

Entre essas identidades que são ignoradas, Crenshaw (1991) chama a atenção para a experiência de mulheres imigrantes e a violência a que são submetidas, pois geralmente não possuem uma rede de apoio ou algum outro tipo de estrutura que as amparem em situações de violência. Quando se encontram em situações de violência doméstica, a falta de recursos e acesso a políticas governamentais de proteção à mulher dificultam o auxílio de suas causas. Além disso, a barreira cultural e de linguagem também se mostra um obstáculo nessas situações. Verifica-se este tipo de situação dentro da obra *Cidadã de*

⁵ For many immigrant women, limited access to these resources can make it difficult for them to obtain the evidence needed for a waiver. And cultural barriers often further discourage immigrant women from reporting or escaping battering situations. (1991, p. 1248)

segunda classe, com a protagonista Adah, que sofria violência doméstica e tinha de lidar com agressões físicas e psicológicas por parte do marido Francis, o que será apresentado com maior profundidade em um ponto mais adiante na análise.

Na Inglaterra, Adah não é apenas uma mulher, mas é também africana, negra, imigrante, periférica. Estas características que formam a sua identidade social são também o que marcam as suas lutas cotidianas, ao lidar com o racismo, a xenofobia, a pobreza, o sexismo. A junção destes preconceitos além de seus desentendimentos com Francis em casa a fazem se sentir encurralada diariamente em sua nova vida, tendo que lutar dobrado para alcançar seus objetivos em Londres. Assim, compreende-se que os espaços apertados em comparação as casas espaçosas a que tinha acesso na Nigéria indicam uma queda abrupta na vida confortável que levava em Lagos, assim como representam não apenas as condições físicas da protagonista, mas também suas condições psicológicas, pois agora se vê praticamente sem saída nessa situação. Adah começa a perceber que não poderia manter o padrão de conforto que tinha na Nigéria, como se observa no trecho:

À noite os outros moradores voltaram das fábricas onde trabalhavam. Todos apareceram para dar as boas-vindas. Então, para seu horror, Adah se deu conta de que teria de dividir a moradia com nigerianos do tipo dos que na Nigéria a chamavam de madame; alguns deles tinham o mesmo nível, em matéria de instrução, de suas antigas criadas pagas. Sabia que tivera uma infância terrível, mas, mesmo assim, na Nigéria, as distinções de classe estavam começando a ser estabelecidas. *Oh, Francis, gemeu por dentro, como você foi capaz de fazer isso conosco? Afinal, temos amigos que, mesmo que talvez estejam vivendo em pardieiros como este, não precisam conviver com pessoas assim.* (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 57)

Percebe-se que ainda que a Nigéria não tenha assimilado completamente todas as características culturais dos invasores ingleses, o sistema de classes já começava a ser implementado, como aponta Adah. Acostumada a fazer parte de uma classe média-alta em ascensão na sua vida adulta, Adah tem dificuldade para aceitar que no seu país dos sonhos, a Inglaterra, não é vista da mesma forma que em seu país natal. A decadência da moradia que Francis conseguiu para sua família é notada de imediato por Adah, que a rejeita não apenas por ser inadequada para eles, mas também por representar um rebaixamento de classe. Inicialmente, a protagonista se nega a enxergar que agora é vista como indesejada, assim como os outros imigrantes, não apenas pela sua cor de pele, mas também pelo lugar de onde veio. Ao não se dar por vencida com a situação e discutir com o marido, ele rebate:

Em seguida, irado, Francis cuspiu: “Você deve saber, querida jovem *lady*, que em Lagos você pode ser um milhão de vezes agente de publicidade para os americanos; pode estar ganhando um milhão de libras por dia; pode ter centenas de empregadas; pode estar vivendo como uma pessoa da elite, mas no dia em que chega à Inglaterra vira cidadã de segunda classe. De modo que você não pode discriminar seu próprio povo, porque todos nós somos de segunda classe”. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 58)

Nota-se que Adah carrega uma mentalidade que se assemelha à do colonizador. Como fora um pouco aceita por eles em Lagos, começa a pensar como se fosse superior também, inclusive mostrando que gosta da distinção de classes entre si e seus subordinados, em uma representação típica do pensamento colonial. Francis já aparenta estar habituado a esse pensamento, claramente acostumou-se com a ideia da igualdade entre todos os sujeitos não brancos aos olhos do colonizador, que não os vê como diferentes, com mais ou menos dinheiro, ou mais ou menos instrução, são todos cidadãos de segunda classe por não serem brancos. O diferente, no sentido de ser superior, é somente o branco, europeu, colonizador. A distinção de gênero e classe criada pelos colonizadores nas colônias serviu como instrumento de divisão, de separação dos grupos para enfraquecê-los. Adah não percebe que era apenas um alvo dessa manipulação e queria manter as diferenças de classe na Inglaterra também.

Daí em diante, torna-se comum na narrativa que Francis tente diminuir e subjugar Adah a todo custo. Pode-se dizer que ele internaliza esse sentimento de inferioridade e desconta todas as suas frustrações na esposa. Nesse sentido, Francis é como os homens que traíram as mulheres de seu país ao permitirem que o patriarcado se instalasse, para que tivessem chance de reter qualquer tipo de poder que fosse. Ele não consegue superá-la nos estudos nem no trabalho, pois é ela que sustenta todo o lar, logo, recorre ao patriarcado, a uma suposta autoridade do homem sobre a mulher, utilizando-se de abusos e agressões tanto físicas quanto verbais. A partir deste ponto, ainda que mantivesse um certo afeto por ele, Adah começa a perceber que seu casamento pode ter sido um erro, mas este era o único meio que ela tinha de estudar e de viajar, já que mulheres solteiras encontravam mais obstáculos em seu caminho por não terem um homem agindo como responsável por elas. Aprofundando-se sobre os espaços ocupados pela personagem, é essencial analisar os espaços apresentados na obra *No fundo do poço*, que é cronologicamente posterior à *Cidadã de segunda classe*. Observa-se a descrição do Residencial Pussy Cat no trecho:

As escadas que levavam aos apartamentos de cima eram de pedra cinza e eram tão íngremes que Adah e seus filhos precisaram de semanas para se acostumarem. Elas estavam sempre fedidas, com um cheiro penetrante de banheiro. A maioria dos depósitos de lixo ao longo das escadas e das varandas estavam sempre transbordando e abertos, com seu conteúdo contribuindo para o fedor. As paredes ao longo dos degraus íngremes eram feitas daqueles tijolos brilhantes e impessoais, ainda vistos em antigas estações de metrô, mas que se pareciam ainda mais aos que Adah tinha visto em filmes sobre prisões. As janelas eram pequenas, assim como as portas. A maioria dos apartamentos eram escuros, em solidariedade à escura atmosfera. (Emecheta, *NFDP*, 2019, p. 32)

A nova moradia de Adah e dos filhos trata-se de um residencial determinado às famílias por meio da assistência social. A personagem aponta como todas as famílias que são encaminhadas para o Residencial Pussy Cat são consideradas “famílias-problema”, ou seja, famílias consideradas problemáticas pela sociedade. Primeiro deve-se pensar mais a fundo sobre o que é necessário para que sejam consideradas famílias problemáticas: pobres ou abaixo da linha da pobreza, periféricos, imigrantes, mães solas com muitos filhos, famílias com membros abusivos, violentos ou alcoólatras, geralmente os pais ou outro membro do sexo masculino, entre outras características consideradas indesejadas para uma representação padrão de famílias estáveis, felizes. Adah comenta que por ser um lugar reservado para “famílias-problema”, mesmo que uma família perfeitamente normal se mude para lá, vão encontrar problemas devido à péssima estrutura do lugar, assim como também fica subentendido, devido ao convívio com os residentes considerados problemáticos, indesejados na sociedade.

A descrição do espaço do residencial carrega toda uma carga muito pesada, obscura, passando uma imagem de extrema pobreza. Como Adah observa, os apartamentos mantinham-se no escuro como se estivessem em concordância com o ambiente noturno. Quando vai morar no residencial, trata-se de um momento de alegria para a personagem, pois o antigo lugar em que morava era infestado de baratas e ratos, e ainda tinha de lidar com as tentativas de intimidação do senhorio. Além disso, havia acabado de sair de seu casamento abusivo com Francis, encarando com esperança a sua liberdade recém conquistada: “Havia três coisas importantes que ela sabia ter adquirido naquela noite: sua independência, sua liberdade e paz de espírito.” (Emecheta, *NFDP*, 2019, p. 27). É importante notar como o narrador traça um paralelo entre os espaços ocupados pela personagem e seus sentimentos. Por exemplo, a descrição do residencial cria a imagem de um lugar mal-cuidado, semelhante a uma prisão, entretanto, apesar do cenário negativo, inicialmente Adah o enxerga com empolgação por estar mudando não

apenas de casa, mas mudando-se da vida que possuía, constantemente explorada e abusada pelo marido. Mas, apesar da esperança dela, a aparência decaída do lugar também representa o momento difícil que ela está passando nesse momento, completamente sozinha com cinco filhos para criar e alimentar. Segue a descrição do residencial:

Para evitar acidentes desnecessários, a maioria de suas janelas tinha arame farpado, bem como as janelas de assassinos à espera da execução nas prisões. O arame farpado era colocado para proteger o vidro das bolas jogadas pelos garotos, mas a imagem que ele passava era de condenação, desprezo e morte, de tão impessoal e sujo que parecia. (Emecheta, *NFDP*, 2019, p. 32).

O restante da descrição enfatiza ainda mais a ideia de que o local se assemelha a uma prisão. Assim como em uma prisão verdadeira, é um lugar voltado para os indesejados da sociedade, trazendo também o sentimento de que é praticamente impossível sair de lá, ou seja, é praticamente impossível para os residentes que se sobressaíam às situações precárias em que se encontram e saíam do fundo do poço, mudando-se para um lugar mais adequado. Para Adah, seu casamento era uma prisão, ainda que simbólica, e ao conquistar sua liberdade, paradoxalmente, se muda para um lugar que se assemelha a prisão, todavia, em estrutura física. Esse espaço indica não só o período difícil que se instalaria na vida da personagem durante um tempo, mas também o quanto seria árduo para que conseguisse se reerguer do que ela considerava o “fundo do poço”. Já no final da narrativa de *No fundo do poço*, Adah finalmente consegue se mudar do Residencial Pussy Cat para um apartamento mais adequado para si e para as crianças:

Adah gostava muito mesmo do seu novo apartamento. Ela tinha dois pisos só para ela e o aquecimento central estava instalado. Estava embriagada de alegria com o bairro, bem na frente do famoso Regent's Park. Tinha cheiro de dinheiro e de riqueza verdadeira. Essa propriedade do Conselho da classe trabalhadora onde ela morava estava ao lado de casas caríssimas e apartamentos de escritores e atores de sucesso. (Emecheta, *NFDP*, 2019, p. 177)

Este novo espaço representa uma grande mudança para melhor na vida da protagonista. Ao sair do “fundo do poço”, Adah não se sente mais sufocada pelo ambiente em que se encontra. Agora, vê novas possibilidades de recomeço para si. Os paralelos entre este novo lugar e seu antigo apartamento no residencial são muito claros, começando pelo tamanho do imóvel, e pelo aquecimento. É tudo simbólico de como Adah consegue, aos poucos, ter espaço e conforto, agora que não mais possuía o marido opressor, o medo, o desrespeito. O espaço do novo apartamento é o espaço que ela, como

mulher, consegue possuir socialmente, conforme se livra de um casamento abusivo e se reergue aos poucos.

O narrador continua a descrever o novo local: “No lado oposto à sua janela ficava uma loja de antiguidades. [...] Ao lado do antiquário havia uma loja de pianos caros. Bom, ela tinha sonhado com viver num bairro de classe média e agora conseguira.” (Emecheta, *NFDP*, 2019, p. 177). Percebe-se o simbolismo de agora estar localizada ao lado de uma loja de antiguidades, representando sua antiga vida no Residencial Pussy Cat, um prédio deveras antigo, que apesar de ter sido uma novidade bem-vinda em sua vida em um determinado momento, após um tempo findou tornando-se indesejado para ela. A loja de pianos caros reflete a elevação em seu status social, mas também o valor que consegue ver em si após o fim do casamento. O apartamento novo volta a ser descrito minuciosamente:

As paredes eram mudas, totalmente à prova de som para que os apartamentos fossem tranquilos e reservados, mas isso resultava em isolamento, que é outro lado da moeda da privacidade. Não havia pátio como o do residencial; em vez disso havia um corredor estreito todo branco, como um hospital, no qual se alinhavam vistosas e reluzentes portas brancas. Cada porta tinha sua própria placa com número. O apartamento da caixa de fósforos era lindo. Por fora, todo o bloco parecia uma fábrica modelo, inteiramente sólido, cheio de grandes janelas de vidro e portas muito brancas. (Emecheta, *NFDP*, 2019, p. 178)

Nota-se que o local claramente possui ares mais sofisticados, ao contrário do residencial. Enquanto o prédio antigo tinha um aspecto mais sombrio e soturno, o prédio novo é muito bem iluminado, de cores claras e suaves, indicando mais uma vez essa mudança no status, podendo até mesmo ser um indicativo da esperança de Adah, que agora se sente mais feliz e motivada a explorar essa nova vida. Porém, a nova moradia não possui o calor humano a que já estava habituada no residencial, suas paredes são “mudas”, não é um lugar onde Adah encontrará as vizinhas pelos corredores e se queixarão do frio, do aquecedor quebrado. Há tantos anos acostumada com moradias insalubres, o tom de “hospital” de seu novo prédio não parece triste a Adah, mas muito bem-vindo.

De volta a *Cidadã de segunda classe*, após sua chegada em Londres, Adah logo consegue um emprego como bibliotecária sênior na Biblioteca de North Finchley, mesmo estando grávida do terceiro filho, mas logo se depara com uma das dificuldades mais

comuns que as mães enfrentam, que é encontrar alguém para cuidar de seus filhos enquanto trabalha. Observa-se a situação no trecho:

“Quem vai cuidar dos seus filhos para você?”, perguntou Francis um dia, enquanto ela acomodava os bebês no sofá-cama. “Não posso continuar me encarregando, você vai ter que encontrar alguém. Não posso continuar tomando conta dos seus filhos para você”. Adah se virou, perplexa. Na verdade, não estava surpresa com o fato de Francis dizer aquilo, pois sabia que aquele momento chegaria. O que não percebera, porém, era o ressentimento em relação às crianças se acumulando em Francis. Deu-se conta da raiva contida do marido quando ele se referia aos pequenos como filhos “dela”, e não “deles”. Na Nigéria, quando os filhos se comportavam bem, eram do pai, haviam puxado por ele, mas quando se comportavam mal, eram da mãe, haviam puxado por ela e pela velha mãe da mãe.” (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 67-68)

Em uma família patriarcal padrão, fica entendido que os filhos são responsabilidade inteiramente da mãe, enquanto o pai só precisa sustentar a esposa e os filhos. Nesse caso, Adah não apenas deve ser a responsável pelas crianças, mas também é a responsável por sustentar a família, já que Francis não trabalha. É uma hipocrisia imensa de Francis se ressentir com as crianças e culpar Adah, já que ele mesmo é contra métodos contraceptivos, contribuindo para a situação em que se encontram agora, como se nota no trecho: “De que adiantaria Adah explicar a eles que contara ao marido e que ele dissera que a maneira de evitar filhos era derramá-los no chão? Mas não importava.” (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 212). Mais uma vez, enfatiza-se como Francis utiliza do sistema patriarcal para justificar suas ações, mas utiliza somente o que lhe serve, ignorando os aspectos que não lhe privilegiam, como trabalhar para sustentar a família. O personagem Francis é uma representação de toda a hipocrisia patriarcal, de homens que exigem das mulheres que exerçam a maternidade compulsória, mas que não assumem nenhuma responsabilidade com as crianças, se ressentem das mulheres quando estas recebem o mínimo dos benefícios sociais provenientes da maternidade, como a licença-maternidade, pensão alimentícia para os filhos, entre outros “benefícios”, como se observa em mais um trecho:

Francis era como o Vigário de Bray. Trocava de religião para se adequar aos próprios caprichos. Quando percebera que se fornecesse a Adah os meios para praticar o controle da natalidade ela ficaria livre da servidão de ter filhos, Francis virara católico. Quando começou a ser reprovado em seus exames e a sentir-se muito inferior aos colegas nigerianos, virara Testemunha de Jeová. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 164)

Além disso, Francis age como se Adah tivesse engravidado sozinha, por vontade própria, pela forma como fala dos filhos como se pertencessem somente à esposa. Quanto ao pensamento nigeriano, é comum em muitas outras sociedades patriarcais que o sucesso dos filhos seja atrelado somente aos pais, enquanto os fracassos de alguma forma tornam-se culpa da mãe que não educou os filhos direito; não fez um bom trabalho como mãe, porque delas sempre é exigida a perfeição. Adah explica como na Inglaterra o conceito de mãe adotiva é muito comum, sendo a opção mais utilizada pelos nigerianos que tem filhos no país, entregando seus filhos para essas mães adotivas. Chega a ser esperado que as mães nigerianas façam isso, pois até mesmo muitos senhorios que alugavam moradia para os estudantes nigerianos desencorajavam fortemente a presença de crianças. Assim, quando Adah se recusa a entregar seus filhos, se indis põe com os vizinhos, pois estes passam a julgar que ela se ache superior a eles, já que manter as crianças consigo era praticamente um luxo, como se nota no trecho seguinte:

“[...] aconselharam Adah a mandar os dela de volta para a Nigéria. [...] O problema era que Adah parecia um pavão, não admitia perder. Só cidadãos de primeira classe viviam com os filhos, não os negros.” (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 70).

Para Adah ainda é importante manter certos costumes de seu país, como manter os filhos perto de si. Observa-se que a protagonista resiste não apenas a certas regras patriarcais, ainda que inconscientemente, como também resiste a muitas tradições inglesas que não considera aceitáveis para seu estilo de vida, nesse caso, fica muito claro que Adah se recusa a descer o nível, algo esperado dos imigrantes na Inglaterra, mesmo que lhe cause problemas, como se vê no trecho:

De certa forma, os vizinhos tinham razão. As condições de moradia eram tão ruins que às vezes ela passava o dia sem Francis. Assim que chegava em casa do trabalho, o marido desaparecia para tomar ar. As crianças não tinham distrações e os pais não as deixavam sair, com medo de que quebrassem o pescoço nas escadas empinadas. Para não perturbar o senhorio e a esposa, eram instruídas a não fazer barulho. Quando chovia, o que era frequente, as fraldas eram postas para secar no mesmo quarto. O aquecedor de segunda mão que utilizavam sempre soltava fumaça. Os Obi não viviam como seres humanos. Viviam como animais. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 70-71)

Verifica-se uma discrepância entre o espaço em que Adah e sua família residem e a ideia que ela possui de si mesma. Adah ainda não conseguiu renunciar ao conforto que tinha na Nigéria, ainda se considera uma cidadã de primeira classe, acha que a moradia que habita neste ponto da narrativa não reflete o que sente em seu íntimo. É possível dizer

que Emecheta, de maneira muito cuidadosa, cria um contraponto muito nítido entre a imagem que os vizinhos têm de Adah e sua real situação. Em um primeiro momento, é dito que somente cidadãos de primeira classe podem se dar ao luxo de viver com os filhos, enquanto no parágrafo seguinte, é desenhada uma imagem de pobreza sobre a moradia da família Obi, e a própria Adah os compara com animais em seus pensamentos. Assim, entende-se que o contraponto está no fato de que algo tão básico e natural como viver com os filhos é considerado privilégio para os imigrantes nigerianos em Londres, todavia Adah não vê dessa forma, pois ao comparar sua situação atual com sua antiga vida, entende que não possui nenhum privilégio na Inglaterra, nem mesmo humanidade, assemelhando sua situação à dos animais.

Além da dificuldade para conseguir uma moradia digna, Adah também não conseguia uma vaga na creche para seus filhos, pois ainda eram muito pequenos e ainda tinham o pai e a mãe. O serviço da creche era pensado de forma a atender mais as dificuldades das mães solo, logicamente há de se pensar que com um pai e uma mãe presentes o cuidado das crianças poderia ser revezado entre os pais, o que não é o caso de Adah, já que Francis se recusa a colaborar. Ela consegue contratar uma cuidadora após muita procura, pois a maioria das pessoas não queria cuidar de duas crianças negras. Preocupada com os filhos, Adah saía do trabalho rapidamente para supervisionar os filhos, que ficavam na casa da cuidadora enquanto ela estava no trabalho, e revolta-se com as condições insalubres a que seus filhos eram submetidos na casa de Trudy, a cuidadora: “Ficou ali parada, de joelhos trêmulos, e caiu no choro. Vicky estava ocupado retirando lixo da lata e Titi lavava as mãos e o rosto com a água que escorria do vaso sanitário.” (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 76).

Adah denuncia a cuidadora ao serviço social infantil, mas a mulher consegue manter seu emprego sem maiores repercussões. Sem ter outras opções, Adah continua levando as crianças para Trudy na hora do trabalho, mesmo com medo de que algo aconteça com seus filhos. Com as dificuldades diárias, o descaso com seus filhos e seu casamento lentamente desmoronando, Adah começa a perder a confiança em si mesma, vacilando em alguns momentos. O que ela pressentia se torna verdade quando seu filho Vicky é levado ao hospital às pressas por estar muito doente. A situação parecia tão crítica que os médicos e enfermeiras começam a achar que a criança não vai resistir, como se nota no trecho:

“Victor é seu único filho?”. Adah fez que não, Vicky não era o único, havia outro, mas era *só uma menina*. “Só uma menina? O que você quer dizer com só uma menina? Ela também é uma pessoa, sabe, exatamente como seu filho”. Adah sabia aquilo tudo. Mas como dizer que àquela bonita criatura que na sua sociedade ela só podia ter certeza do amor de seu marido e da lealdade de seus sogros se tivesse e mantivesse vivas tantas crianças quanto possível, e que, embora uma menina pudesse ser contada como uma filha, para seu povo um menino tinha o valor de quatro crianças? E se a família pudesse dar uma boa educação universitária ao menino, a mãe do menino receberia o status de homem, na tribo. Como ia explicar tudo isso? Que sua felicidade dependia muito do fato de seu filho permanecer vivo? (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 92)

Fica nítido na fala de Adah o pensamento patriarcal dominante da sociedade nigeriana. Ainda que resista a muitas tradições sexistas, a personagem resiste por seus próprios desejos e objetivos, não porque os considera totalmente ultrapassados ou injustos. Adah claramente internaliza grande parte deste discurso patriarcal tradicionalista, pois ainda põe suas expectativas e esperanças de felicidade na ideia da família patriarcal. Mesmo que seu marido assumidamente só esteja com ela por sua capacidade de trabalhar e sustentar a família, seja insensível, violento e incapaz de ajudá-la e apoiá-la, ela ainda quer ser amada e cuidada, acredita que este é o caminho para sua felicidade.

Mesmo que seus sogros a explorem, também busca a aprovação deles em muitos aspectos de sua vida. Talvez o fato de ter se tornado órfã muito cedo tenha intensificado esse ideal de que a família patriarcal é a única maneira de se sentir realizada e de ser reconhecida pelos demais em sua cidade natal. Apesar de amar seus filhos, internamente Adah sabe qual deles é o mais importante para sua posição social. A enfermeira estranha sua fala pelo fato de que nesse ponto da história da Inglaterra, as mulheres já avançavam lentamente na sociedade. Também não havia essa preferência tão explícita pelos filhos homens e sua suposta superioridade. Nesse momento, a sociedade branca de Londres ainda lida com o patriarcado, mas trata-se de um sistema mais sutil, o sexismo é mais velado do que na Nigéria, de onde Adah veio.

Adah comenta: ““Sabe, estou fazendo outro!”, informou, para mostrar à enfermeira que boa esposa ela era.” (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 92), de forma que a construção da frase parece vir carregada de ironia, mas essa ironia só é notada pelo leitor, nem mesmo Adah percebe o peso de sua fala. Nesse momento, ao afirmar que está fazendo outro filho enquanto Vicky corre risco de vida a faz parecer muito fria, como se entendesse as crianças como objetos, facilmente substituíveis, entradas para sua ascensão social. Claramente, ela os ama verdadeiramente, mas internalizou as regras de sua

sociedade de tal maneira que ainda não consegue, nem sabe agir de outra forma que não seja a priorizar os homens, como seu marido, seu filho e buscar dar ainda mais filhos ao seu marido.

Parte dessa cultura patriarcal é associar a razão e estabilidade financeira e emocional aos homens, enquanto as mulheres são associadas ao sentimentalismo, a instabilidade tanto financeira quanto emocional. A situação do casamento de Adah se difere bastante dos padrões esperados, como se nota no trecho em que Francis e Adah se encontram no hospital: “Francis não disse a ela que não se preocupasse: não sabia como fazer esse tipo de coisa, não sabia como ser um homem. Em lugar disso, chorou junto com Adah, feito uma mulher.” (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 93). Compreende-se que tanto Francis quanto Adah são personagens complexos, com diversas camadas, pois apesar de suas posições sociais, ambos não se encaixam totalmente nos moldes patriarcais, são influenciados pelo sistema e seguem com muitos de seus valores internalizados, mas vivem suas vidas de maneira que suas vontades tendem a quebrar certas obrigações e expectativas. Os médicos finalmente descobrem qual o problema de Vicky: meningite viral. Quando conversam com Adah a respeito das condições dele, ela vai imediatamente atrás de Trudy investigar a causa da contaminação da criança, e a cuidadora responde:

“Eu sei, telefonei para o hospital e eles me disseram. Por isso informei a eles que você tinha trazido o menino para Londres há uns poucos meses. Talvez ele tenha se contagiado com a água que bebia em casa, entende, antes de vocês virem para cá...”. Adah cravou os olhos em Trudy; não conseguia acreditar em seus ouvidos. Estaria sonhando? O que era aquilo que Trudy acabara de dizer, sobre a criança nascida no melhor hospital da Nigéria, na melhor enfermaria, atendida pelo melhor ginecologista suíço que os americanos haviam conseguido para ela, já que ela era membro da equipe do consulado – apenas um dos inúmeros benefícios adicionais decorrentes de trabalhar para os americanos? (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 95)

Verifica-se no trecho acima que Adah não é interpelada somente pelo sexismo, mas pela xenofobia também. Pelo fato de a Inglaterra ser considerada um país de “primeiro mundo”, ninguém diria que Vicky contraiu o vírus já em Londres, mas sim enquanto ainda estava na Nigéria, considerado um país de terceiro mundo, meses antes. Em um ponto anterior da narrativa, Adah encontra seus filhos brincando com lixo no quintal de Trudy, ambos imundos e até mesmo sem fraldas. Mesmo assim, a cuidadora, uma mulher branca, europeia, sente que tem direito de insinuar que Adah, que veio da Nigéria, possa ser a responsável pelo vírus proveniente de sujeira e má ventilação. Atualmente, ainda é comum entre os países de primeiro mundo que exista uma imagem

de pobreza e sujeira extremas de países africanos como a Nigéria, não apenas isso, como também ainda persiste a ideia de que a cultura e o estilo de vida nigerianos são menos civilizados e avançados do que os países europeus. Mesmo que deixe a raiva tomar conta de si, Adah logo percebe que não tem poder para fazer nada: “Ela pertencia à nação de pessoas que haviam introduzido a noção de “lei e ordem”. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 96). Também fica nítido que a personagem já se desapegou de suas ilusões iniciais, de que a Inglaterra seria um país perfeito.

Após o fim da confusão e das ameaças de morte que Adah proferiu para a cuidadora, uma das expectadoras da cena se dirige a ela para dizer que não precisaria mais deixar seus filhos com Trudy e sim na creche, que teria vagas disponíveis. Apesar de se sentir aliviada, Adah se decepciona ao ver suas lindas ilusões sobre o país que reside agora serem desfeitas mais uma vez. Afinal, mesmo após procurar muito, não encontrou vagas nas creches para seus filhos por ainda ser casada. Foi preciso que seu filho quase morresse e ela humilhar a si mesma por ter se enfurecido em frente aos vizinhos:

Então a senhora Stirling falou: “Temos vagas em creches para as crianças. Sua menininha poderia começar na segunda-feira e, quando o bebê sair do hospital, também haverá uma vaga para ele”. Adah explodira outro mito. Cidadãos de segunda classe podiam manter os filhos consigo, mas vejam o preço que eram obrigados a pagar! Vicky ainda corria risco de vida, seu casamento estava por um fio – e agora aquela briga toda. Ela não sabia se devia se sentir envergonhada ou agradecida. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 98)

O preço pago por Adah para ter acesso à creche, um serviço que deveria ser considerado o básico para qualquer mãe ou pai, além de gratuito, foi alto demais para ela, que teve de degradar sua reputação ainda mais perante a sociedade. Também deve-se considerar que um dos motivos pelos quais ela não teve logo acesso à creche foi pelo fato de ser uma imigrante e seus filhos também. Inicialmente, os serviços sociais podiam até ser pensados para pessoas mais pobres, mas claramente, recebiam prioridade os brancos, europeus, ocidentais. Uma situação parecida lhe ocorre durante a narrativa de *No fundo do poço*, quando passa a depender do auxílio disponibilizado pelo governo para sustentar os filhos e pagar o aluguel, já que trabalhando recebia quase a mesma quantia e não tinha com quem deixar as crianças. Sua amiga do residencial, Whoopey, a aconselha enquanto ela esperava a visita do serviço social:

“São uns nojentos! Se a sua casa estiver quente e você bonita, eles vão pensar que você recebe uma renda extra sabe Deus da onde, e podem não aprovar a bolsa, você sabe. Você precisa choramingar o tempo todo,

e gritar aos quatro ventos que não tem sustento. Quanto mais reclamar, mais auxílio você ganha. Se quiser parecer toda madame com eles, não vai receber nada de nada. Somos pobres, e os malditos querem que a gente pareça pobre. Não se dê o trabalho mesmo, Adah, e boa sorte. [...] Coloque umas cinzas no rosto e na cabeça...”, a voz de Whoopey se esvaiu por trás da varanda. (Emecheta, *NFDP*, 2019, p. 79)

Enfatiza-se novamente o papel humilhante a que os pobres e periféricos são obrigados a performar em troca do básico. Há toda uma espetacularização da pobreza apontada por Whoopey, algo que Adah ainda não havia se acostumado em sua nova vida. A precarização de suas vidas precisa ser exercida de maneira convincente para os serviços sociais, caso o indivíduo mantenha o mínimo de dignidade pessoal, consideram que não está desesperado o suficiente, logo, possui boas condições de vida. São atitudes esperadas das pessoas que residem no “fundo do poço”, pois deles esperam apenas o pior, e para conseguir o básico, Adah também precisa deixar o orgulho de lado e agir de acordo com o esperado. Verifica-se uma constante desumanização referente à vida social e econômica da classe baixa, que se contrapõe diretamente ao espetáculo de tristeza apresentado pelos residentes, visto que são estas pessoas que, apesar de suas condições, demonstram grande simpatia e compaixão por Adah e pela comunidade do residencial. Como é de se esperar, a degradação das mulheres frente aos serviços sociais também deve ser em dobro, como se nota no trecho:

Havia todo tipo de história correndo no residencial Pussy Cat sobre amizades coloridas. Mulheres separadas não tinham permissão para ter “amigos coloridos”, a expressão usada para amigos homens. Se uma mulher fosse regularmente vista com um, ela teria que ouvir. Os funcionários do auxílio iam querer saber se o namoradinho ajudaria com o sustento da mulher, e, se sim, com quanto, para que isso fosse deduzido do auxílio semanal. Claro, eles em geral afastavam os amigos coloridos. As mulheres não apenas tinham que ser pobres, mas tinham que se abster de sexo também. As chances de casarem ou conseguirem um novo casamento eram reduzidas a quase nada. (Emecheta, *NFDP*, 2019, p. 90).

Como sempre, as mulheres devem manter-se em constante abstinência sexual para apaziguar a sociedade patriarcal, cujos agentes utilizam de várias ferramentas de poder para manter o controle de seus corpos. Neste caso, o auxílio semanal torna-se uma ferramenta, pois sem ele, as mulheres pobres como Adah ficariam sem sustento para si e para os filhos, deixando-as sem outra alternativa além de obedecer às regras. Na sociedade patriarcal, as mulheres devem sempre se abster de algo, seja de comida para manterem os corpos sempre magros e belos para caberem em padrões estéticos e agradarem opinião

masculina; seja de amor e sexo, pois sempre devem manter certa inocência, para serem vistas como virtuosas e submissas. Principalmente o sexo, visto que o ato sexual jamais pode ser iniciativa de uma mulher, pois aí seria como uma liberação feminina, sendo ela o agente ativo, e o parceiro, passivo; ao contrário de quando iniciado pelo homem, que é considerado ativo e viril, e a mulher assume seu papel esperado de submissão. Somente acatando certas abstinências como essas podem se justificar, como se assim pagassem penitência pelo crime de nascerem mulheres.

Voltando à narrativa de *Cidadã de segunda classe*, apesar de toda a humilhação e sofrimento, os vizinhos africanos se chatearam ainda mais com a família de Adah pelo fato de que comparados a eles, já tinham luxos demais, pois além de viverem com seus filhos, agora conseguiram até mesmo creche, o que culminou na saída da família do pequeno apartamento que viviam. Na busca por outra moradia, Adah se deparou com o racismo escancarado das pessoas, algo que ela ainda não havia experienciado na Nigéria:

Quase todos esses anúncios incluíam o aviso “Desculpem, pessoas de cor não serão aceitas”. Sua busca de casa ficava ainda mais difícil porque era negra; negra, com dois filhos pequenos e grávida de mais um. Estava começando a aprender que sua cor era uma coisa da qual supostamente deveria se envergonhar. Na Nigéria nunca se dera conta disso, mesmo estando entre brancos. Decerto aqueles brancos haviam tido algumas aulas sobre cor antes de ir para os trópicos, porque nunca permitiam que de suas bocas cautelosas saísse a informação de que em seus países o negro era inferior. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 104)

Quando ainda residia na Nigéria, Adah era interpelada pelo sexismo e colonialismo, mas ao chegar em Londres, passa a ser interpelada pelo racismo, sexismo, xenofobia, classismo, entre outros. Ainda que o sexismo tivesse mais força em seu antigo país, o sexismo que enfrenta em Londres é mais velado, silencioso. Quanto ao racismo, nunca havia reparado que sua cor teria importância na sociedade, como aponta no trecho, visto que os europeus que se mudavam para lá ou apenas visitavam a Nigéria não eram abertamente racistas com seu povo, mas olhavam os nigerianos e seus costumes com um ar de exotividade. Continuando a busca por moradia, encontram um lugar e marcam a visita do imóvel com o senhorio por telefone. A dona do local não esperava que fossem pessoas negras e retira a oferta de aluguel, como se observa no trecho:

Francis e Adah ouviram calados àquela enxurrada de palavras. Adah nunca se defrontara com rejeição como aquela. Não assim, diretamente. Rejeição por uma criatura como aquela, encolhida, de corpo trêmulo, cabelo desgrenhado, desfeita, suja e malcuidada, tentando explicar-lhes que eles eram inadequados para uma casa semiabandonada e

provavelmente condenada, cujas escadas rangiam. Só porque eram negros? (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 113)

Esse momento foi um dos episódios que marcaram a personagem profundamente, tanto ela quanto Francis. Mesmo que Francis, por estar a mais tempo que ela na Inglaterra, já tivesse se acostumado a ideia de ser inferior, em parte, mas um acontecimento tão direto como este fez com que se fechasse ainda mais em seu sentimento de impotência, juntando a impotência por não ser o homem que sustenta a casa e a impotência que sua cor proporciona em um país europeu, tornando-o ainda mais violento no decorrer da narrativa. Para Adah, tudo ainda é muito novo, configurando uma decepção atrás da outra, contribuindo para a destruição de sua confiança, de seu orgulho. Não é à toa que na obra *No Fundo do Poço*, lida como uma continuação da história de Adah, ela pareça uma mulher muito diferente, alguém que perdeu boa parte dos sonhos e da força para lutar. Algo que Emecheta faz com maestria é enfatizar os espaços narrados e a maneira como eles refletem não apenas a situação social, financeira de seus personagens, como também a situação mental destes. A situação mental da personagem é indicada em diferentes momentos de maneira sutil, com o auxílio de outros elementos literários, como se nota no trecho após sua vitória contra o senhorio do apartamento que habita no início da narrativa de *No fundo do poço*:

Após uma noite fria e chuvosa, o dia estava quente. Era o início da primavera. [...] Ela olhou para as duas mulheres por um momento e decidiu que o dia estava fresco, puro e adorável demais para ouvir conversa de morte. O céu azul estava generosamente pontilhado por nuvens brancas. Os apartamentos em frente tinham jardineiras exibindo arbustos com as primeiras flores. Havia narcisos por todos os lados. (Emecheta, *NFDP*, 2019, p. 19)

Neste caso, o clima representa a situação de Adah. A chuva e o frio indicam que a noite foi um período difícil para ela, mas pela manhã sua situação melhora ao ponto em que ela pensa que vai explodir de felicidade. A mudança para um clima mais quente e agradável costumeiramente representam sentimentos felizes em diferentes obras. Logo, tudo o que consegue ver é o lado bom da vida nesta manhã, o que é reforçado pelas flores que vê, pelo céu azul, pela primavera, pelo dia fresco. Outro aspecto que aponta os estados mentais de Adah é o tempo da narrativa, tanto cronológico quanto psicológico. Observa-se no trecho:

Nenhum deles conhecia o começo da própria existência, a razão de existir com uma mão na frente e outra atrás, nem o resultado ou o futuro dessa existência. Todos ficariam no fundo do poço até que alguém os

puxasse para fora ou eles naufragassem de vez. (Emecheta, *NFDP*, 2019, p. 49)

O trecho acima se passa após Adah decidir abandonar o emprego para viver de auxílio governamental. Em *Cidadã de segunda classe*, o tempo cronológico aparenta ser mais dinâmico, passando muito mais rápido, de maneira que, em muitos momentos, não é possível dizer quanto tempo se passou de fato. Isto se dá não apenas pela grande quantidade de acontecimentos que se passam na narrativa, como também pelo fato de que Adah claramente é uma mulher muito ocupada, visto que trabalhava, cuidava dos filhos e da casa e ainda estudava. Logo, entende-se o motivo da rápida passagem de tempo na obra. Acompanhamos pelo menos três das gestações de Adah se passarem em um curto intervalo de algumas páginas, o que evidencia que acompanhamos o tempo psicológico da personagem, que se torna simbólico e é muito enfatizado na maneira como é afetado pela vida dela.

Em *No fundo do poço*, Adah deixa o emprego para que possa cuidar dos filhos e já não é mais casada com Francis, o que diminui um pouco da rotina exaustiva que levava. Agora, com mais tempo livre, a personagem se encontra em diversos monólogos interiores, refletindo acerca de sua vida, conferindo um tom mais introspectivo à narrativa. Em *No fundo do poço* não há tantos acontecimentos grandes, focando mais no cotidiano da protagonista, de maneira que uma grande parte de seus conflitos é interno. Em ambas as obras, o tempo apresentado durante a maior parte das narrativas é psicológico, visto que não é possível dizer de fato quanto tempo se passa no período em que a narrativa de Adah ocorre. Até mesmo em acontecimentos nos quais se passam vários dias não há exatidão na contagem do tempo, como se nota quando Adah adoece e passa dias delirando: “Na primeira noite, Adah estava delirando. [...] Adah melhorou, mas ficou fraca por vários dias depois da doença.” (Emecheta, *NFDP*, p. 125)

O acontecimento da tentativa fracassada de alugar uma casa também se passa de maneira muito rápida. Analisando novamente a situação, aqui encontramos um casal de imigrantes, nigerianos, pessoas negras, que encontram-se sendo cada vez mais empurrados para o final da hierarquia social. Estão tão abaixo na hierarquia que não são considerados dignos nem mesmo de residir em uma casa caindo aos pedaços. A casa pode até mesmo ser entendida como um símbolo da vida pessoal deste casal, que se deteriora cada vez mais. Há toda uma ironia na situação, visto que tudo isso ocorre em um país tão prestigioso socialmente quanto a Inglaterra.

Após toda a dificuldade para conseguir um quarto, a família finalmente consegue alugar uma moradia que os aceite, mesmo não sendo tão boa, pois o dono era um senhor nigeriano. Durante este tempo de acomodação no novo lar, Adah dá à luz a mais um menino. Enquanto aproveita seu período de licença-maternidade, dá um ultimato a Francis para que ele arrume um trabalho, pois estava muito cansada e não podia trabalhar no momento, o que deixa Francis ainda mais ressentido da esposa. Passado um tempo, Adah vai até uma clínica em busca de algum método contraceptivo, para que não tenha mais nenhum filho. Mesmo não querendo chegar a tal ponto, ela falsifica a assinatura que deveria ser de Francis, pois as mulheres casadas precisavam da aprovação do marido para terem acesso aos contraceptivos. Observa-se no trecho a reação de Francis após descobrir que ela inseriu um diafragma em si mesma:

Francis gritou para todos os outros moradores da casa virem até a casa deles ouvir aquela novidade incrível – como a inocente Adah, que viera para Londres não mais de um ano antes, se tornara sabida daquele jeito. Adah ficou feliz quando Pa Noble subiu, porque pelo menos assim Francis parou de espancá-la. Estava atordoada de dor, e sua cabeça vibrava. A boca sangrava. Uma ou duas vezes ao longo do processo sentiu-se tentada a correr para fora e chamar a polícia. Mas refletiu e se conteve. Para onde iria depois? Não tinha amigos nem familiares em Londres. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 211-212)

Este é um dos momentos nos quais Adah é agredida pelo marido. Além de ter ido contra a vontade de Francis, Adah também pensa em seu povo, que pensava em certos métodos contraceptivos como uma maneira para as mulheres terem relações sexuais fora do casamento, já que o intuito é de prevenir a gravidez. Logo, também há todo um estigma social associado aos contraceptivos. É possível pensar que a causa desses estigmas seja a necessidade patriarcal de que as mulheres continuem a servir somente seus maridos, seus donos, com quantos filhos acharem necessários para continuar a linhagem e trazer respeito e orgulho para o marido, que será visto como um homem que ainda é ativo e viril, que é o que se espera do papel masculino na sociedade patriarcal. Francis continua insistindo em manter relações sexuais com Adah sem nenhum tipo de proteção e ainda a culpa quando esta engravida, mostrando que ele também não quer ter mais filhos, mas se recusa a entender os motivos da esposa. Apesar de toda a confusão, Adah encontra-se grávida novamente, desta vez esperando o quarto filho. Mais uma vez, Francis fica ainda mais ressentido de Adah, atribuindo todos os seus problemas a ela, como se nota:

Ela não sabia que Francis chegara a uma situação tal que, subconscientemente, dissera a si mesmo que nunca seria aprovado nos

exames. Era como se tivesse dito para si mesmo que era um sonho ele um dia virar contador responsável por Custos e Obras. Ela não sabia que, por esse motivo, ele se esforçaria ao máximo para que Adah fosse uma fracassada como ele. Ele não conseguia evitar essa atitude, era da natureza humana. Ele não era um homem amargo. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 228)

Francis se sente cada vez mais inferior à Adah, pois continuava reprovando em seus exames, enquanto Adah sempre era aprovada nos seus, mesmo assumindo toda a carga do lar. É um fracasso como estudante, pai, marido, e como homem segundo as normas patriarcais. Francis também é um exemplo do quanto o patriarcado pode ser nocivo para ambas as partes, tanto feminina quanto masculina. Se não tivesse sobre si tantas expectativas sobre quem deveria ser, talvez pudesse ter sido um marido e pai melhor, mais compreensivo, que entendesse seu papel dentro do lar, como apoiar e auxiliar sua esposa, que já havia assumido as maiores responsabilidades familiares. Poderia se sentir mais realizado se não buscasse ativamente ser o macho alfa do núcleo familiar. Saffioti aponta:

O poder apresenta duas faces: a da potência e a da impotência. As mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens – sempre vinculados à força – são preparados para o exercício do poder. Convivem mal com a impotência. Acredita-se ser no momento da vivência da impotência que os homens praticam atos violentos [...] (2015, p. 89)

É exatamente nos momentos em que se sente mais impotente que Francis ataca sua esposa. Sempre que sente que ela pode se sobressair a ele, encontra formas de machucá-la, tanto física quanto psicologicamente. O que mantém Adah durante muito tempo nesta situação de violência, além das normas patriarcais, também é a falta de uma rede de apoio ou o conhecimento de instituições, organizações que a amparem, pois uma mulher negra, africana, imigrante, dificilmente receberia o mesmo tipo de apoio que uma mulher branca europeia receberia. Adah precisaria de amparo não apenas para si mesma, mas também para seus filhos ainda pequenos. Em um período mais adiante na vida da personagem, na obra *No fundo do poço*, Adah descreve o casamento como uma instituição que permitia o abuso das mulheres ao se deparar com outras esposas que sofriam o mesmo que ela:

O senhor King não era o tipo de pessoa que tinha medo da lei. A polícia não podia fazer muito por uma esposa espancada. Às vezes parecia que o matrimônio, além de ser uma maneira dos homens conseguirem sexo

gratuito quando quisessem, também era uma forma legalizada de cometer agressões e sair impunemente. (Emecheta, *NFDP*, 2019, p. 86)

A situação ocorre após Adah e seus vizinhos presenciarem mais uma briga entre o casal King. Vale ressaltar que a senhora King é uma mulher branca, mas por se tratar de uma mulher muito pobre, Adah entende que a justiça não chegaria até ela. Em contextos de violência e pobreza como o do residencial, os maridos passam a se tornar um peso ainda maior para as esposas, como no caso de Adah e da senhora King. A senhora King é como um reflexo de Adah, visto que também tinha muitos filhos e tinha de lidar com toda a carga familiar sozinha, além de também ter que conviver com um marido violento que não contribuía em absolutamente nada para a vida familiar. Ambas as mulheres chegaram a um ponto em que reconhecem que ficariam bem melhores sozinhas.

É perceptível para a personagem que pela sua condição de mulher negra, imigrante, receberia ainda menos amparo das instituições inglesas. Inicialmente, seu corpo não foi pensado para se encaixar na legislação que deveria proteger todas as mulheres das situações de espancamento, visto que esta interseção de mulher, negra, imigrante, mãe, nigeriana, ainda não havia sido pensada dentro destas esferas até então, e Crenshaw completa:

[...] mulheres minoritárias sofrem os efeitos da subordinação múltipla, juntamente a expectativas institucionais baseadas em contextos não interseccionais inadequados, que moldam e, por fim, limitam oportunidades para uma intervenção significativa [...] [p. 1251, tradução nossa].⁶

Desta forma, entende-se que a falta de entendimento acerca destas mulheres pertencentes a minorias étnicas e suas condições perpetua as múltiplas subordinações a que são submetidas. Adah também se preocupa com o que seus vizinhos pensariam de si naquela situação, até então fazia o possível para esconder os abusos pois sentia-se humilhada, além de preocupar-se em não manchar a reputação dos nigerianos, que já eram mal-vistos em Londres. Os estereótipos racistas envolviam não apenas os homens nigerianos, como também as mulheres, e Adah possuía diferentes abordagens para lidar com eles, sendo uma delas tirar proveito da situação quando lhe convinha, como se observa no trecho:

⁶ [...] minority women suffer from the effects of multiple subordination, coupled with institutional expectations based on inappropriate nonintersectional contexts, shapes and ultimately limits the opportunities for meaningful intervention [...] (1991, p. 1251).

Adah sabia que disputar com esse tipo de gente seria inútil, então decidiu se tornar amiga. Mas como podia se tornar amiga de alguém que se achava superior, mais rico e feito a partir de um barro melhor? [...] Um dos métodos que ela achou muito produtivo para criar amizades na Inglaterra era fingir ser burra. Afinal, se alguém fosse negro e burro, estava conforme o esperado pela sociedade. (Emecheta, *NFDP*, 2019, p. 35)

Com o tempo passado na Inglaterra, Adah já compreende certas normas sociais não ditas e qual seria o seu suposto lugar na sociedade. É notório que a maioria das pessoas a subestima pela sua raça, assim como seu gênero e sua nacionalidade, visto que a Nigéria foi um dos países colonizados pelos ingleses. Considerando-se que muito do preconceito que enfrenta é proveniente do fato de ser nigeriana, é provável que mulheres negras inglesas também encarem diversos tipos de preconceito, porém diferentes do caso de Adah. A interseção da nacionalidade se faria um obstáculo a menos para essas mulheres. Apesar disso, Adah entende que tais características são um reflexo da sociedade racista, mas não são uma realidade absoluta para ela, pois no fundo entende seu valor como ser humano. É claro que existem muitos momentos em que a protagonista duvida de si mesma devido a toda a pressão em volta de si.

Ela reconhece seu infortúnio como resultado de tudo que a identifica como ser humano: “É uma sina ser órfã, uma sina dupla ser uma órfã negra em um país branco, uma calamidade indesculpável ser uma mulher com cinco filhos, mas sem marido.” (Emecheta, *NFDP*, 2019, p. 104). A personagem já entende que essas determinadas características que apresenta são como justificativas sociais para mantê-la no “fundo do poço”, assim como outros que se assemelham a ela. Tudo isso colabora para que, gradualmente, perca seu senso de pertencimento, muitas vezes sente dificuldade até mesmo em pedir o básico. Porém encontra conforto entre seus vizinhos:

Os outros funcionários tinham parado de trabalhar e só observavam as duas mulheres brancas com uma negra ensanduichada entre elas como um bolo recheado. Diferenças de cultura, cor, passado e sabe Deus o que mais tinham todas submergido em face de inimigos maiores: pobreza e desamparo. (Emecheta, *NFDP*, 2019, p. 104)

Adah recebe ajuda de suas amigas do residencial para reclamar sobre a situação de seu apartamento, que vivia exposto à dejetos e lixo. Atualmente, por sua condição assumida de “cidadã de segunda classe”, alguém que mora no “fundo do poço”, a personagem não possui mais confiança em exigir o mínimo de respeito, apoiando-se nas amigas para isso. Verifica-se como as diferenças de cultura e de raça se apresentam de

maneiras opostas nas mulheres. Adah, por ser uma mulher negra, nigeriana, mãe solo, pobre, não se sente segura para enunciar suas necessidades, resultado direto de uma sociedade patriarcal, racista e classista. Enquanto isso, suas amigas, também mulheres pobres, mães solo, reclamam abertamente e exigem seus direitos. Neste caso, a diferença maior se encontra na intersecção da raça e da nacionalidade: são mulheres brancas e inglesas, europeias. O que as une além da maternidade e do gênero nesta situação é a pobreza e degradação de suas vidas, do ambiente em que vivem.

É possível conectar a imagem dessas três mulheres, Adah e suas vizinhas Whoopey e a mulher que Adah se refere como a mãe de Billy na narrativa, à ideia de sororidade de hooks, que acreditava que a sororidade só seria possível quando as próprias entendessem a ideia de que mulheres exploram outras mulheres por meio de sexo, classe e raça e era preciso abordar estas diferenças. hooks cita sua experiência em Stanford com classes em que homens dominavam e como os movimentos feministas e aulas em Estudos de Mulheres começaram a mudar isso, como se observa no trecho: “O pensamento sexista nos fez julgar sem compaixão e punir duramente umas às outras. O pensamento feminista nos ajudou a desaprender o auto-ódio feminino.” (hooks, 2018, p. 38). Tais transformações na universidade também aconteciam em ambientes domésticos: o movimento feminista incentivava

[...] as mulheres a parar de nos ver e de ver nosso corpo como propriedade do homem. Para exigir ter controle sobre nossa sexualidade, sobre métodos contraceptivos eficientes e direitos reprodutivos, o fim dos estupros e dos abusos sexuais, precisávamos nos unir em solidariedade. Para que as mulheres mudassem a discriminação no ambiente de trabalho, precisávamos fazer pressão como grupo para mudar as políticas públicas. Desafiar e mudar o pensamento sexista das mulheres era o primeiro passo para criar uma sororidade poderosa que acabaria por balançar nossa nação.” (hooks, 2018, p. 38-39)

Essa ideia de que mulheres se aproveitam do sistema patriarcal para explorarem outras mulheres em piores condições também fica muito clara quando Adah reflete:

As mulheres no poço eram sempre ignorantes ou assustadas demais para pedir o que tinham direito a receber. Pessoas como Carol eram contratadas para ensinar os direitos delas, mas o problema era que Carol entregava os direitos como se estivesse fazendo caridade. (Emecheta, *NFDP*, 2019, p. 139).

Nesse caso, deve-se atentar ao fato de que Carol, a assistente social, é uma mulher branca, com uma condição financeira melhor do que a das pessoas que residem no “poço”,

responsável por fazer com que certos auxílios e outros serviços sociais cheguem até as pessoas. Entretanto, entende-se que essa diferença de poder entre os lados causa situações desconfortáveis e até mesmo degradantes para os moradores, que sentem que estão humilhando a si mesmos, ou pedindo esmola. Como Adah bem aponta, a mulher age como se fazer o seu trabalho fosse uma espécie de caridade, assim, os moradores se sentiriam em dívida com ela. Ironicamente, ao partilhar sua vida com pessoas que se encontram no “fundo do poço” como ela, alcança certa segurança e familiaridade:

Como uma espécie de comunidade havia se estabelecido, todo mundo sabia da vida de todos os outros. Esse tipo de vida servia para ela. Sempre havia um amigo a quem chamar em momentos difíceis. Era como viver na prisão. Prisioneiros, depois de uma longa estadia, costumam achar a vida fora mais exigente. Ela era conhecida na biblioteca local, olhava para a escola como uma extensão de sua família e o fato de que seus filhos dependiam de jantares gratuitos não a preocupava mais. (Emecheta, *NFDP*, 2019, p. 126)

Somente no residencial Pussy Cat, Adah sente o calor e o afeto humano de seus vizinhos e amigos, algo que não sentia vindo do marido nem da família dele, que só a viam como um ganho em potencial para ser explorado. Era vista como a “galinha dos ovos de ouro”, não como humana. As situações cotidianas que Adah enfrenta também se configuram como um tipo de violência voltado especificamente às mulheres negras, imigrantes. Trata-se de uma violência psicológica e não física, que não pode ser evidenciada. Assim como Crenshaw, Akotirene aborda a violência contra a mulher negra utilizando a interseccionalidade:

Além da violência atravessar as raças, classes e gerações, as queixas das mulheres negras sofrem estigmatização pelos aparelhos do Estado, devido às mulheres negras serem moradoras de espaços considerados perigosos, identificados como pontos de tráfico de drogas pelas mídias televisivas. O machismo, além disto, propicia aos agressores de mulheres, delegados, juízes e ativistas de direitos humanos, o encontro de iguais, porque a polícia que mata os homens no espaço público é a mesma que deixa as mulheres morrerem dentro de suas casas – o desprestígio das lágrimas de mulheres negras invalida o pedido de socorro político, epistemológico e policial. (2019, p. 40)

Akotirene (2019) também aponta a necessidade de se discutir como as mulheres negras que denunciam casos de violência a polícia nem sempre estão dispostas a prender o marido de fato. Isto se deve a muitos fatores, como a dependência financeira e também emocional. Em muitos casos, quando há filhos, as mães se sensibilizam com os filhos também, para que não vejam os pais na prisão. Além da vergonha da comunidade, Adah

lida com isso em sua narrativa, pois inicialmente não quer envolver a polícia em seus assuntos com Francis, o pai de seus filhos. Reconhece-se aqui uma herança patriarcal, pois é muito comum em sociedades patriarcais que se acate a ideia de que o nome do pai jamais deve ser manchado; ainda que seja um pai que não possua qualidades aparentes, fica subentendido que não se deve apontar seus defeitos. É como um acordo silencioso que existe no patriarcalismo.

Após o nascimento de Dada, sua quarta criança, Adah começa a escrever seu primeiro manuscrito, “Dote de esposa”, aproveitando o tempo da licença-maternidade para investir em seu sonho há muito esquecido de se tornar escritora. Após terminar e mostrar seu manuscrito para seus colegas de trabalho, passa a acreditar que realmente pode se tornar uma escritora, se dedicando cada vez mais ao ofício. Adah tenta fazer com que Francis leia seu manuscrito, para mostrar que mesmo se ficasse em casa sem trabalhar não se tornaria uma esposa inútil, já que este só se casou com ela por sua habilidade de trabalhar bastante. Francis se recusa a ler, como se nota no trecho:

O fato de Francis se recusar a ler seu livro já era ruim que chegue, mas ele ter chamado o livro de lixo sem tê-lo lido machucava mais ainda, e ele dizer que ela nunca seria escritora porque era negra e porque era mulher era como matar seu espírito. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 243).

Neste ponto da narrativa, Francis já internalizou o sentimento de inferioridade proveniente do racismo e da xenofobia, e possui consciência o suficiente da condição social de sua família que até mesmo aponta o gênero e a raça de Adah como possíveis fatores para o seu fracasso. Não apenas porque entende suas condições, mas também como forma de atingir Adah. Ela percebe então que um homem tão profundamente marcado pelo patriarcalismo, colonialismo e classismo como Francis jamais aceitaria uma mulher inteligente como ela, que ameaçasse sua autoridade e hombridade. A narrativa chega ao seu clímax quando Francis decide queimar o livro de Adah. Ao chegar em casa e se deparar com a cena, Adah decide que não pode perdoá-lo:

Francis estava queimando sua história; já queimara toda ela. A história na qual estava apoiando seu sonho de se tornar uma escritora. A história que ia mostrar a Titi e Vicky e Bubu e à pequenina Dada quando eles crescessem. [...] E então ela disse a Francis, numa voz sumida e cansada: “Bill falou que essa história era minha criação, meu filho. Você me odeia a esse ponto? A ponto de matar meu filho? Porque foi isso que você fez”. “Não estou preocupado em saber se é seu filho ou não. Eu li, e minha família nunca ficaria feliz se eu deixasse uma mulher minha escrever um livro desses”. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 245-246)

Este finalmente foi o ponto final para Adah, um caminho sem volta. Compreende-se o livro como um símbolo dos sonhos de Adah, representa uma parte íntima e importante de si mesma. Quando o narrador afirma que Francis queimava sua história, o sentido é literal e também metafórico. Francis a anulava como ser humano, em todos os sentidos. Em seu livro, Adah externa sentimentos que jamais poderia abordar abertamente por vontade própria devido às amarras sociais que não permitem que mulheres, mães, esposas, demonstrem insatisfação ou qualquer sentimento que não seja a alegria relacionada aos filhos ou marido.

Ao destruir o livro, o cerne dos sonhos e esperanças de Adah, uma parte tão querida de si mesma, Francis está destruindo também seus sonhos e seu espírito em um ataque direto e proposital. Como ela mesma coloca, o livro era como seu filho, porque seus filhos são o que ela tem de mais importante em sua vida. Após a destruição do livro, Adah não consegue mais perdoá-lo, mesmo que tenha perdoado todos os seus abusos e violências. Sobre o significado simbólico do livro, Chevalier aponta: “O coração é assim comparado a um livro: aberto, oferece seus pensamentos e seus sentimentos; fechado, ele os esconde.” (2001, p. 555). Com a destruição desse livro, é como se algo realmente se quebrasse dentro da personagem, visto que na obra seguinte, *No fundo do poço*, Adah é uma mulher diferente, aparentemente mais sofrida pela vida que leva, dificilmente esboçando novamente o seu fervor pelo qual era conhecida entre seu povo, quando era chamada de “a tigresa igbo”.

Depois disso, Adah praticamente corta sua relação com Francis, se recusando a trabalhar para ele, pagar suas contas e fazer suas vontades, se dedicando apenas a cuidar dos seus filhos e sustentar somente a eles com seu salário ainda maior de seu novo emprego como bibliotecária no Museu Britânico. Adah sai de casa com as crianças e encontra outro apartamento para viver somente com os filhos, ainda que este seja pior que o atual, pois haviam muitos ratos e baratas. Francis se recusa a cooperar e mais uma vez utiliza da violência para que Adah faça suas vontades. É preciso que outras pessoas interfiram no lugar de Adah quanto a briga, como se nota:

Francis não queria permitir que ela levasse nada consigo: o alarido e a discussão foram tão grandes que foi preciso chamar a polícia. Mais tarde a senhoria se desculpou com Adah, dizendo: “Sinto muito por ter chamado a polícia, mas ele ia matar você, entende?”. A policial que atendeu o caso ordenou a Francis que entregasse a Adah uma caixa com as roupas das crianças. E foi assim que Adah avançou para a liberdade, com nada além de quatro bebês, um emprego novo e uma caixa de trapos. (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 246).

Até este ponto na narrativa de *Cidadã de segunda classe*, Adah já faz o possível para se livrar de Francis, visto que ela não depende do marido para nada, pois sustenta a casa e cuida das crianças sozinha, porém não cogita chamar a polícia. Mais uma vez, nota-se a necessidade de não sujar o nome do patriarca, existe toda uma preocupação em volta do marido, muitas vezes perdoado por ser o pai de seus filhos. O mesmo acontece com muitas mulheres, que se submetem à violência pois há a ideia de que nunca devem se voltar contra o pai de seus filhos, o ideal de família patriarcal deve reinar absoluto e perdoar quaisquer erros do patriarca, mas nunca se perdoam os erros da matriarca. Entende-se que, ao contrário de Adah, muitas mulheres acabam deixando este tipo de situação escalar pela dependência financeira ou emocional, sendo necessária a intervenção por parte de outras pessoas, sejam vizinhos ou família.

Também é comum que as pessoas finjam não ver esse tipo de situação, com a desculpa de que ninguém deve se meter na intimidade de um casal. Nestes casos, sem ninguém para oferecer o mínimo apoio a essas mulheres, o pior tende a acontecer. Geralmente, trata-se em grande parte de mulheres negras, periféricas, que são subordinadas a diferentes tipos de opressão. Agora, mesmo após mudar de residência, Francis foi atrás de Adah, não para procurar os filhos ou se retratar, mas para ameaçá-la caso se divorciasse dele. A confusão escalou mais uma vez, e novamente uma terceira pessoa teve de interferir na situação: “O senhorio desconfiara que Francis era o marido de Adah e, como a maioria das pessoas, preferira não interferir enquanto um assassinato concreto não ocorresse.” (Emecheta, *CDSC*, 2018, p. 249).

Somente após ver a destruição causada em seu novo lar que Adah procurou seus direitos no tribunal. Não queria nem mesmo uma pensão, só queria qualquer tipo de proteção contra aquele homem. Ao dialogar com o juiz, Francis negou que tivesse batido nela, assim como negou seu casamento e a paternidade de seus filhos; alegações essas que foram aceitas porque ele queimou todos os documentos de Adah e ela não tinha como provar nada. No fim, grávida de mais um filho, não recebe nem mesmo uma pensão para as crianças, pois Francis alega ser desempregado e que deviam colocar as crianças para a adoção para resolver essa questão. Toda essa situação fez Adah perceber como a justiça pode ser falha ao tratar de casos de violência doméstica como o dela, principalmente se tratando de uma mulher negra, imigrante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo a análise da trajetória pessoal e social da protagonista Adah, com foco na questão identitária que gira em torno da personagem nas obras *Cidadã de segunda classe* e *No fundo do poço* de Buchi Emecheta. Utilizando as teorias do feminismo negro, interseccionalidade e identidade, esta pesquisa buscou contribuir para a produção de conhecimento nas áreas dos estudos culturais e da literatura africana, de autoria feminina.

A análise revelou que a protagonista Adah teve de enfrentar muitos obstáculos desde a sua infância, devido à sociedade patriarcal, capitalista na qual está inserida. A personagem teve de se casar muito cedo para poder seguir o seu sonho de estudar no Reino Unido e se tornar uma escritora de sucesso, o que resultou em um choque de realidade inesperado. Enquanto residia na Nigéria, seu país natal, Adah nunca pensou sobre sua condição como uma mulher negra. Até então, lidava apenas com o sexismo enraizado na sociedade nigeriana devido ao colonialismo. Ao migrar para o Reino Unido, Adah teve que lidar com a forma como era vista pelos ingleses, passando a, então, enxergar-se como uma mulher negra, nigeriana, pobre, periférica.

Apesar de ter uma posição invejável trabalhando no consulado americano e sendo mãe já muito nova em seu casamento, não é possível dizer que ela era uma cidadã de “primeira classe” na Nigéria, pois ainda que fosse a responsável pelo sustento do lar, ainda era uma mulher, esposa, que devia responder primeiramente ao marido e aos parentes do sexo masculinos, não tinha real poder de escolha. No Reino Unido, devido ao preconceito, passa, de fato, a se enxergar como uma cidadã de “segunda classe”, tendo de enfrentar o racismo, a xenofobia e o sexismo.

Através das teorias do feminismo negro, feminismo decolonial e da interseccionalidade, observou-se como as estruturas sociais são organizadas de maneira que mulheres como Adah, negras, não-ocidentais, periféricas, divorciadas, mães-solo, pobres, acabam sendo marginalizadas. As mulheres negras que reivindicaram seus direitos ainda no início dos movimentos feministas, ao perceberem que não se encaixavam também neste espaço de lutas, se uniram para sistematizar um movimento feminista negro, pensando nas mulheres negras que possuíam necessidades divergentes das mulheres brancas. A interseccionalidade também surge com o intuito de incluir mais vozes femininas que vão além das intersecções de raça, sexo e classe. Assim, tornou-se possível analisar personagens como Adah, que se encontram em mais de três intersecções diferentes.

A identidade também foi introduzida nesta dissertação com o objetivo de analisar a protagonista com uma minúcia ainda maior, de forma a entendermos melhor suas especificidades e o que a torna uma personagem única e complexa. Compreende-se que a questão identitária se entrelaça fortemente à interseccionalidade, visto que ambas apontam diferentes possibilidades para um mesmo indivíduo. Logo, entende-se que Adah também se encaixa nestes quesitos, pois, por ser uma personagem muito complexa que possui muitas camadas, torna-se impossível descrevê-la de uma maneira curta e objetiva. Ela é um indivíduo que vai muito além dos estereótipos comuns impostos às mulheres, de mulher, mãe e esposa.

Adah é uma mulher que, desde menina, lutou para conseguir direitos, como o de estudar. Depois, se torna esposa e mãe, mas a personagem não se reduz a isso. Durante a narrativa, torna-se imigrante e percebe-se de forma diferente no mundo moderno. Em sua infância, foi fortemente influenciada pelo pensamento colonial, tendo como sonho de vida morar no Reino Unido, iludindo-se em visões romantizadas acerca do país europeu. Suas expectativas são duramente quebradas com o passar do tempo neste novo local, que é hostil à sua presença, a tudo o que representa. Este ciclo em sua vida a impacta profundamente e faz dela um indivíduo fragmentado, dividido entre seu país natal e o país de seus sonhos. Conforme a narrativa avança, percebe-se como Adah não é mais a mesma pessoa que era na Nigéria, mas, simultaneamente, também não é a pessoa que visava ser quando enfim migrou para o Reino Unido. Suas noções mudaram junto a si mesma, algo comum neste processo de fragmentação identitária do indivíduo.

Assim, compreende-se que Adah claramente é uma personagem complexa, devido ao fato de ser tão profunda e difícil de compreender, surpreendendo o leitor em diversos momentos. Também foi observado que a protagonista é uma representação do que se entende por herói moderno, ou herói problemático, em termos literários. Adah, assim como o herói problemático, se vê em desacordo com o mundo moderno que habita, encontrando-se constantemente deslocada em relação ao resto da sociedade. Quando passa a compreender melhor o mundo e a si mesma, no que entendemos como o arco da heroína, percebe que é impossível alcançar todos os seus objetivos e ao mesmo tempo, sentir-se verdadeiramente feliz e integrada na sociedade capitalista, patriarcal. Infelizmente, suas ambições vão de encontro aos valores do mundo moderno. A protagonista avança e regride constantemente, em uma clara representação dos processos necessários ao desenvolvimento do personagem e do romance de formação e, ao mesmo

tempo, numa clara figuração dos avanços e recuos dos direitos femininos pelo mundo moderno.

Pelo fato de estarmos lidando com um narrador heterodiegético que utiliza a onisciência seletiva como foco narrativo em ambas as obras, notou-se que a voz da personagem e a voz do narrador mesclam-se em diferentes momentos, tornando difícil, em muitos momentos, uma separação entre as afirmações feitas pelo narrador e pela personagem. Esta escolha narrativa implica em um conhecimento melhor das memórias mais profundas de Adah que não teríamos acesso se fosse ela a narradora. Entretanto, teríamos ainda mais empatia e intimidade com a personagem, caso ela contasse, com sua voz, seus dilemas, suas dores.

O tempo cronológico e psicológico, assim como os espaços ocupados por ela nas obras, são indicativos simbólicos de seus estados mentais e seu status social. Em ambas as obras o tempo cronológico passa de maneira muito rápida, sem que o leitor tenha real noção temporal em um intervalo de poucas páginas. Isso se dá pelo fato de este tempo marcado cronologicamente estar intrinsecamente ligado ao tempo psicológico da personagem. Em *Cidadã de segunda classe* o tempo é mais dinâmico, passando igualmente rápido ao cronológico devido aos vários acontecimentos no decorrer da narrativa, enquanto isso, em *No fundo do poço*, esse tempo psicológico se passa de maneira mais arrastada, por conta de uma narrativa de tom mais introspectiva, reflexiva.

Quanto aos espaços das obras, estes indicavam os altos e baixos em sua vida. Enquanto residia na Nigéria dispunha de uma casa grande e espaçosa, revelando sua condição de mulher pertencente à classe média. Ao migrar para o Reino Unido, inicialmente só tinha acesso a acomodações pequenas e precárias, que mal atendiam as necessidades de sua família, um reflexo de queda social para uma cidadã de segunda classe. Já no Residencial Pussy Cat, os espaços se ampliam de certa forma, mas ainda carregam uma aura triste e sombria, de acordo com a situação de Adah e das demais famílias que residiam no “fundo do poço”. Sua situação só começa a melhorar quando finalmente muda para um apartamento melhor, mais bonito, bem cuidado, localizado em um bairro de classe média, indicando a ascensão social de Adah novamente e a esperança de uma vida melhor, uma vez que foi capaz de sair do “fundo do poço”.

Por fim, conclui-se que esta dissertação contribuiu para uma compreensão maior das teorias sociais envolvidas neste estudo, como o feminismo negro, a interseccionalidade e a identidade, mostrando o cotidiano de lutas de mulheres marginalizadas como Adah e as diferentes possibilidades fora da margem da sociedade.

Também ofereceu um entendimento acerca das condições de mulheres negras, imigrantes, nigerianas, pobres, periféricas, entre outras. Ambas as obras carregam fortes críticas sociais, representando estas situações por meio do texto literário. Vale ressaltar que Buchi Emecheta, a autora, se assemelha muito à sua protagonista Adah, pelo fato de que essas obras contam sua biografia, com um toque de ficção. Aqui, a literatura realmente se faz uma figuração crítica, ácida, irônica, triste por vezes, esperançosa por outras, da sociedade e de seus costumes.

Assim, esta pesquisa também importa pois Buchi Emecheta é uma autora relevante e muito lida em diversos países, mas também por sua tradução para a língua portuguesa ter chegado há tão pouco tempo no Brasil. Por ser recente aqui, é de extrema importância que sua produção literária seja estudada também por pesquisadoras e pesquisadores brasileiros, agregando ao conhecimento acerca da Nigéria e seus costumes, trazendo também um olhar diferente, atualizado, de um povo que não apenas já foi colonizado, como também possui uma das maiores populações de matriz africana fora do continente africano.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. Trad. Christina Baum. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- AHIKIRE, J. African feminism in context: Reflections on the legitimation battles, victories and reversals. *Feminist Africa*, 2014, v.19, p. 7–23.
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Polen, 2019.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: Um manifesto*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019b.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo sexo: Fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019a.
- BILGE, Sirma; COLLINS, Patricia Hill. *Interseccionalidade*. Trad. Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRAH, Avtar. *Cartographies of Diaspora: Contesting identities*. London and New York: Routledge, 1996.
- BRAH, Avtar. *Diferença, Diversidade, Diferenciação*. Cadernos Pagu. Campinas, ano 2006, n. 26. p. 329-376, janeiro-junho de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-83332006000100014&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 15 de janeiro. 2025.
- CHEVALIER, Jean. *Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números)*. 16ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.
- CHIAPPINI, Lígia. *O Foco Narrativo*. 10ª edição, São Paulo, Ática, 2001.
- COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. 2. ed. New York; London: Routledge, 2000.
- CRENSHAW, Kimberlé. *Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color*. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991.
- CRENSHAW, Kimberle. *Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas – parte 1/4*. Tradução de: Carol Correia. Disponível em: <<https://medium.com/revista-subjetiva/mapeando-as-margens-interseccionalidade-pol%C3%ADticas-de-identidade-e-viol%C3%A2ncia-contra-mulheres-n%C3%A3o-18324d40ad1f>> 14 junho 2017. Acesso em 10 jun 2022.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUARTE, Danilo Freire. Uma breve história do ópio e dos opióides. *Revista Brasileira de Anestesiologia* [online]. 2005, v. 55, n. 1.
- EMECHETA, Buchi. *Cidadã de segunda classe*. Trad. Heloisa Jahn. Porto Alegre: Dublinense, 2018.
- EMECHETA, Buchi. *No fundo do poço*. Trad. Julia Dantas. Porto Alegre: Dublinense, 2019.
- FALOLA, Toyin; HEATON, Matthew M. *A History of Nigeria*. New York: Cambridge University Press, 2008.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FORSTER, E. M. *Aspectos do romance*. Trad. Sergio Alcides. 4ª ed. São Paulo: Globo, 2005.

- FRIEDMAN, Norman. *O ponto de vista na ficção: o desenvolvimento de um conceito crítico*. Tradução Fábio Fonseca de Melo. Revista USP, São Paulo, n. 53, p. 166-182, mar./maio 2002.
- GENETTE, Gérard. *Discurso da narrativa: ensaio de método*. Lisboa: Arcádia, 1979.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- hooks, bell. *Intelectuais Negras*. Revista de Estudos Feministas, vol. 3, nº2, Florianópolis, UFSC, 1995.
- hooks, bell. *Não sou eu uma mulher: mulheres negras e feminismo*. 1.ed. Rio de Janeiro: Plataforma Gueto, 2014.
- hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Trad. Ana Luiza Libânio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- hooks, bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. Tradutor Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Trad. Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar, 2020, p. 52-83
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas Florianópolis*, SC, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez., 2014. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577> Acesso em 10/04/2024.
- LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades, 2000.
- OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- MORETTI, Franco. *O romance de formação*. São Paulo: Todavia, 2020
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia*. In: Novos Rumos. nº 37. 2002.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 107-130.
- RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2018.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero patriarcado e violência*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- VERGÉS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Trad. Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. – São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos das mulheres*. Tradução de Ivania Pocinho Motta. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Tradução de Bia Nunes de Souza e Glauco Mattoso. 1. ed. São Paulo: Tordesilhas, 2014.